

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

A ORGANIZAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES E ASSENTADOS EM ITABERÁ-

SP.

Quevedo

ANÁLISE DE UM PROCESSO DE INTERVENÇÃO

POR

JOSÉ MIGUEL GARRIDO QUEVEDO

Este exemplar corresponde a redação final da dissertação de Mestrado dada por José Miguel Garrido Quevedo aprovada pela Comissão Julgadora em 31 de março de 1995. Campinas, de junho de 1995.

Sônia Bergamasco
Presidente da

ORIENTADOR

Profa. Dra. SÔNIA MARIA PESSOA PEREIRA BERGAMASCO

Dissertação apresentada à FEAGRI/UNICAMP como cumprimento parcial dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Engenharia Agrícola - Área de Concentração : Planejamento e Produção Agropecuária

Campinas
fevereiro/1995

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	T/UNICAMP
	Q39o
V.	25442
F.	433/95
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	13/09/95
N.º CPD	

CM-00076471-8

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DA ÁREA DE ENGENHARIA - BAE - UNICAMP

Q39o Quevedo, José Miguel Garrido
A organização de pequenos produtores e assentados em Itaberá - SP: análise de um processo de intervenção / José Miguel Garrido Quevedo.--Campinas, SP: [s.n.], 1995.

Orientadora: Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola.

1. Extensão rural. 2. Comunidade - Organização. 3. Comunidade - Desenvolvimento. 4. Pequenos produtores. 5. Assentamentos humanos. I. Bergamasco, Sônia Maria Pessoa Pereira. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Engenharia Agrícola. III. Título.

gente

Aquela gente,

gente do sítio.

gente que nos ensina,

o que é ser gente.

gente que te dá

um Alimento,

e nada te cobra.

gente que te olha

desconfiado,

a gente que é

gente da cidade.

mas gente que quando

confia na gente,

sabe o que é confiar.

gente que numa conversa,

mostra que sabe

subir.

É dessa gente,

que precisamos.

Para poder ir

seguinte em frente,

aprendendo

a cada vez mais

a ser gente.



Agradeço à Deus, pois nesta busca de gente, encontrei no exemplo de meus pais, Fernando e Mercedes, a simplicidade de ser gente. A minha tia Agustina, a esta grande mulher, devo-lhe à vida.

OFEREÇO

in memória,

ao seu João Moreira, homem que como poucos, vi a plenitude de ser gente.

presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaberá

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Durante todo o processo para realização dessa tese, agradecer transcendeu a tal graça e importância que, ao meu ver, se resume em capítulo. Nele quero buscar na parede da memória, recordar e falar de pessoas que das mais variadas maneiras colaboraram e formaram esse caminhar.

Agradeço com todo carinho...

~~A *Sônia Bergamasco*: "orientadora" define apenas uma fração daquilo que Sônia representou nesses anos de convívio. Sua amizade, confiança, respeito e competência me dirigiram e estimularam nos momentos mais críticos. Como VERDADEIRO MESTRE, Sônia pacientemente soube respeitar meu estágio de desenvolvimento e *alumiar* meu caminho.~~

Maria de Nazareth e Maristela Simões integraram minha banca de qualificação e deram sugestões pertinentes quando se iniciavam os primeiros passos. Com Nazareth tive também a satisfação de cursar uma disciplina e trocar idéias. Nela vi a associação da simplicidade e plenitude de sabedoria.

Maria Helena: algumas pessoas tem um poder, uma força de vida tão grande que a Natureza se utiliza delas para cumprir pontualmente seu auxílio.

A primeira vez que Maria Helena apareceu foi numa daquelas épocas de "maré baixa", em que eu estava sem dinheiro e meio perdido. Num estalo "tava lá o migué" andando pela primeira vez de avião, ficando em hotel 5 estrelas, ganhando em dólar e rindo à toa, e, principalmente... executando um trabalho de qualidade que resgatou meu lado afetivo-profissional.

Marney: mais que professora, uma grande amiga; dessas que acompanham a vida da gente incondicionalmente, amigas do Ser mais profundo...

Bel: mi madre de Botucatu. O tempo, madre, ensina a reconhecer àquilo que a gente não quis ouvir, não quis aprender. Aprendi muito *con mi madre*...

Elias e Toshio foram guias que proporcionaram meu primeiro contato com assentamentos. Através desses estágios formou-se o objeto desse estudo. Ambos, a seu modo, e em momentos distintos, me direcionaram para o caminho.

Dedé: primeiro professor, nos tempos da Agronomia em Botucatu, que despertou minha atenção ao Homem na Agricultura. Em suas aulas, textos e discussões que foi iniciado o "gosto" pelo tema. Um grande professor.

À pesquisa Análise e Avaliação dos Projetos de Assentamento e Reforma Agrária no Estado de São Paulo", desenvolvido por diversos campus da UNESP, devo o contato com algumas experiências de assentamentos no Estado. Nessas andanças e duras realidades aprendi algo mais sobre o homem no campo.

Da equipe de Botucatu, guardo boas lembranças daqueles tempos de Kombi e seus atoleiros, das rodas de música e do cansaço que a pesquisa de campo proporcionavam. Todo meu carinho àquela equipe:

Glória, Márcia Regina, Karin, Márcio, Marcos, Luiz, Andréia, Silvinha, Silvia, Kelly, Dulce, Gilmar e novamente a *Izabel de Carvalho*, coordenadora do Projeto em Botucatu. ~~Daquele tempo, agradeço ainda a *Eugênia, Tadeu e Ortência* que me serviram de Luz em momentos escuros.~~

Aos companheiros técnicos que atuaram no assentamento, devo a maioria dos questionamentos que tentei solucionar enquanto processo de mestrado : *Marcos, Silvio, Francisco Feitosa*, e em especial, *Wilson*, que na sua simplicidade e humildade, sempre me acompanhou.

Alguns agricultores, longa lista, tiveram um pouco de suas vidas contadas aqui, e através de seus exemplos, me tocaram profundamente: *Zézinho, Jamil, Serrinha, Zé Lino, Jango, Edson, Jurandir, Toninho Moreira, Argemiro, Mário Sérgio, Carmo, José Mariano e Zico*.

A *LBA*, Legião Brasileira de Assistência, devo parte da reconstituição do processo vivido por aqueles agricultores, em especial, a *Emília*, que se mostrou bastante atenciosa as minhas solicitações.

Aos Professores e companheiros do mestrado, que de uma forma ou de outra, auxiliaram nesta caminhada, em especial a:

Joni, meu melhor professor acadêmico, sabe como ninguém, transmitir conhecimento.

Julieta que de forma pontual e prestativa sempre pronta a prestar auxílio, sempre estava disponível a esclarecer alguma dúvida, a "clarear algum ponto, a auxiliar-me em momentos dúbios.

Maristela e Valéria, foi através deste convívio que iniciei na arte da escrita de um trabalho científico.

Cidinha e Silvia, que com eficiência sempre atenderam meus pedidos.

Aninha, que pacientemente sabia aguardar meus atrasos e improvisos.

Cecília e Fred, que por estarem vivenciando o mesmo processo, pudemos compartilhar das mesmas apreensões e dúvidas. Dúvidas que em grande parte foram clareando em discussões, entre uma xícara de café e outra.

Márcia Regina, companheira em todos os momentos.

Luis e Andréia, pela crítica, me mostraram que se pode construir.
Tavico e Miriam, novos amigos; *Adriano*, pela valiosa contribuição.
Gilberto, Ednaldo e Cóvis, homenagear vocês é pouco, é necessário venerá-los.

Aos amigos da pós: *Raquel, Regina, Luiz Fernando, Beto, Lagrotti, Renato, Mariella, Solange, Manoel, Conceição, Dalbelo, Willian, Rafael(português), Zé Ricardo, Zanon, Tokio, Rogério, Tânia(Soró), Sombra, André, Celina, Leila, Hélio, Regininha, Paulo Ricardo, Yamilia, Ester, Ivan, Junior, Junião, Daniella e Freitas*. Vocês que tornaram leve e agradável nossa convivência.

~~*Aleir e Marcelo*: o aprendizado de nosso convívio me auxiliou a alcançar o centramento e equilíbrio necessários para vencer mais essa etapa.~~

Durante todo esse processo foram firmadas relações de profunda amizade e carinho. À elas devo o desenvolvimento que este período proporcionou à minha vida:

Carla, Edson, Marcos (Boi), Andréia, Marcelo e Fabiana, Elena e Márcio, Fran, Linda, Alice, Kellen, Lua, Marina e Marcus, Samuel e Isabela, Fi e Tere e Gabriel. O laço que *me* une à vocês, que são hoje a minha família, é a alegria de viver em paz, em harmonia, crescendo juntos e compartilhando da vida um do outro. Humildemente, à todos vocês...agradeço.

À **FEAGRI**, pelo apoio logístico para a realização desta dissertação.

Ao **CNPq** e a **FAEP/UNICAMP**, por terem contribuídos financeiramente com esse trabalho.

Ao Horto Florestal, nas figuras dos engenheiros *José Antonio e Ananias Pontinha*, pelo aconchegante alojamento, na sede do Horto em Engenheiro Maia.

Ao Departamento de Assentamento Fundiário, nas figuras dos companheiros *Wilson, Júnia, Chico, Silvio, Sidney, Ricardo, Edson e Rogério*, pelo total apoio à pesquisa de campo. E ao amigo *Carlão*, pela troca de idéias e profunda admiração pelo seu exemplo de vida.

Esses meses que antecederam a defesa, revelaram esses amigos que a gente conta incondicionalmente, como apoio e "pau prá toda obra", sem eles, a finalização deste trabalho seria impossível, já foram citados nas linhas que se antecederam, e sabem quando passar os olhos nestes escritos que me refiro a eles. Grato!

*La razón está lejos del corazón,
pero no tanto.*

SUMÁRIO

	Página
PÁGINA DE ROSTO.....	i
DEDICATÓRIAS.....	ii
AGRADECIMENTOS	iii
SUMÁRIO	viii
LISTA DE FIGURAS	x
RESUMO	xi
ABSTRATC.....	xii
1. APRESENTAÇÃO.....	1
2. INTRODUÇÃO.....	6
3. OBJETIVOS.....	13
4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	14
4.1. Pequenos Produtores	14
4.2. Pequenos Produtores Assentados	19
4.2.1. A Política de Assentamentos no Estado de São Paulo.....	20
4.2.2. A Conquista da Terra	24
4.2.3. Organização do Trabalho no Assentamento.....	26
5. MATERIAL E MÉTODOS	30
5.1. Material.....	30

5.1.1. Descrição da Região	30
5.1.2. Pequenos Produtores.....	41
5.1.3. A Fazenda Pirituba.	46
5.1.3.1. Projetos de Assentamento Pirituba II - Áreas I e II.....	52
5.1.3.2. Projetos de Assentamento Pirituba II - Áreas IV e V.....	58
5.1.3.3. Projeto de Assentamento Pirituba II - Área III.....	62
<hr/>	
5.2. Metodologia de Pesquisa	67
6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	70
PARTE A	
6.1. Introdução	70
6.2. Agricultores Analisados.....	75
6.3. A Constituição e Atuação do INOCAR.....	77
6.4. O Assentamento Pirituba II - Área III.....	95
6.5. Os Bairros Rurais Orientados pelo INOCAR.....	109
PARTE B	
6.6. Avaliação dos Resultados do Trabalho do INOCAR no Assentamento - Área III.....	117
6.7 Avaliação dos Resultados do Trabalho do INOCAR nos Bairros Rurais	118
7. CONCLUSÕES.....	131
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	144
ANEXOS	148

LISTA DE FIGURAS

	Página
FOTO 0 - PÁGINA DE ROSTO ¹	i
FOTO 1 - O NÚCLEO DO BAIRRO DOS TOMÉ - ITABERÁ - SP	43
FOTO 2 - O NÚCLEO DO BAIRRO DOS TOMÉ, DETALHE DA SEDE DA PARÓQUIA	45
FOTO 3 - ASSENTAMENTO PIRITUBA, O ESTILO DE MORADIA ATUAL	64
FOTO 4 - ASSENTAMENTO PIRITUBA, O PROJETO DE MORADIA.....	65
FOTO 5 - ASSENTAMENTO PIRITUBA , O TRANSPORTE ATÉ ITABERÁ.....	101
FOTO 6 - ASSENTAMENTO PIRITUBA, O TRABALHO DA MULHER NA COPAVA.....	104
FOTO 7 - ASSENTAMENTO PIRITUBA, O TRABALHO DO JOVEM NA COPAVA.	105
FOTO 8 - ASSENTAMENTO PIRITUBA, REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA COPAVA	107
FOTO 9 - ASSENTAMENTO PIRITUBA, A COZINHA COLETIVA DA COPAVA	108
MAPA 1 - MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUDOESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO ONDE OS ASSENTAMENTOS ESTÃO LOCALIZADOS.	149
MAPA 2 - FAZENDA PIRITUBA.	150

¹esta foto é de autoria de Kellen Junqueira, Técnica do Laboratório de Comunicação Rural - FEAGRI. As demais são do próprio autor.

RESUMO

Qualquer trabalho que vise a transformação das condições sócio-econômicas e culturais de pequenos produtores rurais requer uma visão crítica da realidade, num processo participativo e educador, devendo partir da problemática concreta que determinado grupo vive, de suas necessidades específicas e dos conhecimentos que já possuem. A partir da análise da atuação de uma organização não governamental, o Instituto de Orientação Comunitária e Assistência Rural (INOCAR), que acompanhou pequenos produtores autônomos e assentados do município de Itaberá, pretendeu-se averiguar e investigar como ocorreu a interferência e o intercâmbio na definição do projeto de organização desses pequenos produtores. Esta ação se desenvolveu através de diversos trabalhos de incentivo à associações de produtores e mudanças no padrão tecnológico desenvolvido por esses produtores. Esta investigação procurou mostrar a diversidade existente entre os agricultores analisados, em ambas as categorias sociais estudadas. Quanto aos resultados alcançados pelo trabalho do INOCAR, pode-se verificar que as práticas que perduraram, mesmo após o término da sua atuação, dependeu da combinação das propostas sugeridas com a possibilidade de sua efetivação. Pode-se compreender quais elementos foram fundamentais para substanciar a implementação ou não destas propostas.

ABSTRACT

Any work that aims the change of the socio-economic and cultural situation of small rural producers requires a critical approach of their reality. It must depart from the concrete problematique the group faces, its specific needs and the knowledge it has, within the framework of a participative and educational process.

The work intended to investigate how the project of organization of the small farmers of Itaberá, conducted by a ONG - INOCAR Instituto de Orientação Comunitária e Assistência Rural -, was defined, given the contact and the interchange between the participants of the ONG and these small producers.

The action of the ONG was centered on the incentive to farmers' association and to changes in their technological pattern.

These investigation tries to show the diversity among the small producers and the results derived from the action of INOCAR. It is posible to define which are the fundamental elements for the effective implementation of the changes proposed in the project.

1. APRESENTAÇÃO

O resultado de anos de pesquisa e trabalho junto ao homem do campo revelaram a força de uma vivência intensa e comum a todos os que vivem da terra e pela terra.

A humildade dessa constatação é fruto da observação da luta, da vontade, dos sonhos e limites dos envolvidos no processo que agora trago como síntese.

Essa dissertação busca o registro, o mais fiel possível, de um momento histórico-social da dura realidade, e encerra (e abre ao mesmo tempo) mais um capítulo da batalha travada entre o ideal comum de uma gente simples e seu trabalho pela afirmação da obra de todo dia. A vida é movimento...

A ação pela Reforma Agrária caracterizou a formação da identidade de um grupo de pessoas que superou a teoria pela prática do dia-a-dia. No acompanhamento desse processo de trabalho, a experiência acadêmica do técnico/agrônomo soube reconhecer e conciliar a validade do "ensino tecnológico" como também fomentar críticas melhor embasadas à utilização desse saber técnico que visa prioritariamente à modernização da agricultura brasileira.

Poder conciliar a visão de modernidade às soluções encontradas pelo

pequeno produtor que ainda comercializa seus produtos no lombo do burro compreendendo mal o tal "pacote tecnológico" tão discutido pela Agronomia contemporânea, talvez reconsidere que a atuação científica deva estar voltada para o desenvolvimento dos pequenos produtores. É justo salientar que apesar de todas as dificuldades enfrentadas, o pequeno produtor sobrevive, e mais importante, produz conforme suas possibilidades.

A decisão de trabalhar com pequenos produtores que se firmou no último ano de graduação com a disciplina de Extensão Rural em trabalho no município de Botucatu acentuou a visão voltada ao aspecto social que hoje dirige esse trabalho.

A partir de 1987, através do acompanhamento das atividades de extensão rural desempenhadas pelos agrônomos do então Departamento de Assuntos Fundiários nas áreas I e II (e futura área III) da Fazenda Pirituba (município de Itapeva/ sudoeste de São Paulo), tomei contato com um grupo de 300 famílias que se encontravam acampados à beira da estrada; seria este o primeiro contato com os "sem terra" do presente estudo.

Naqueles dias, como estagiário do DAF, pude testemunhar a precariedade, o sofrimento daquele povo e a improvisação do lugarejo. Debaixo de sol, a lona preta do barraco fervendo, no calor fatigante, os chefes de família, um por um preenchiam questionários. Havia esperança ali, um futuro, uma vida mais digna. Dias depois, um temporal arrasaria tudo pela frente; um barraco desmoronou e por pouco uma criança de berço não se perde na enxurrada. Houve momentos de pânico e momentos de muita emoção.

Barracos de Esperança

Aquele barraco de lona preta,
aquele calor danado.

Aquela mulher me falava
da luta do dia-a-dia
de levantar de madrugada,

~~lavar roupa~~
e cortar cana o dia inteiro.

E de noite, moída,
preparar a comida
quando tinha,
para pensar no outro
igualzinho dia.

Compreendi
que apesar de tudo,
da tensão, da fome,
das mortes,
aquele barraco
representava esperança,
esperança pela terra
por uma vida melhor,
mais digna,
Valia tudo.

Nos anos que se seguiram ao acompanhamento do trabalho na área III da fazenda Pirituba, durante a realização do projeto de pesquisa Análise e Avaliação dos Projetos de Reforma Agrária e Assentamentos do Estado de São Paulo, desenvolvido de forma interdisciplinar por diversos campus da UNESP, fortaleceu-se o respeito e a admiração por aquele povo de luta.

Depois, o trabalho de acompanhamento na montagem teatral *Capitalismo no Campo*, onde os trabalhadores representando a si mesmos, subiram ao palco e contaram um pouco de suas histórias.

Posteriormente, como técnico voluntário do INOCAR, acompanhei junto a outros técnicos e líderes do assentamento as atividades dos pequenos produtores da região. Da participação do projeto da UNESP e das atividades naquela região, surgiu a proposta deste trabalho de pesquisa.

Para o mestrado, tornou-se claro o objetivo proposto: compreender a experiência com os assentados e os pequenos produtores, e tratar dos elementos que a formação como agrônomo "não dava conta".

Mas a transformação da experiência empírica em projeto de pesquisa para o mestrado foi um processo doloroso. Apesar do objetivo, a riqueza e profundidade dos fatos ampliava o panorama, formando a cada retorno ao campo, uma nova proposta para investigação.

As leituras me dirigiram à busca da compreensão para atingir a meta proposta no início do curso. Nesta busca do saber, encontrei particularmente três autores que me influenciaram decisivamente na construção de meu olhar como pesquisador.

Alexandre Chayanov no seu clássico *La organización de la unidad económica campesina* (1921) buscou responder quais os mecanismos que agem por trás do trabalho familiar em uma unidade de produção fundamentalmente doméstica. Nos 3 meses que levei para compreensão dessa leitura, entre tabelas e análises, percebi os problemas enfrentados pelos extensionistas em seu trabalho *molecular* junto aos agricultores

soviéticos.

Um segundo texto, apresentado em uma disciplina do curso bem mais simples e digerível, foi *Agricultura Familiar: questões metodológicas* (1993) de Delma Pessanha Neves. Apesar de pequeno, apenas um artigo, esse texto trás na sua essência uma postura crítica com a qual me identifiquei. Ele trata basicamente de questões metodológicas quando a unidade de produção é tomada como objeto de análise. O texto propõe que os pesquisadores procurem o conhecimento da diversidade de situações combatendo uma postura que "faz crer ser conhecido o que de fato, ainda se desconhece".

Trajatória Social e Projeto de Autonomia: os produtores familiares de algodão na região de Campinas de Maria de Nazareth Wanderley, contribuiu de modo paralelo às obras clássicas sobre os estudos de bairros rurais. Ela foi, sem dúvida, uma grande influência para o rastrear necessário à compreensão destes grupos rurais de vizinhança.

A partir da leitura dessa dissertação, o leitor verá que esse trabalho trata de uma reflexão de um extensionista rural com base nos problemas dos pequenos produtores de baixa renda. Me limitei a analisar o vivido, tentando extrair o melhor que essa reflexão permitiu.

2. INTRODUÇÃO

O processo de modernização da agricultura brasileira ocorrido nos últimos trinta anos se, por um lado, contribuiu para colocar o país entre as dez primeiras economias do mundo deixou, por outro lado, desequilíbrios sociais internos, que permanecem até os dias atuais, sem uma solução política global.

Entre estes desequilíbrios constata-se uma forte concentração fundiária onde o contingente de trabalhadores rurais excluídos é significativamente maior do que aquele que usufruiu dos benefícios desse modelo de modernização.

Esse processo de exclusão implicou em diferentes níveis de expropriação em relação aos meios de produção e instrumentos de trabalho. Para inúmeros trabalhadores restou apenas a sua força-de-trabalho e da família, sendo que outros, embora mantendo a propriedade da terra, encontram-se em condições tão ou mais precárias que os totalmente expropriados.

A emergência dos movimentos sociais tanto no meio urbano como no rural, nas últimas décadas, resultou em uma demanda por terra, que aglutinou grande número de trabalhadores em todas as regiões do país.

O processo de democratização registrado a partir do início da década de 80, com iniciativas tênues e pontuais, tentou dar respostas a esses movimentos através da implantação de assentamentos rurais. Seja por políticas estatais, ou mesmo, sob a égide do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), decretado a partir de 1985, pôde se assistir ao aparecimento de inúmeros núcleos de assentamentos de trabalhadores rurais.

No estado de São Paulo, o governo Montoro (1983-86) em resposta a intensa mobilização dos trabalhadores rurais, estabeleceu políticas de assentamentos através do Plano de Valorização das Terras Públicas (PVTP) e do Plano de Regularização Fundiária, este último visando, principalmente, amenizar os conflitos pela posse da terra que vêm sendo registrados no Vale do Ribeira, no decorrer dos anos.

O presente trabalho parte de uma experiência de extensão rural desenvolvida junto ao assentamento Pirituba II -Área III, que foi implantado em 1987 no município de Itaberá, sudoeste do Estado, através do Plano de Valorização de Terras Públicas.

A constatação de que a condição de vida da maioria dos pequenos agricultores familiares atinge, por vezes, os limites mínimos de subsistência, tendo em vista a escassez dos meios de produção e a baixa valorização do produto de seu trabalho, levou um pequeno grupo de pessoas formado por técnicos do assentamento Pirituba II- Área III e as lideranças dos assentados a realizarem um trabalho político de orientação aos pequenos agricultores rurais do município de Itaberá.

Tendo em vista a história da pequena unidade familiar rural de subordinação ao modo de produzir vigente, ou mesmo de resistência, mas também seu intenso processo de expropriação, a idéia seria a de um trabalho que pudesse criar

condições para aumentar o poder de resistência desses trabalhadores evitando sua expulsão da terra. Parcela importante dos pequenos produtores no Brasil tem demonstrado, desde muitas décadas, a capacidade de articulação e manutenção da pequena produção familiar dentro do sistema capitalista através do rearranjo dos diversos recursos disponíveis no meio natural imediato, bem como e, principalmente, na rearticulação da força de trabalho da família do pequeno produtor.

A idéia básica do trabalho de extensão rural a ser desenvolvido tinha como pressuposto que a reforma agrária depende da organização e direcionamento político das lutas dos trabalhadores e que, para essa organização diferentes segmentos têm que estar unidos. Daí duas ordens de preocupação:

A primeira com relação aos pequenos produtores que, como foi dito anteriormente, estão sempre correndo o risco de serem despropriados e, a segunda com o próprio assentado cuja luta pode se esvanecer ou se modificar a partir das conquistas já alcançadas, por que novos interesses são gerados no processo de assentamento. Recria-se um pequeno produtor familiar, atrelado ao Estado e às classes dominantes que passa a ter problemas relacionados à produção/comercialização visando a manutenção da família.

No entanto, este pequeno produtor familiar recriado, não está mais isolado. Ele se agrupa a seus iguais para buscar a resolução dos problemas enfrentados. Daí a necessidade de refletir, de um modo geral, sobre o próprio processo de constituição de grupos, sem que se perca sua dimensão histórico-social.

Os grupos se formam em circunstâncias diversas: realização de tarefas, discussão de temas, reivindicação de certos interesses comuns, ou ainda em uma luta ampla por transformações que afetam a estrutura social.

A dinâmica desses grupos terá contornos diferentes de acordo com seus objetivos, sua inserção social, as transformações históricas e representações dos grupos sobre si mesmos e sobre a sociedade. Assim, os grupos podem ser **efêmeros**, durando somente enquanto existir a tarefa que os une; ou mais **persistentes**, quando ganham significação histórica. Este último se constrói na luta política, quando apreendem as contradições sociais, ou seja, quando tomam consciência do processo, que os constitui como grupo.

As formas de organização de um grupo estão em um universo de determinações econômicas, sociais e políticas embora não se trate de estruturas fixas. Elas se concretizam como conjunto de ações articuladas que intervêm na realidade. Nesta intervenção organizada, o grupo transforma a realidade, o que vai suscitar novas respostas por parte deste grupo.

Dentro deste contexto, a presente pesquisa pretendeu analisar as atividades desenvolvidas pelos técnicos e as lideranças vinculados ao assentamento Pirituba II - Área III, visando estender o trabalho já realizado no assentamento, aos pequenos produtores dos bairros rurais do município de Itaberá.

Este trabalho, baseado no processo de formação e organização de grupos estruturava-se em três aspectos principais: da produção agropecuária, via tecnologias alternativas e adaptadas a pequenos produtores e também, a comercialização principalmente do milho e do feijão; das estratégias familiares e grupais para executar esta produção e, finalmente, da organização política via associações de pequenos produtores que pudessem representar os interesses comunitários de cada bairro rural. As primeiras atividades foram realizadas através de palestras em cada um dos bairros envolvidos sobre temas pertinentes.

A equipe contou com a participação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaberá, cuja diretoria também assistia inquieta ao processo de desapropriação vivido pelos agricultores da região. Em vista disto, devido a grande demanda, foi necessária a contratação de um técnico cuja atuação deveria estar voltada exclusivamente para esta finalidade, ou seja, dar orientação e acompanhamento aos pequenos produtores nos bairros rurais do município, cujas primeiras palestras insulflaram uma demanda direta de trabalho.

A proposta de pagamento deste técnico, aceita pelos participantes, em um primeiro momento, através de uma porcentagem de produção da cultura alvo dessas ações foi prejudicado devido a inúmeros problemas dentre eles, a frustração de safras.

Diante disto, surge a idéia de se constituir uma instituição de caráter privado que pudesse captar recursos de outras fontes e que fosse estruturada no sentido de dar maior sustentação e organização ao trabalho proposto.

A concretização dessa proposta se deu através da criação do INOCAR (Instituto de Orientação Comunitária e Assistência Rural) que passou a ser responsável pela continuidade do trabalho.

O acompanhamento deste processo, como um dos "voluntários" que atuaram junto ao INOCAR, permitiu o equacionamento deste projeto de pesquisa visando a resposta a alguns questionamentos, surgidos no decorrer da "prática".

Este estudo visou resgatar o processo de organização vivido por aqueles agricultores e no que a atuação do INOCAR influenciou.

Algumas perguntas, deveriam ser respondidas:

Em que dada categoria (a dos pequenos produtores assentados e a dos pequenos produtores autônomos) difere e interfere na outra durante a atuação do INOCAR?

O assentamento é visto por eles próprios (assentados e pequenos produtores nos bairros rurais do município) como o "que deu certo". *Até que ponto a trajetória de despropriação/trabalho assalariado-arrendamento/luta e conquista da terra/trabalho coletivo no assentamento foi capaz de diferenciar os assentados dos seus vizinhos - pequenos produtores autônomos?* Estes continuam trabalhando de forma tradicional, com o centro das atividades e decisões baseados no núcleo familiar, calcados na exploração da mão-de-obra familiar.

Os líderes assentados e os técnicos, passam suas experiências e conquistas aos líderes dos diversos bairros rurais. *Como ocorreu esta interferência ?*

O INOCAR tinha como objetivo primordial auxiliar na sobrevivência daquelas famílias, que se encontravam em situação de crise. *Como foi o caminho percorrido por estes produtores rurais, expressos em seus projetos de organização?*

Ambas as categorias apresentam a dificuldade de produzir, com poucos recursos, produtos da cesta básica alimentar como o feijão, o milho, o arroz e a mandioca. Apesar do assentamento ser visto como "o que deu certo", este também padece de problemas para a obtenção de recursos. Ambos tem como desafio comum a luta pela sobrevivência de suas famílias.

Para tentar responder a estes questionamentos, o caminho percorrido partiu da prática, do empírico, do vivido,(resgatando o processo vivenciado) e foi

até a análise, calcada em outros estudos sobre o tema.

Assim na revisão bibliográfica procurou-se distinguir estas duas categorias analisadas, o que se convencionou denominar pequenos produtores assentados e pequenos produtores autônomos, termo que melhor expressava o que se queria representar, ou seja, agricultores que trabalhavam de forma autônoma no cultivo de suas terras, onde o processo decisório estava, na grande maioria das vezes, no chefe da família, diferente dos assentados, cuja organização produtiva se baseava no trabalho coletivo das terras do assentamento e o processo decisório estava na mãos da maioria.

A análise percorreu dois grandes eixos:

- Primeiramente, resgatando o processo histórico do lugar, a implantação dos assentamentos existentes na Fazenda Pirituba II, e a constituição e atuação do INOCAR junto aos pequenos produtores dos bairros rurais.

- Em seguida, analisando os resultados alcançados pelo trabalho do INOCAR junto aos pequenos produtores assentados e aos pequenos produtores autônomos.

3. OBJETIVOS

A partir da análise das atividades de uma organização não governamental, o Instituto de Orientação Comunitária e Assistência Rural (INOCAR), junto a pequenos produtores autônomos e pequenos produtores assentados do município de Itaberá, pretendeu-se investigar e averiguar como o processo evolutivo dessa atuação repercutiu em cada uma das categorias sociais envolvidas.

Com a caracterização e o conhecimento do perfil de cada uma destas categorias, envolvendo formas de organização do trabalho, principais lavouras cultivadas, vínculo com entidades de apoio, entre outros indicadores, objetivou-se especificamente, verificar as diferenças entre as trajetórias percorridas pelos assentados e pelos pequenos produtores, expressas em seus projetos de organização, após a atuação do INOCAR.

Por fim, tentou-se neste trabalho refletir a relação técnico/agricultor a luz do trabalho desenvolvido pelo INOCAR.

4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

4.1. PEQUENOS PRODUTORES

Quais são os elementos que caracterizam o pequeno produtor de feijão de Itaberá? Estes, são entendidos como pequenos produtores que trabalham a terra de forma autônoma, estando as decisões de produção, na grande maioria das vezes, a encargo do chefe da família. É bom frisar que “autônomo” tem aqui um sentido restrito, refere-se ao trabalho individual na unidade de produção, não tendo nada a ver com “isolado” ou “auto-suficiente”, características estas que serão analisadas no decorrer deste capítulo.

Para compreender estes “elementos” da agricultura familiar existente no município de Itaberá, percorreu-se o seguinte caminho :

- resgatou-se a questão “quem eram”, para servir de auxílio na compreensão de “quem são”;
- identificaram-se os elementos constituintes dos agrupamentos rurais de vizinhança, os denominados bairros rurais.

Para tanto, utilizaram-se autores que produziram obras de referência na análise da pequena produção familiar na década de 70 e alguns outros mais recentes. Estes trabalhos são fundamentais para compreender também que a região chamada de “Ramal da Fome” ficou à margem do desenvolvimento que a cafeicultura proporcionou no

estado de São Paulo e manteve, apesar das transformações advindas com a expansão do feijão, muito dos seus elementos constituintes.

CANDIDO (1971) diz que o dono de terras é sitiante ou fazendeiro, conforme empregue ou não mão-de-obra estranha à família. Em princípio, esta distinção entre as categorias de sítiantes e fazendeiros leva em conta a importância e a extensão da propriedade destes indivíduos.

MULLER (1951), citada por QUEIROZ (1973:6) e WANDERLEY (1988:31), definiu o que compreendia ser "sitiante":

"todo o pequeno produtor rural que, responsável pela lavoura, trabalha direta e pessoalmente a terra com a ajuda de sua família e, ocasionalmente, de alguns empregados remunerados."

A autonomia, a responsabilidade pelo empreendimento, o trabalho com a mão-de-obra familiar foram os traços essenciais apontados pela autora para designar o "sitiante".

QUEIROZ (1973:5) baseada em CANDIDO (1971) procura, através de uma caracterização, entender estes produtores, originalmente denominados "caipiras":

"Esta gente do sítio vive em casas tão precárias que mereciam o nome de ranchos; utilizando técnicas e processos rudimentares; consumindo os produtos que plantavam; vestindo roupas fiadas e tecidas por eles mesmos; empregando utensílios fabricados em casa; comendo doces e biscoitos confeccionados pelas mulheres da família; indo vender nas cidades próximas galinhas e leitões, assim como as sobras da produção."

(...) Esta maneira de viver integrava-os na agricultura de subsistência que sempre existiu no Brasil, onde surgira acompanhando a grande lavoura de exportação, da qual sempre foi complementar."

Estava-se em suma, diante de um produtor que consumia o que produzia, utilizava para troca ou venda aquilo que não empregava no consumo diário e não visava o lucro com o cultivo da terra.

A estrutura produtiva era baseada na policultura e pequena criação, onde os produtos cultivados eram basicamente alimentares, e geravam freqüentemente um excedente comercializável sobre o auto-consumo familiar. Associado a este(s) produto(s) ocorria o cultivo de "miudezas" e a pequena criação, que também podiam gerar um excedente comercializável.

Esta característica da produção familiar com base na diversificação das culturas, era a forma adequada de prover as necessidades da família. Isto porque, por um lado, permite a manutenção de um equilíbrio entre produtos destinados ao auto-consumo e produtos, cuja comercialização assegurava os meios para a aquisição dos demais bens de consumo e de trabalho; por outro lado, a diversidade de culturas ocupava mais plenamente a força de trabalho familiar durante o ano. Finalmente, a venda de diversos produtos, inclusive o excedente do auto-consumo, em diversos momentos, tornava possível as entradas sucessivas de recursos ao longo do ano, favorecendo assim um melhor equilíbrio financeiro da família.(WANDERLEY, 1988).

Outro elemento importante na caracterização destes agricultores, que perdura até o presente, é que eles se distribuem em bairros rurais. CANDIDO (1971: 62) denomina os grupos rurais de vizinhança na área paulista bairro, ou

seja,

"A estrutura fundamental da sociabilidade caipira, consiste no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas."

No que se refere à base territorial do bairro, trata-se de um espaço geográfico delimitado. As habitações podem estar próximas umas das outras, sugerindo por vezes um esboço de povoado ralo; podem estar de tal modo afastadas que o observador muitas vezes não discerne, nas casas isoladas que encontra a certos intervalos, a unidade que as congrega. Há porém, neste grupo de vizinhança de "habitat" disperso, os contornos suficientemente consistentes para dar aos seus habitantes a noção de pertencimento, levando-os a distingui-lo dos demais bairros da região.

CANDIDO (1971) ressalta que o "sentimento de localidade" constitui o elemento básico para delimitar a configuração de um bairro, tanto no espaço geográfico quanto no espaço social.

A convivência entre os habitantes do bairro decorre da proximidade física e da necessidade de cooperação. O trabalho coletivo é um elemento importante na sua caracterização.

"Um bairro poderia, deste ângulo, definir-se como o agrupamento territorial, mais ou menos denso, cujos limites são traçados pela participação dos moradores em trabalhos de ajuda mútua".(CANDIDO, 1973:67).

Anteriormente, a manifestação de trabalhos de ajuda mútua mais importante era o mutirão, o costume de juntarem-se para o trabalho e assim, passarem de

uma casa a outra, à medida que iam terminando as tarefas, e as noites passavam-nas alegremente em suas folias.

As várias atividades da lavoura e da indústria doméstica constituíam oportunidades de mutirão, de troca de dias de serviço e outras formas de auxílio mútuo, que eram soluções adotadas para resolver, por um lado, a escassez de mão-de-obra, e, por outro, a escassez de meios para obtê-la, suprimindo as limitações da atividade individual ou familiar. E o aspecto festivo de que se revestia, constituía um dos pontos importantes da vida cultural de um bairro rural.

CANDIDO (1971: 68) acaba por definir o mutirão da seguinte forma:

"Consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-los a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação, etc. Geralmente os vizinhos são convocados, e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho. Mas não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram. Este chamado não falta, porque é praticamente impossível a um lavrador, que só dispõem de mão-de-obra doméstica, dar conta do ano agrícola sem cooperação vicinal."

É salientado o caráter de rapidez do trabalho efetuado pelo mutirão, o que pode ser devido à urgência requerida em muitos casos. O mutirão não é propriamente um socorro; é antes um gesto de amizade, um motivo de festança, uma forma de cooperação para executar rapidamente um trabalho agrícola.

Outro elemento de definição da sociabilidade entre os habitantes de

um bairro rural é o complexo de atividades lúdico-religiosas que ultrapassa o âmbito familiar, encontrando no bairro a sua unidade básica de manifestação. Pois ao lado da prática centralizada pela vila, e frequentemente auxiliando-a, há uma série considerável de práticas religiosas que tem por universo o grupo rural de vizinhança.

Sob este aspecto CANDIDO (1971: 71) define o bairro rural como:

"O agrupamento mais ou menos denso de vizinhança, cujos limites se definem pela participação dos moradores nos festejos religiosos locais".

Esta festa religiosa só é possível, quando todos os habitantes do bairro se congregam e se reúnem, assumindo a responsabilidade econômica para a realização desta.

Para o autor, as formas de ajuda mútua e as festas religiosas eram basicamente os dois focos que promoviam a reunião dos habitantes de um determinado bairro; o funcionamento do bairro era caracterizado pela dispersão quotidiana, na qual as famílias pareciam isoladas em suas propriedades. Estas reuniões periódicas demonstravam o grau de vitalidade do bairro enquanto grupo. A periodicidade ficava na dependência de vários fatores; quanto mais as reuniões se espaçavam, mais o bairro ia perdendo sua consistência e tendendo ao desaparecimento.

4.2. PEQUENOS PRODUTORES ASSENTADOS

Para compreender "quem são" os pequenos produtores assentados buscou-se resgatar na sua trajetória de vida "quem eram" esses sujeitos. Estes são, em sua maioria, ex-arrendatários da região e assim, historicamente, a sua forma de organizar a

produção tem a mesma essência dos pequenos produtores descritos anteriormente, ou seja, trabalham com o uso de mão-de-obra familiar.

Para melhor clareza da constituição desta nova categoria: pequenos produtores assentados, torna-se necessário traçar algumas considerações sobre as políticas de implantação dos assentamentos no Estado de São Paulo, a luta pela terra e a organização do trabalho no assentamento.

4.2.1. A Política de Assentamentos no Estado de São Paulo

O governo estadual realizou na década de 60, algumas experiências de implantação de projetos de assentamentos. O governo de Carvalho Pinto através do programa "Reforma Agrária Paulista", regulamentado pela Lei de Revisão Agrária¹, promoveu a instalação de alguns projetos, dos quais os exemplos mais característicos são os do Núcleo Rural da Fazenda Capivari, em Valinhos e da Fazenda Santa Helena, em Marília. Nesta ocasião foi criada junto a Secretaria de Agricultura do Estado, a Assessoria de Revisão Agrária (ARA).

CORNEJO *et al* (1989) apontam o caráter ideológico desenvolvimentista da "Reforma Agrária Paulista", mostrando que o fundamento básico da lei de Revisão Agrária era a criação de uma classe média produtora de alimentos e consumidora de produtos industrializados assim como a formação de uma pequena propriedade rural capitalizada onde se utilizariam técnicas sofisticadas.

ANDRADE (1993) ressalta esta posição política quando diz que "os

¹ Lei de número 5994 de 31 de dezembro de 1960.

assentamentos eram implantados a partir da intervenção do Estado, a fim de solucionar os conflitos engendrados na luta pela terra" e que, esta intervenção, além de conter a marca de uma política meramente assistencialista, reduziu os trabalhadores a meros beneficiários. De um lado, havia o Estado autoritário, portador da lei do dominador, que intervinha e criava um assentamento onde houvesse um conflito, e do outro, os trabalhadores que viviam sob as mais perversas condições de dominação, não tendo os mínimos direitos de cidadão.

Na década de 80, as mudanças políticas decorrentes da redemocratização do país trouxeram alterações também no plano dos assentamentos, como mostra ESTERCI *et al* (1992): *"em 1982, a conjuntura específica de alguns estados permitiu a eleição de governos de oposição ao regime militar que, sustentados num amplo arco de alianças, começaram a abrir espaços para propostas de assentamentos que constituíram demandas de setores de população apoiados por entidades de apoio: igreja, facções político-partidárias, etc. Podemos incluir neste caso, por exemplo, os governos então eleitos no Espírito Santo, no Paraná, no Rio de Janeiro e em São Paulo."*

Em palestra proferida no Instituto de Terras (05/05/93), D'INCAO, analisando as políticas de implantação de assentamentos no período da transição democrática, com destaque para Plano de Valorização e Aproveitamento dos Recursos Fundiários do Estado do governo paulista de Franco Montoro (1983/1987), classifica-as como *"políticas sociais fundadoras de cidadania"*.

Os trabalhadores, historicamente dominados, começam a se mobilizar e reivindicar o direito de acesso à terra, propondo uma negociação com o Estado. Por outro lado, o Estado que estava num processo de democratização, passa a reconhecer a existência deste direito e assume o compromisso de negociar.

Nas palavras de D'INCAO: *"O Estado não se percebe mais como sendo igual à lei, igual ao dominador; há uma separação entre a lei e o Estado, e esse Estado se propõe a negociar e em cima do reconhecimento de um direito. Houve então uma separação do Estado dominador-lei, a lei existe então como instrumento que passa a regular a relação do Estado com a sociedade"*.

É preciso relativizar este processo de abertura política já que, como afirmam FERRANTE & SILVA (1986), ocorre a apropriação pelo Estado da luta dos trabalhadores; o Estado apropria-se das práticas sociais dos trabalhadores, ou seja, apropria-se das necessidades reivindicadas pelos trabalhadores sem terra, saindo da posição de opositor/dominador e assume-se como mediador/protetor quando do processo de concessão da terra.

Os instrumentos de controle estatal dos conflitos gerados pelas lutas sociais no campo podem ser assim sintetizados: o Estado, de posse da terra, a concede sob permissão de uso por período determinado, mantendo assim o controle totalitário desse contingente de trabalhadores e, através de seus organismos, impõe as diretrizes centrais que os trabalhadores assentados deverão cumprir, elegendo como critério de permanência, a produtividade. O Estado cria então, um modelo de assentamento, impondo as formas de exploração agropecuária, o tipo de conservação de recursos naturais, o gerenciamento dos investimentos e das linhas de créditos e fornecendo assistência técnica através da figura do extensionista. Dessa maneira, os projetos de assentamento são construídos sob as regras da economia agrícola dominante e os trabalhadores rurais submetidos ao modelo de organização da produção priorizado pelo Estado (a forma privilegiada foi o associativismo), tendo sua base tecnológica comandada pelo modo de produção dominante (uso de insumos industriais para agricultura e mecanização).

A política fundiária definida na administração de Franco Montoro promoveu o aproveitamento de terras públicas ociosas, através de dois planos distintos (DAF, 1990):

- 1) Planos Públicos de Valorização e Aproveitamento dos Recursos Fundiários do Estado, baseado na Lei nº 4957, de 30 de dezembro de 1985, através do qual o governo utilizou-se de terras públicas ociosas, sub-aproveitadas ou aproveitadas inadequadamente para promover assentamentos de trabalhadores rurais.

- 2) Programa de Regularização Fundiária, baseado na Lei nº 4925 de 19 de dezembro de 1985 que trata da regularização de terras públicas de produtores rurais cujos lotes fossem inferiores a três módulos rurais e houvessem explorado a área no mínimo há 3 anos. O programa foi iniciado com os posseiros do Vale do Ribeira e do Litoral Paulista.

O caráter conservador desta política é salientado por FERRANTE & SILVA (1986), pois na medida em que os assentamentos foram efetivados em terras públicas ou de propriedade privada, porém ociosas, garantiu-se o não questionamento da estrutura agrária concentrada existente no país e a manutenção da estrutura fundiária dominante. BERGAMASCO (1992) ressalta que, *"esta política, mais que uma solução parcial, ao problema de Reforma Agrária, apresenta-se como um paliativo aos conflitos pela posse da terra..."*

Em que pese que a política fundiária do governo Montoro superou as anteriores, é preciso registrar que a capacidade potencial existente para a execução de programas deste tipo possibilitava um volume muito maior de realizações em termos de assentamentos (LEITE, 1988). A proposta inicial do governo previa assentar cerca de 3.000 famílias de trabalhadores sem terra ou com terra insuficiente para sua sobrevivência. Entretanto, somente 2.150 famílias foram beneficiadas, ocupando uma área de 36.173 ha.

(LEITE, 1992).

Para desenvolver a política fundiária, o governo de São Paulo transformou a antiga ARA - Assessoria de Revisão Agrária, em maio de 1983, no IAF - *Instituto de Assuntos Fundiários*, subordinado à Coordenadoria Sócio-econômica da SAASP - *Secretaria de Agricultura e Abastecimento de Estado de São Paulo*. Em 1985, instituiu-se a SEAF - *Secretaria Executiva de Assuntos Fundiários*, que passa então a englobar o IAF, a CAIC - *Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora*, e a *Comissão de Assuntos Fundiários*. Ao IAF coube a demarcação de terras, a elaboração de projetos e a solução dos problemas fundiários, assim como a regularização das terras e à *Comissão de Assuntos Fundiários*, a função de opinar sobre as terras públicas em disponibilidade.

Em seqüência às mudanças políticas realizadas nos governos que sucederam Montoro, o IAF veio a ser desmembrado em 2 departamentos o DAF - *Departamento de Assentamento Fundiário*, e o DRF - *Departamento de Regularização Fundiária*, ambos vinculados ao ITESP - *Instituto de Terras do Estado de São Paulo*, e este à *Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania*. Atualmente, em 1995, o DAF é o órgão responsável pela implementação e desenvolvimento econômico dos assentamentos rurais.

4.2.2. A Conquista da Terra

A conquista da terra se dá no âmbito das lutas contra a expropriação, cujo processo envolve a perda dos meios de produção, impelindo os trabalhadores a se submeterem a migração ou à proletarização. Os principais movimentos organizados de luta pela terra nas duas últimas décadas são: o Movimento das Barragens a

partir de 1976 e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST² a partir de 1979.

A luta pela terra dos ex-arrendatários da região de Pirituba pode ser considerada como uma das primeiras manifestações coletiva em prol da reforma agrária nos anos 80 no Estado de São Paulo. Esta luta apresentou elementos inovadores nas formas de organização, tais como as ocupações de terras ociosas e os acampamentos coletivos que visavam pressionar publicamente o Estado.

ANDRADE (1993) ressalta o significado real do ato de ocupação: *"ocupar é um ato pensado, planejado, onde as pessoas passam a viver com a família de baixo de um barraco de lona improvisado, por tempo indefinido, sujeitos a perigos de toda ordem. É um ato que pode resultar em despejos, a fim de cumprir a liminar de reintegração da posse, emitida pela Justiça, expulsando os ocupantes da área"*. Sendo despejados, retornam para a beira da estrada a espera de nova oportunidade de ocupação.

O acampamento, consequência da expulsão de uma terra ocupada, é uma fase difícil onde as famílias vivem precariamente por tempo indeterminado e enfrentam inúmeras dificuldades. Porém, é uma decisão estratégica que obriga o Estado a buscar uma solução, por caracterizar uma *"situação de conflito"*.

Esta fase funciona para os trabalhadores como um exercício de cooperação e disciplina. Os trabalhadores formam comissões de trabalho onde cada equipe se responsabiliza por um problema específico. São elas, entre outras: Comissão de Negociação, Comissão Financeira, Comissão de Imprensa, Comissão de Alimentação;

² O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra teve sua origem nas regiões sul e sudeste do Brasil, no início da década de 80, expandindo-se para outros estados, tendo atualmente abrangência nacional. Nasceu de um processo de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário, cujo processo envolveu a perda dos meios de produção por parte dos camponeses. Tem buscado como forma de organização e luta, as ocupações de terra e os acampamentos coletivos.

Comissão de Saúde.

Durante o período de acampamento, as famílias organizam várias manifestações coletivas, tais como passeatas, caminhadas entre cidades e nos centros urbanos, cartas abertas à população e atos públicos, dando assim, visibilidade ao movimento e tornando público as suas carências e a urgência de providências por parte do governo.

Após idas e vindas, avanços e recuos, o processo de negociação entre o Estado e os acampados pode culminar com a autorização oficial de concessão de uso da terra às famílias demandantes através de um processo seletivo, segundo critérios estabelecidos pelo órgão responsável pelo futuro assentamento - o DAF.

4.2.3. Organização do Trabalho no Assentamento

Em relação à organização do trabalho nos assentamentos, LEITE (1986) aponta seis formas diferentes:

- 1) Exploração individual da terra, cada família cuida do seu lote;
- 2) O preparo do solo e o plantio de todos os lotes é feito em conjunto, só os tratamentos culturais e a colheita são feitos por cada família;
- 3) Assentamentos mistos, com divisão de grupos de tal maneira que aqueles que querem trabalhar em conjunto possam fazê-lo e também se respeite a vontade das famílias que querem trabalhar individualmente;

- 4) Exploração conjunta da produção só na primeira safra devido à falta de condições individuais no início do projeto;
- 5) Exploração conjunta da terra em todas as fases do trabalho;

- 6) Exploração individual da terra no início do projeto e posterior adoção do trabalho conjunto a partir da fundação de uma associação dos assentados.

Especificamente nas áreas I e II da Fazenda Pirituba, *"a forma de exploração agrícola é a divisão em grupos formados pela união de certo número de famílias, que cultivavam determinada área. Cada grupo tem um "chefe de grupo", eleito, que o representa nas reuniões gerais do assentamento. As tarefas mecanizadas são realizadas por equipes de tratoristas e os tratos culturais são realizados por cada família em sua área."* (SIMON *et al* ,1988).

A formação de uma associação dos assentados, preconizada pela assessoria oficial dos técnicos, tem como função orientar a exploração da área de produção agrícola e a comercialização das safras bem como administrar os recursos financeiros obtidos através de créditos bancários ou de entidades filantrópicas. Além dessas atribuições, a associação assume o papel político de representação da comunidade na defesa de seus interesses junto ao governo e outras instâncias (ANDRADE, 1993).

O Estado prevê também o tamanho dos lotes agrícolas em função das potencialidades da área e o planejamento da ocupação da agrovila, normalmente alocada no centro do assentamento, bem como as moradias e traçado urbano. Segundo D'INCAO (1991) *"o projeto original dos técnicos estatais era o da divisão em lotes para o cultivo, associada à criação de uma agrovila, onde os trabalhadores receberiam uma pequena*

parcela de terra - o quintal - para a construção de suas casas e os cultivos de subsistência. Os argumentos em defesa da proposta giravam em torno da maior facilidade de acesso das famílias à infra-estrutura de serviços de uso coletivo - escola, posto de saúde, barracão para máquinas agrícolas, etc - e da necessidade de manter os trabalhadores minimamente organizados para a obtenção dos financiamentos bancários, para a compra de máquinas e para as culturas. As linhas de financiamento existentes para esses casos eram dirigidas para pequenos produtores associados".

De acordo com ANDRADE (1993), "os agentes, líderes entre os assentados e assessores do movimento ligados à Igreja e ao MST, consideram como forma mais eficaz a coletiva, garantindo tanto a organização política dos trabalhadores quanto o sucesso da produção agrícola. A proposta da Igreja é embasada nos ideais cristãos de igualdade, de união e de solidariedade implementado no seu projeto comunitarista."

Para o MST (1986), a associação é um tipo de organização horizontal na qual a direção e as bases estão em condição de igualdade, numa relação democrática e com a participação de todos os trabalhadores. Assuntos polêmicos são decididos em votação e esta é realizada em todos os grupos, sendo o resultado levado pelos seus coordenadores à associação que tomará as providências com base na decisão aprovada. Esta linha de atuação dá oportunidade de participação de todos os trabalhadores no processo decisório.

E ainda, de acordo com D'INCAO (1992), o MST e demais setores da esquerda viram na proposta de produção coletiva ou associada uma forma de manutenção do engajamento político na luta pela transformação da sociedade brasileira.

Muitas instituições financeiras e entidades filantrópicas vinculam o

crédito e o auxílio financeiro somente a "produtores que estejam organizados", como por exemplo o Programa de Incentivos as Oportunidades de Trabalho e Geração de Renda da Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA).

Por outro lado, na medida em que nos assentamentos se desenvolve uma agricultura de base familiar, com a organização das famílias em lotes individuais de produção, D'INCAO (1992) propõe " *rever a metodologia de intervenção nos assentamentos revendo os discursos do projeto coletivista e apreender e explorar com profundidade as possibilidades de modernização e de organização dos pequenos produtores familiares*" bem como modificar os conteúdos dos financiamentos, caminhando para a criação de políticas adequadas à pequena produção.

Tendo em conta os projetos de vida dos assentados, é preciso considerar estes trabalhadores rurais a partir do que realmente são. Do conhecimento de seu potencial e de seus limites, pensá-los num contexto de desenvolvimento da economia familiar ou seja, do estabelecimento e exploração das possibilidades do trabalho em família. A autora defende a necessidade de explorar os projetos que os trabalhadores trazem consigo, permitindo com isso compreender a lógica racional de combinação do uso dos fatores de produção dos quais dispõem.

Na sua evolução histórica os assentamentos podem coexistir com duas formas de organização da produção. Enquanto, algumas famílias optam pela forma coletiva, outras famílias cultivam a terra de forma individual em seus próprios lotes de produção.

5. MATERIAL E MÉTODOS

5.1. MATERIAL

5.1.1. Descrição da Região

O Assentamento Pirituba II - Área III e os demais bairros rurais estudados se localizam no município de Itaberá, situado no sudoeste do estado de São Paulo³. O município possui uma área de 1050 Km² e sua população, em 1980, era de 16.389 habitantes, sendo que 34.5 % deste total residia então na cidade e 65.5 % na zona rural.

A região sudoeste do estado de São Paulo ocupa parte da chamada Depressão Periférica, cujos solos são em geral profundos, bem desenvolvidos, envelhecidos, com pH variando entre ácido a fortemente ácido e fertilidade natural baixa (IPT, 1981). Na região em que se encontram os assentamentos da fazenda Pirituba, os tipos de solo são os seguintes⁴:

- a) latossolo vermelho escuro e podzólico vermelho amarelo em proporções diferentes para cada área;

³ Ver mapa 1 - Localização da região Sudoeste no Estado de São Paulo. No anexo 1, pág. 149.

⁴ De acordo com a pesquisa denominada "Análise e Avaliação dos Projetos de Reforma Agrária e Assentamentos do Estado de São Paulo", desenvolvida por diversos campus da UNESP entre 1989/1993.

- b) hidromórfico, nas áreas de inundação, em pequenas faixas;
- c) litossolo, nas encostas com maior grau de declividade.

A fazenda se situa na zona hidromórfica do rio Paranapanema, no interior da depressão paleozóica da bacia do rio Paraná, no limite com o cristalino do planalto Atlântico. Seu relevo, medianamente movimentado (altitude média entre 500 e 800 metros) é, na maior parte das áreas, levemente ondulado, seguido de porção plana e de pequena porção ondulada.

A cobertura vegetal não é homogênea. Há manchas de mata araucária remanescentes da cobertura original. Há áreas de capoeira, e extenso domínio de cerrados.

Nos assentamentos do Projeto Pirituba II há recursos de água subterrânea. Na área I correm 6 Km do rio Pirituba e em todas elas é possível observar a presença de córregos.

O clima é do tipo mesotérmico, sem estiagens prolongadas. As temperaturas médias nos meses mais quentes giram em torno de 22 °C. Os índices pluviométricos atingem 1.200 mm a 1.400 mm anuais. No que se refere às condições naturais da região convém ressaltar ainda que ela é sujeita a geadas de inverno.

Além das características edafo-climáticas acima referidas, a região conta com algumas outras particularidades que a distingue das demais do Estado, de modo bastante significativo: é, por exemplo, o caso de sua história.

A região manteve durante muito tempo uma função de passagem, ligada aos caminhos das tropas de burros⁵ que, ao Sul, demandavam à Feira de Sorocaba.

A ocupação da região se deu a partir da segunda metade do século XVIII com a chegada de garimpeiros oriundos da província das Minas Gerais, os quais, em função da decadência da atividade mineral sofrida então por sua terra de origem, migravam em busca de novos meios de subsistência. Constituíram-se assim os núcleos que deram origem aos municípios de Itapeva, Itararé, Itaporanga e Itaberá.⁶

Os primeiros imigrantes se instalaram naquelas terras em 1862, e abriram nelas uma grande fazenda no local onde se encontra hoje o município de Itaberá. Naquela época a região atraiu garimpeiros que procuravam diamantes no Rio Verde e que sabiam de indícios da existência de ouro no Rio Lavrinhas, à margem do qual se fundou o povoado do mesmo nome.

Em 1871, este povoado é elevado à categoria de distrito, e em 1891 à de município, o qual foi denominado Nossa Senhora da Conceição de Lavrinhas. Finalmente, em 1905, ele recebe a denominação de município de Itaberá.

À exceção de Itapeva, que se transformou num grande centro da indústria da mineração, todos os demais municípios da região tiveram na agropecuária a sua atividade principal.

⁵ A quase inexistência de abastecimento de alimentos, a grande distância que as mercadorias importadas deviam percorrer por terra e a necessidade de vencer regiões montanhosas para chegar ao local de mineração, contribuíram para que o sistema de transporte baseado em muare desempenhasse um papel básico no funcionamento da economia mineira do século XVIII (FURTADO, 1977).

⁶ De acordo com BARBOSA (1955), em seu pequeno vocabulário Tupi-português, estas palavras tem origem indígena. O prefixo *ita* significa pedra. Itaberá é originário de *ita* e *beraba*, que quer dizer brilhar, ou seja, pedra que brilha, referindo-se, segundo Barbosa, aos diamantes. *Itapeva* significa pedra plana. Itararé vem de *itareré*, água que nasce da pedra. Itaporanga origina-se da junção de *ita* e *poranga*, que significa belo, bonito, resultando em pedra bonita.

A pecuária extensiva, para a produção de carne bovina e suína e para a criação de animais de tração, prevaleceu nas primeiras três décadas deste século. Paralelamente a essa classe de atividades, desenvolve-se a produção de alimentos básicos: o arroz, o milho e o feijão.

O algodão, que devido ao desenvolvimento da indústria têxtil na região de Sorocaba passou, após os anos trinta, por um ciclo de expansão, propiciou um fluxo de renda importante para a economia local. Porém, devido à concorrência com a região de Ribeirão Preto (a qual apresentava melhor infra-estrutura de transporte e produzia, em decorrência de terras mais férteis, fibras de melhor qualidade), a cultura de algodão logo entrou em declínio na região.

A década de cinquenta marcou, em virtude do clima favorável e dos incentivos governamentais, o início de um novo ciclo de cultura na região de Itaberá: o trigo. Tais incentivos buscavam aumentar a produção deste cereal, a fim de garantir a auto-suficiência do estado de São Paulo. Esta política de fomento agrícola possibilitou a consolidação de alguns elementos novos de infra-estrutura; a criação de cooperativas de agricultores e, principalmente, a implantação de uma agricultura modernizada, a qual trazia novidades tais como o moinho de trigo. No entanto, a doença fúngica conhecida como "ferrugem" atingiu e esteve perto de dizimar as plantações, diminuindo drasticamente sua produtividade e fazendo com que houvesse um refluxo da cultura na região.

O reflorestamento, decorrente sobretudo dos incentivos governamentais na década de 70, ocupou os solos mais fracos na parte norte e nordeste da região, sem contudo representar um segmento significativo.

A década de 70 marcou o ciclo expansivo da cultura de feijão na

região. A produção de feijão no Brasil era (e ainda o é) citada sempre, em quase todos os estados produtores, como exemplo, ao lado da mandioca, de agricultura mais tradicional e menos tecnificada do país. Na verdade, o feijão permaneceu sempre à margem da política agrícola tendo contribuído para isso os seguintes fatores: características próprias do ciclo de produção como, por exemplo, a necessidade de utilização de mão-de-obra praticamente constante, a alta susceptibilidade da cultura ao clima e as suas pragas e doenças e, também, questões ligadas à comercialização e à falta de preços mínimos compensadores.

ROMÃO (1981), para mostrar o crescimento da cultura de feijão a nível estadual, tomou o período de 1948-1980 e nele delineou três fases de comportamento.

A primeira corresponde aos anos 50 e início da década de 60, período em que o aumento da produção de feijão está claramente relacionado à expansão da área cultivada em função da expansão da cafeicultura (já que, nesta época, a cultura de feijão era cultivada nas entrelinhas da cultura do café) e, conseqüentemente, à da fronteira agrícola do Estado.

A outra fase corresponde à segunda metade da década de sessenta e primeira da de setenta. Nesse período, houve uma inversão da tendência de crescimento. Vários fatores contribuíram para que a produção se reduzisse :

- a) o programa da erradicação dos cafezais paulistas, concentrado no período de 1962/68
- b) as transformações nas relações de trabalho na agricultura paulista, na qual trabalhadores permanentes foram substituídos por trabalhadores temporários (aqueles produziam culturas que deveriam tanto suprir a sua subsistência como abastecer o mercado; entre elas, estava a do feijão)

c) a expansão da pecuária e da lavoura canavieira no estado, com a substituição das culturas originalmente cultivadas.

A terceira fase compreende o quinquênio final dos anos setenta, quando há não só uma retomada da expansão da área e da produção feijoeira como, também, uma acentuada melhoria nos rendimentos físicos da cultura em decorrência do predomínio do feijão comercial e da difusão da tecnologia moderna de produção. Assim, a produtividade que girava em torno de 500 Kg/hectare no período de 1964/71, passa para 600 Kg/hectares em 1972/77, atingindo nos anos oitenta o rendimento de 800 Kg/hectare.

GRAZIANO DA SILVA *et alli* (1982) mostraram que nesta terceira fase ocorreram duas modificações básicas da cultura a nível estadual. Uma delas, relativa à forma de produzir (o tipo de cultivo passou a ser predominantemente solteiro) e, a outra, a sua localização geográfica. Ocorre que a produção de feijão se desorganizou nas áreas onde era plantado de forma consorciada com a cultura do café, e a região sudoeste do Estado aumentou sua participação na produção. Este aumento se deu não tanto pelo fato de a região apresentar condições edafo-climáticas ideais para o cultivo, mas, principalmente, por ser ela restrita às culturas de cana-de-açúcar, café, algodão e soja.

Não tendo sido a região sudoeste do Estado ocupada pelo avanço destas culturas para exportação, ela permaneceu como área periférica, o que ocasionou a persistência de graves problemas de infra-estrutura uma vez que, durante um longo período de tempo, foi mantida à margem do desenvolvimento econômico. GONÇALVES & SOUZA (1993a) afirmam :

"mantida à margem do núcleo do processo de acumulação de capital, a região sudoeste do estado de São Paulo apresentava no início da década de 70

deste século, o menor crescimento da região de Sorocaba".

GRAZIANO (1984) sintetiza, com as modificações ocorridas no cultivo de feijão abaixo discriminadas, as transformações ocorridas na década de 70 na região :

- a) o aumento da escala de produção através da expansão das áreas cultivadas com feijão;
- b) a mudança de base do sistema tecnológico adotado: o sistema tradicional, que se baseava na tração animal e no trabalho manual, foi parcialmente ou totalmente substituído pelo sistema com base mecânica;
- c) o aumento do grau de mercantilização e monetarização da atividade produtiva;
- d) o aumento da utilização de mão-de-obra assalariada;
- e) aumento da produtividade: o novo padrão tecnológico imposto continha três elementos fundamentais que afetaram a produtividade: uma nova variedade de feijão mais produtiva e mais resistente (carioca), a utilização de fertilizantes e defensivos e a mecanização.

Os cinco elementos acima apontados constituem um complexo que traduz o processo de tecnificação ocorrido na região.

SALIT (1987a) afirma que a Divisão Regional Agrícola de Sorocaba respondeu por cerca de 75 % da produção estadual da cultura. Dados coletados junto ao Instituto de Economia Agrícola (IEA) para 1994⁷ prevêm uma área total de 63.200

⁷ As informações relativas ao ano de 1994, por terem sido coletadas em novembro do mesmo

hectares para a Delegacia Agrícola da Itapeva⁸, o que corresponde a 28 % da área total em produção no estado de São Paulo. O rendimento da safra de feijão do período das secas, a qual foi concluída à época em que estas informações foram coletadas pelo IEA, ultrapassou a cifra das 34 mil toneladas, correspondente a uma participação de 28 % do total produzido no Estado.

GONÇALVES & SOUZA (1993a e 1993b) realizaram um minucioso estudo sobre as modificações ocorridas na agricultura de Itaberá. O crescimento da área plantada de feijão foi significativo para o Município. No período de 1964/66 a área anual era de 4.000 hectares, sendo que no de 1969/71 já se contava com 6.000. Houve, a partir de então, um crescimento intenso neste sentido: no período de 1981/82, a área destinada ao plantio de feijão já era de 44.000 hectares. A década de 80 marcou o refluxo do crescimento da cultura, a qual recuou para uma área de 25.000 hectares em 1990. Em 1994, a previsão de área cultivada com feijão para este mesmo ano atingiu 22.000 hectares.

É preciso destacar alguns aspectos a respeito da tendência de crescimento do rendimento da cultura. O crescimento da produção de feijão do município não resultou apenas da elevada incorporação de área, mas também de um dinamismo tecnológico que acionou um rendimento agrícola crescente por hectare cultivado.

Analisando a década de 80, observa-se que, apesar do recuo da área plantada, o rendimento continua subindo. Isto se tornou possível graças a uma espécie de seleção natural dos agricultores da região: os pequenos produtores, devido à crise atravessada então pelo país, foram levados a abandonar a cultura e muitas vezes a terra, em

ano, não estão completas. Para o feijão das águas, os dados se referem à previsão de safra.

⁸ Estão vinculados a esta Delegacia Agrícola os seguintes municípios: Itapeva, Itararé, Itaberá, Itaporanga, Barão de Antonina, Ribeirão Vermelho do Sul, Bom Sucesso de Itararé, Nova Campina e Taquarivaí.

decorrência, entre outros fatores, de problemas com financiamentos bancários. Por outro lado, houve avanço da produção dos agricultores mais modernos, os quais elevaram a produção média por hectare para 800 Kg.

Quanto ao uso de insumos modernos, SALIT (1987a) salienta o aumento do consumo de fertilizantes e do emprego de tração motomecanizada de 1960 a 1980. É grande o aumento do consumo de fertilizantes em Itaberá: em 1960, 6.2% dos estabelecimentos utilizavam alguma forma deste insumo. Já em 1980 o valor passa a ser de 89.5%. O emprego da tração motomecanizada também se eleva no período, alcançando, em 1980, 57.4% dos estabelecimentos. Destaca-se de forma marcante, entretanto, a participação da tração animal utilizada em 1980: cerca de 84% do número dos estabelecimentos utilizavam-se deste tipo de tração.

A descrição do perfil de utilização das terras no município de Itaberá mostra que em 1970 as pastagens ocupavam mais da metade da área total (51.5%) e que as lavouras temporárias vinham em segundo lugar com 21.8% da área total, 16.4% dos quais eram destinados ao cultivo do milho. Em 1975 a área ocupada com pastagens diminuiu para 43.6% e o feijão aumentou a sua participação de 4.3% para 10.8%. Essa tendência persistiu até 1980, com lavouras temporárias evoluindo para 38.6% e pastagens caindo para 36.1%; e o feijão assumiu a posição de principal cultura anual (21.5%), ultrapassando o milho (13.1%). Em 1985, esse desempenho se reverteu: as lavouras temporárias tiveram a sua participação reduzida para 35.3% e as pastagens retomaram o crescimento (41.1%). O milho, por sua vez, voltou a crescer, ainda que não tenha chegado a ultrapassar o feijão (15.4%).

O comportamento da agricultura de Itaberá, na década de 80, mostra uma oposição entre as áreas ocupadas com lavouras temporárias e as com pastagens,

numa clara demonstração de substituição entre essas atividades.

O município de Itaberá já apresentava, em 1968, uma estrutura de distribuição de terras que tendia a concentrá-las nas mãos de um número bastante reduzido de proprietários: as propriedades acima de 500 hectares (3.3% do número total) ocupavam 46.7% das terras. Nos estratos inferiores, as propriedades de menos de 100 hectares (79.8% do total) detinham 22% das terras. A agricultura local sempre se manteve extensiva. A expansão do feijão se deu sobre uma estrutura agrária de alta concentração de terras, funcionando, nesse contexto, como agente colaborador dessa concentração. Em 1978, as propriedades com mais de 500 hectares (3.6% do total) ocupavam 47.3% das terras, mostrando pequeno avanço em relação à década passada. Já as propriedades com menos de 100 hectares (80.2% do total) passam a deter 21.7% das terras, o que significa que houve um aumento do seu número e uma diminuição do espaço por elas ocupado. Em 1988, as propriedades com mais de 500 hectares (3.8% do número total) ocupam 47.5% das terras, sendo que o território delas continua a se expandir. Por outro lado, o número das propriedades com tamanho inferior a 100 hectares, o qual aumenta e passa a representar 80.7% do total, passa a ocupar 21% das terras.

Outro indicador significativo é a variação da área média dos estabelecimentos agropecuários, na qual se detecta uma redução importante: em 1960, ela era igual a 70.8 hectares e, em 1980, passou a ser de 49.5 hectares.

Esse processo de redistribuição da terra foi lento e contínuo. O número das propriedades menores cresceu, ao mesmo tempo em que elas passaram a ocupar uma extensão menor de terras. Por outro lado, as grandes propriedades avançaram em número e também em extensão durante todo o período de 1968/88.

O índice de Gini⁹ é um indicador bastante utilizado como medida do nível de desigualdade na distribuição da posse da terra. Em 1968 este índice era de 0.851, classificado como concentração forte a muito forte. Em 1978 ele passou para 0.872 e, em 1988, atingiu 0.9030. Houve aumento do índice de concentração da terra e expansão da cultura do feijão no município.

A expansão e a modernização da cultura feijoeira local não levaram à constituição de grandes agroindústrias ou de cooperativas de porte avantajado. Ao invés disso, elas favoreceram a concentração do capital comercial, formado não só na venda de insumos e máquinas como também na compra de milho e feijão, dentro da lógica tradicional de comprar barato e vender caro. Os estímulos à produção de feijão por meio de mecanismos de intervenção tradicionais tais como o crédito subsidiado, longe de atingirem beneficentemente a maioria dos agricultores promoveu uma ação elitista, pois os benefícios, quando não foram apropriados pelos intermediários do capital comercial tradicional, o foram por uma parcela minoritária formada por grandes agricultores.

Grande parcela desse grupo de intermediários da comercialização do feijão comprou terras para aplicar o capital acumulado. A lógica do capitalista comercial na atividade agropecuária permaneceu a mesma: obter a mercadoria ao menor custo possível a fim de ganhar um diferencial na venda. Portanto, "comprar barato para vender caro" passou a significar, neste novo contexto, "produzir barato para vender a preços melhores", lógica esta que conduziu à exploração da pecuária mista, uma das atividades básicas da região e que se caracteriza por ser tratada com pastagens em estado sofrível.

⁹ A proximidade entre este índice e a unidade é diretamente proporcional à concentração fundiária, ou seja, um índice próximo a "um" acusa um alto grau desta concentração, ao passo que um índice próximo a "zero" é, num extremo oposto, indicador de uma distribuição bastante equitativa das terras.

5.1.2. Pequenos Produtores

A região era, tradicionalmente, produtora de milho, e o feijão, plantado apenas entre as linhas deste, procurava atender, exclusivamente, à subsistência da família do produtor. Este caráter não comercial do cultivo do feijão se refletia na sua forma de produção, a qual, além de se limitar à escala familiar, contava com um nível tecnológico extremamente baixo. Os pequenos produtores não utilizavam a mecanização e nem insumos modernos tais como fertilizantes e defensivos. A mão-de-obra por eles utilizada era basicamente a familiar, a qual era complementada, no auge dos serviços (colheita e batimento do feijão), por formas tradicionais não monetarizadas como a troca de dias de serviço ou os mutirões (forma de trabalho coletivo) com vizinhos e parentes.

O trabalho assalariado inexistia para esses pequenos produtores que, a fim de comercializarem os excedentes, basicamente o milho, recorriam aos compradores locais, que eram também os fornecedores de crédito, de insumos para a produção e de alimentos. Através deste sistema, foram sendo criadas as condições para o estabelecimento de laços de dependência pessoal do produtor com relação ao comerciante e para que se intensificasse a sua subordinação ao capital comercial.

Na década de 70, o feijão apresentou uma rentabilidade superior à das culturas¹⁰ alternativas para a região. A peculiaridade da dupla safra de feijão (a das águas e a das secas) tornou o seu cultivo mais vantajoso que o arroz e o milho, culturas consideradas favoráveis para os pequenos produtores de feijão.

Com o desenvolvimento do feijão na região, estes produtores se

¹⁰ Entre as culturas marginais estão a soja, os citrus e o algodão. Isto significa que estas culturas, se praticadas, poderão apresentar problemas de adaptação edafo-climática. E, dentre as culturas consideradas aptas, tem-se o arroz, o milho e a batata.

transformaram, incorporando parcialmente a tecnologia existente para o seu cultivo. Produzem agora basicamente para o mercado; seu primeiro objetivo é o lucro e, em geral, se especializaram no cultivo de um ou dois produtos¹¹ (feijão predominantemente, e milho). Sua própria subsistência já não depende fundamentalmente do que planta, pois mudaram também os hábitos de consumo, tornando-se mais dependentes de produtos manufaturados, e a venda da colheita passou a permitir-lhes adquirir o que não cultivavam.

Estamos diante de pequenos produtores autônomos e independentes em seu trabalho, que executam suas atividades apenas com os braços da família, e do qual lhes cabe a iniciativa e responsabilidade; características estas mantidas no processo de transformação ocorrido. Estes traços são primordiais para distinguir estes tipos de agricultores de outras categorias rurais, como o fazendeiro, o grande criador, o latifundiário, que não trabalham diretamente suas propriedades, mas comandam o trabalho alheio. GRAZIANO *et alii* (1981) tipificaram os produtores de feijão. Dentro desta tipificação, a categoria por eles denominada *camponeses e semi-assalariados*, é parte integrante de nosso objeto de estudo, sendo assim caracterizada:

a) camponeses: são os produtores que se utilizam do trabalho familiar, seja este complementado ou não por assalariados temporários, e que não chegam a contar com trabalhadores permanentes.

b) semi-assalariados: são os produtores que se utilizam do trabalho familiar não complementado por assalariados permanentes; e que se apresentam numa situação de empregados assalariados em outras propriedades rurais ou em atividades urbanas.

¹¹ Não deixam de produzir as culturas de subsistência em pequenas parcelas da propriedade, como o arroz, a mandioca, a batata doce, o milho para a criação, a horta e o pomar. Mas agora, o enfoque é outro, a principal cultura, o "carro chefe", é o feijão.

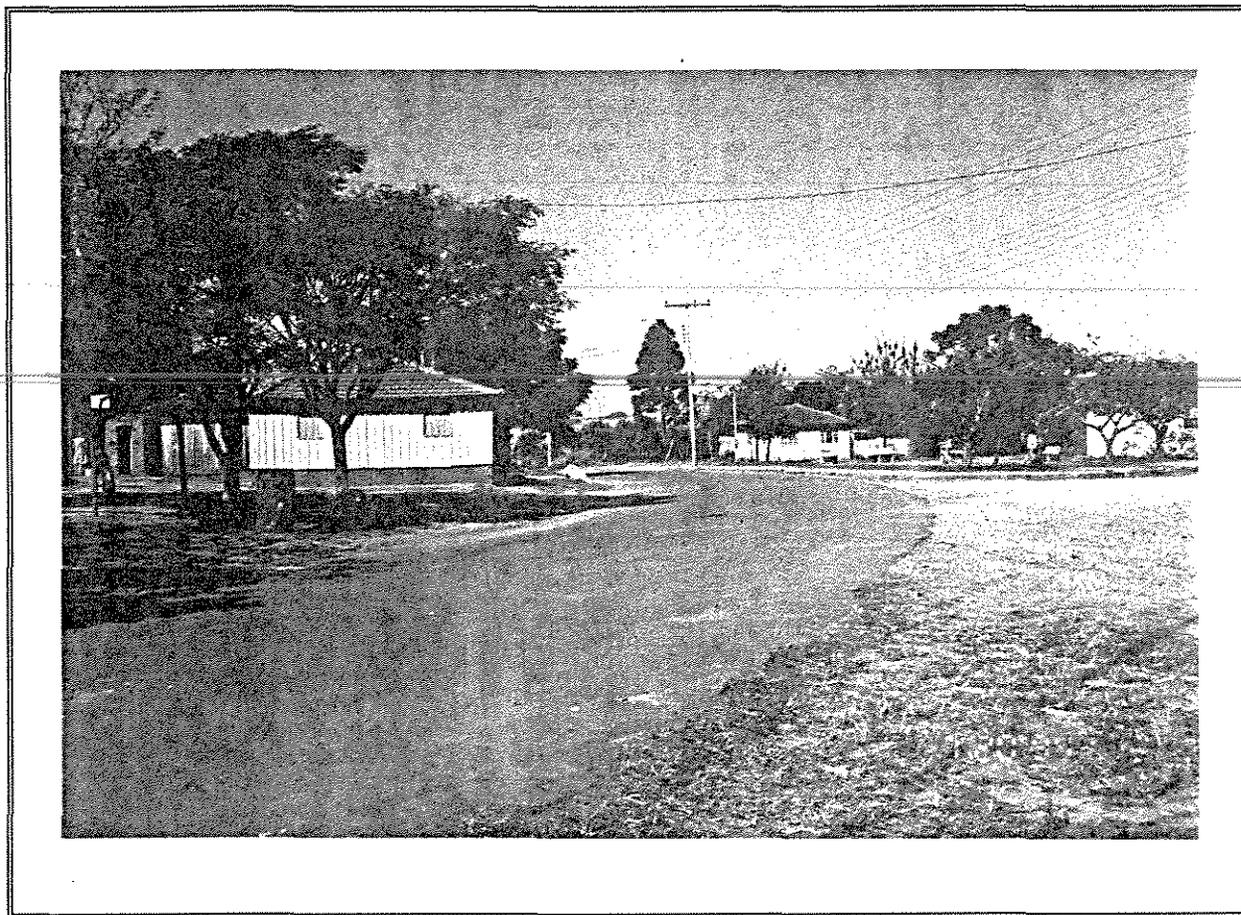


FOTO 1 - O núcleo do bairro dos Tomé - um dos bairros da pesquisa -Itaberá SP

De acordo com SALIT (1987b), os produtores rurais situados no estrato de até 50 hectares de área possuíam, em 1980, 83.5% do número total de estabelecimentos do município de Itaberá, ocupando uma área equivalente a 22.7% da área referente a este total.

Quanto à distribuição geográfica, as pequenas propriedades aparecem nas zonas de "grotas", parcela mais recortada do relevo onde ocorre uma sucessão de pequenas áreas cultivadoras de feijão e de uma pecuária mista que é utilizada nas partes mais declivosas.

No que se refere à tecnologia utilizada por estes produtores para o cultivo do feijão, é preciso dizer que ela é de uma profunda disparidade: muitos deles não chegam a obter um rendimento de 500 kg/hectare, cifra que já havia sido alcançada na década de 60. Atualmente, as transformações tecnológicas que acompanharam o crescimento da cultura de feijão na região fez surgir a utilização da mão-de-obra assalariada.

Nos momentos de máxima necessidade, ou seja, na colheita do feijão, faz-se necessário o auxílio de mão-de-obra externa à família. O mutirão transmutou-se. Como o momento de plantio do feijão se estende por um determinado período, no início da estação das águas¹², cabendo ao chefe da unidade produtiva determinar qual o momento de fazê-lo, cada unidade de produção pode apresentar um período distinto de colheita, e, como antes, "socorrer" o vizinho que está com o seu feijão no ponto de colheita. Porém hoje, com uma particularidade, este socorro tornou-se remunerado. A mão-de-obra da família é ainda complementada por outra forma de auxílio: o uso do bóia-fria. Alguns trabalhadores rurais se especializam nesta forma de trabalho: a prestação de serviços em determinada fase do ciclo produtivo. Assim, muitos produtores vão ao núcleo de determinados bairros onde moram estes trabalhadores, ou são procurados por estes, e contratam seus serviços. Esta mão-de-obra volante se diferencia das famílias que moram na periferia dos núcleos urbanos da região e que são contratadas pelas grandes fazendas que cultivam o feijão "moderno", isto é, aquelas que incorporaram as modificações tecnológicas recentes.

Na região em estudo, a característica de isolamento foi perdida. O desenvolvimento do transporte no município, apesar de ser reduzido e precário, facilitou o acesso ao centro do município que, associado as mudanças de hábito de consumo, fez surgir a demanda de produtos manufaturados. E mais: as mudanças na economia financeira, associada às mudanças da cultura do feijão (utilização de serviços bancários, utilização de

² No caso do "feijão das águas". O feijão das secas também é plantado em um momento de "boas chuvas", fevereiro até março, dependendo das condições climáticas daquele ano agrícola.

insumos industriais para a lavoura, informações sobre o preço da saca de feijão, etc.), fez com que o produtor se mantivesse em constante contato com o núcleo urbano.

Pode-se ainda registrar atividades de conagração no interior dos bairros definidos por jogos, principalmente o futebol, e festas do santo padroeiro cujo objetivo primordial é o levantamento de recursos para melhoria e manutenção dos instrumentos e instalações comunitárias.

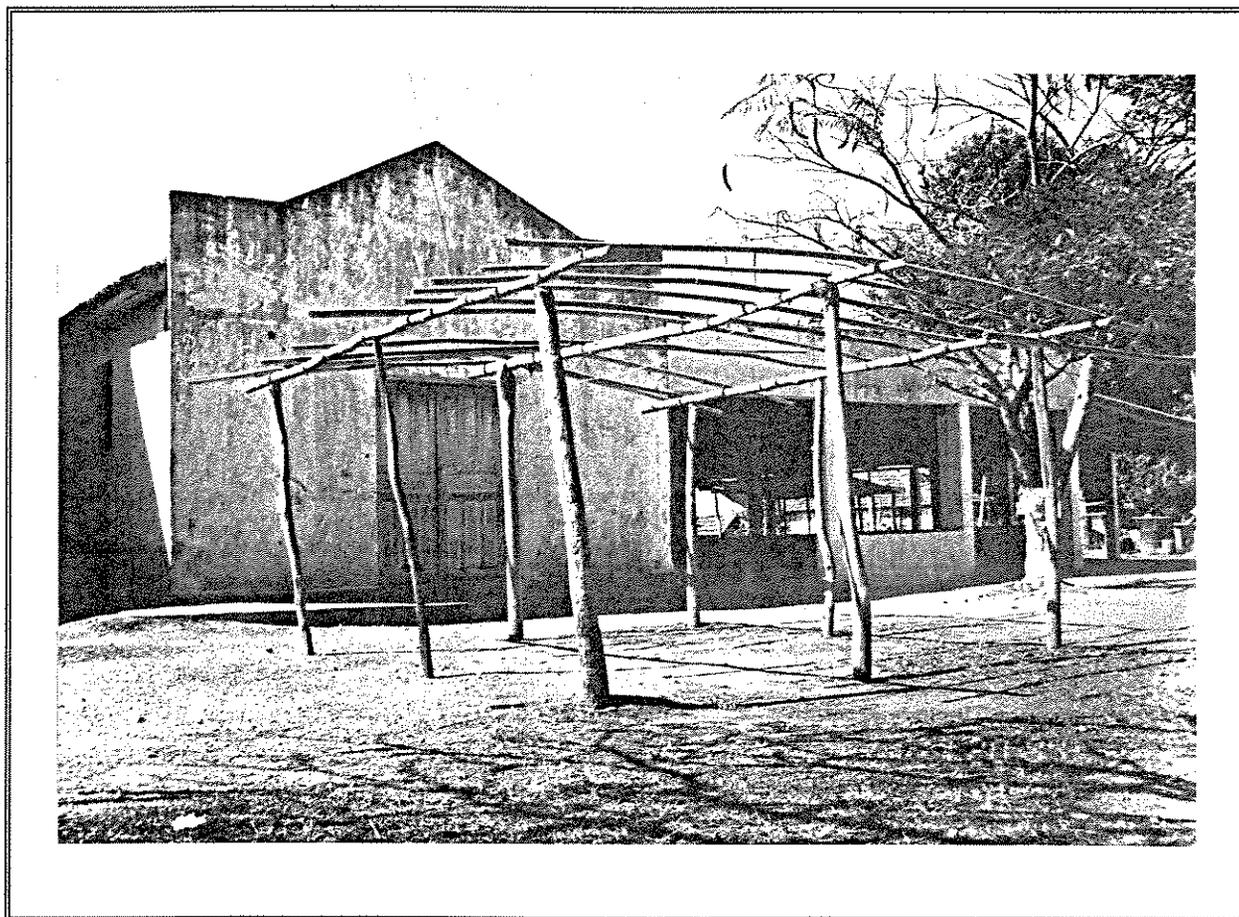


FOTO 2 - O núcleo do bairro dos Tomé - detalhe da sede da paróquia, associada ao espaço para as festas. Itaberá SP.

Outro importante elemento para a análise dos bairros rurais estudados é a existência de uma relativa homogeneidade social entre os habitantes, de modo que não se observam grandes desníveis, no que se refere às condições sócio-econômicas de vida.

Em síntese, pode se dizer que atualmente um bairro rural no município de Itaberá é: uma reunião de famílias cujos chefes estão à frente de empreendimentos agrícolas, guardam a responsabilidade e iniciativa na execução dos trabalhos, contam com a ajuda da mão-de-obra da família e, em momentos de maior demanda, também com o auxílio de outros agricultores e/ou de trabalhadores rurais volantes. Além disto, possuem uma vida social que se concretiza em festas, em sua maioria religiosas, e em constante contato com o centro urbano.

4.1.3. A Fazenda Pirituba¹³.

A fazenda Pirituba ocupa uma área de 17.500 hectares. Ela se localiza nos municípios de Itapeva e Itaberá, na microrregião de Campos de Itapetininga (sudoeste do estado de São Paulo), próximo à divisa com o Estado do Paraná (mapa 2, no anexo 2, pág. 150).

¹³ Os dados referentes a esta reconstituição histórica da fazenda Pirituba, foram obtidos através de entrevista com o engenheiro agrônomo Francisco Feitosa Sobrinho, técnico estatal que atua na área desde 1986, realizada por Márcia Regina de Oliveira Andrade para a realização de seu projeto de dissertação, ANDRADE(1993), e baseado no texto "Histórico da Fazenda Pirituba"(DAF) escrito pelo referido técnico. Além de consulta aos seguintes artigos e dissertações : VEIGA & BEZE(1985), MÉDICE(1988) e FERNANDES(1994) e do relatório técnico da pesquisa "Análise e Avaliação dos Projetos de Reforma Agrária e Assentamento do Estado de São Paulo", realizado por diversos campus da UNESP (mimeo).

Esta fazenda tem uma longa história. Ela começa em 1950, quando bancos oficiais a receberam por execução de hipoteca da Companhia Agropecuária e Industrial Angatuba.

No decorrer da década de 50, na gestão do governador Adhemar de Barros, essas terras foram confiadas a um engenheiro agrônomo italiano, Lino de Vicenzi. A ele coube o compromisso de coordenar um programa de introdução da cultura de trigo na fazenda, programa este que deveria receber o incentivo do Estado através da instalação de uma colônia de imigrantes italianos¹⁴. As famílias dos colonos, entretanto, não vieram, e o programa, portanto, acabou não se viabilizando nos moldes em que havia sido projetado. A alternativa encontrada por Vicenzi foi o arrendamento de parcelas de terra a grandes arrendatários, conhecidos como "boiadeiros" e a pequenos agricultores, que somavam cerca de 190 famílias ali instaladas, mediante o pagamento de fóro, como "parceiros".

O governador Carvalho Pinto, gestão 1960/63, tentou reaver as terras do engenheiro Lino Vicenzi através da lei de Revisão Agrária¹⁵ (Lei nº 5.994 de 31 de dezembro de 1960), que recebeu uma alta indenização na época pela devolução da fazenda ao Estado. Os ocupantes e arrendatários de Vicenzi, entretanto, permaneceram na área.

Com base na Lei de Revisão Agrária o Estado decide, em 1966, executar o programa de colonização, visando regularizar assim a situação desses lavradores

¹⁴ A fazenda fez parte de um programa de incentivo a triticultura, a nível de estado de São Paulo. Este programa visava tornar o país auto-suficiente na lavoura de trigo. A fazenda foi preparada para receber imigrantes italianos, construindo-se residências e importando tratores e equipamentos.

¹⁵ Esta lei visava, entre outras coisas, "promover, mediante loteamento, o aproveitamento de terras do Estado que se prestassem à exploração agrícola ou pecuária". A lei de Revisão Agrária foi regulamentada pelo Decreto de nº 38.328 em abril de 1961. Neste decreto é criada, junto ao gabinete do Secretário da Agricultura, a ARA (Assessoria de Revisão Agrária), destinada a promover a execução desta lei e cuja sede ficou no Departamento de Imigração e Colonização e em íntimo contato com este último.

(os parceiros) e a dos "boiadeiros", desde que estes concordassem em ficar com uma área de 100 hectares e trabalhar em regime familiar tal como a Lei previa. Com a recusa dos "boiadeiros", o Estado tentou, através da Polícia Florestal, mover uma ação de despejo, mas não obteve êxito. Os boiadeiros alegaram que tinham uma relação de arrendamento com o antigo preposto do Estado na fazenda e que, portanto, não poderiam ser despejados a menos que houvesse uma rescisão de contrato. O Juiz concedeu a eles a posse da área e o Estado foi obrigado a recuar na sua ação de despejo.

Em 1971, a Fazenda Pirituba é transferida da CATI - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral para a ARA - Assessoria de Revisão Agrária com o objetivo de se implantar um Projeto de Colonização. Este plano, cujo responsável era o engenheiro agrônomo Benedito Aparecido Campolim de Almeida, tinha como objetivo primeiro solucionar a situação das cerca de 160 famílias de parceiros remanescentes do processo de arrendamento instalado na fazenda. O plano consistia em remanejar as famílias, concedendo títulos de domínio com o respectivo loteamento. Contudo, os "boiadeiros" conseguiram resistir a essa nova ação do Estado, mantendo sob seus domínios cerca de 5000 hectares da fazenda.

Em outubro de 1973, é publicado edital no Diário Oficial do Estado abrindo inscrições para candidatos à obtenção de lotes da Fazenda Pirituba. Este edital possibilitaria aos parceiros legalizarem sua situação. Dentre os candidatos inscritos, 251 foram classificados. Porém, a falta de acesso ao Diário Oficial por parte da população dos parceiros gerou processos de inscrição de forma irregular, arbitrária e tendenciosa por parte do engenheiro Campolim. Assim sendo, o plano deixava de solucionar os problemas relativos à distribuição das terras da fazenda, tal como era o seu objetivo, para agravá-los.

O Estado faz uma nova tentativa de despejo dos "boiadeiros" através

de processo administrativo que, concomitantemente ao avanço do processo de loteamento, conseguiu a saída de alguns deles. Permaneceram os principais, os descendentes de Vicenzi e outro fazendeiro da região, Omar Tupá Borges.

A execução do loteamento seguiu de forma desastrosa, gerando uma série de conflitos e descontentamentos entre os parceiros e o engenheiro Campolim. Este agia de forma truculenta, utilizando-se da polícia civil e Florestal para impor seus interesses pessoais e, com isto, gerar um desvirtuamento do projeto de colonização no seu objetivo principal. Desta forma, permitiu-se o início da formação de agrupamentos que o engenheiro tentou enquadrar ao máximo dentro da legislação a fim de legitimá-los. A formação destes agrupamentos que se deu, portanto, de forma ilegítima, forçou a concentração fundiária dentro da fazenda, como é o caso da terras dominadas pelos "Batagins" e pelos "holandeses".

O resultado das ações de implantação da colonização só contemplou 27 famílias de parceiros das cerca de 160 que então habitavam a fazenda. Este processo de loteamento é conhecido por Pirituba I.

Em abril de 1978 é formada, em virtude das denúncias que vinham sendo apresentadas, uma Comissão Especial de Inquérito na Assembléia Legislativa para apurar as irregularidades referentes ao caso. Abre-se então um processo administrativo contra alguns funcionários públicos envolvidos na questão e anula-se o programa de colonização.

Em maio de 1980 é instaurada uma Comissão de Sindicância que continua a apurar irregularidades e que indicia os indivíduos envolvidos no processo de distribuição dos lotes, decidindo-se pela rescisão dos contratos de compromisso de compra e

venda (o contrato de loteamento) dos Batagins e dos holandeses. Essa comissão institui a formação de um novo grupo de trabalho incumbido de verificar se os demais lotistas estavam obedecendo às cláusulas previstas no contrato, o que agiliza a ação de despejo contra os boiadeiros junto à Secretaria de Justiça.

Em 1981, cerca de 40 famílias de Sem Terra ocupam a área de um boiadeiro descendente de Vicenzzì e são expulsas em seguida por jagunços.

Em 1983, em função da vitória de Franco Montoro no governo paulista, abriram-se novas perspectivas políticas para a resolução do caso da Fazenda Pirituba. É formado um novo grupo de trabalho, agora pelo IAF (Instituto de Assuntos Fundiários)¹⁶, o qual se deslocou para a fazenda em caráter permanente. Este grupo é chefiado pelo engenheiro agrônomo Zeke Beze Jr., que inicia uma série de vistorias e medidas administrativas e judiciais visando à regularização das áreas da fazenda Pirituba. Entre estas medidas, estão a titulação dos ocupantes regulares e a reintegração de posse pelo Estado das áreas dos ocupantes irregulares.

Ainda naquele ano houve nova ocupação, a qual, no entanto, durou apenas uma semana. Diante deste fato foi criada, através do Instituto de Assuntos Fundiários, a "Comissão Intermunicipal de Regularização da Fazenda Pirituba". Esta comissão, cuja criação foi proposta pelo Estado, era formada por vereadores (os quais representavam as prefeituras) e por representantes dos acampados, dos lotistas regulares e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Itapeva, Itararé e Itaberá. A comissão realizou diversas reuniões para discutir a possibilidade de o Estado reabsorver 4.000 hectares da Fazenda para assentar os trabalhadores sem terra da região. Esta comissão enfrentou vários

¹⁶ Para melhor compreensão da política fundiária definida na administração de Franco Montoro, assim como das transformações que o IAF (instituição governamental responsável pela promoção desta política) sofreu, vide sub-item 3.2.1. *A Política de Assentamentos no Estado de São Paulo*. Assim como: PANZUTTI (1990), LEITE (1992).

problemas dentre eles o da participação de vereadores que defendiam os interesses dos grandes "boiadeiros".

Em maio de 1984, um grupo de 250 famílias de trabalhadores sem terra ocupou a área dos boiadeiros Vicenzzi e de Omar Tupá Borges. Houve então a ~~interferência do Estado junto ao poder judiciário solicitando, em caráter emergencial e provisório, o despejo dos pecuaristas e a autorização para assentar 180 dessas famílias. Este novo loteamento da área iniciou a formação dos Assentamentos Pirituba II - áreas I e II.~~ "Pirituba II", portanto, é a designação adotada para diferenciar este loteamento daquele realizado em 1973.

Em 1986, um novo grupo de trabalhadores sem terra formado por cerca de 300 famílias ocupou a área dos Batagins (800 hectares), dando início à Área III do Projeto de Assentamento Pirituba II. No entanto, em virtude da insuficiência de área por família, a implantação deste assentamento se deu em caráter emergencial. O presente estudo, como já foi dito, realizou-se neste assentamento.

A história de luta pela ocupação da fazenda Pirituba teve ainda continuidade com a ação coletiva de mais dois grupos de trabalhadores sem terra que ocuparam novas áreas na Fazenda.

Em janeiro de 1991, o Estado seqüestrou¹⁷ os lotes 154 e 155 da fazenda Pirituba os quais, juntos, somavam 200 hectares. Realizou-se um processo de seleção que classificou 48 famílias que foram assentadas em caráter emergencial, constituindo-se assim o Projeto de Assentamento Pirituba II - área IV.

¹⁷O sequestro é um ato jurídico que consiste em fazer retornar uma terra em poder de

Em abril de 1992, nova ocupação, com filhos e filhas de assentados das áreas I, II e III e famílias que não haviam conseguido entrar na terra durante a luta anterior. Depois de três meses acampadas, 45 famílias foram assentadas, em caráter emergencial, numa área de 72 hectares, o chamado "lote 145" (Assentamento Pirituba II - Área V).

5.1.3.1. Projetos de Assentamento Pirituba II - Áreas I e II

A primeira ocupação de áreas para a constituição da chamada Pirituba II ocorreu no início dos anos 80. Em maio de 1981, como já foi dito, 40 famílias ocuparam terras ociosas da fazenda de um boiadeiro descendente do italiano Lino Vicenzzì e nelas permaneceram por quatro meses. Em decorrência de mandado judicial acabaram sendo despejadas à força pela polícia, não sem antes terem tido de enfrentar os jagunços dos boiadeiros.

Em abril de 1983, após a posse do novo governo (gestão Franco Montoro) ocorreu, após uma semana de permanência, nova ocupação e expulsão.

Em maio de 1984 o grupo, agora ampliado (cerca de 250 famílias) e articulado, torna a ocupar a área dos boiadeiros Vicenzzì e a de Omar Tupá Borges. O novo governo toma providências que dão início aos assentamentos I e II.

Adentremos mais detalhadamente neste processo de luta :

O acampamento¹⁸ durou um ano e se constituiu de barracos cobertos por lona plástica preta localizados na beira da estrada e na área pretendida. A maioria dos acampados não trouxe alimentos. Dentre os que colaboraram com o acampamento haviam sindicatos, entidades religiosas, igrejas, alguns técnicos do Estado e a Frente Nacional de Trabalho. Eram doados mantimentos e roupas, os quais eram repartidos entre as famílias. A alimentação era feita por família individualmente. Dentre os que a ele se opuseram, são citados: o prefeito de Itapeva, as associações de produtores rurais da região (Itapeva, Itaberá, Itai), sindicatos patronais, jagunços de fazendas vizinhas (que davam tiros para amedrontar os trabalhadores). A precária situação do acampamento levou ao registro de ocorrência de sérios problemas de saúde, agravados pela falta de saneamento básico, banheiros, etc.

Mas qual era, afinal, a origem dessas famílias?

Uma pequena parte delas era remanescente de problemas com colonização do Engenheiro Campolim¹⁹, haja vista que a liderança do primeiro grupo de Sem Terra (as 40 famílias) era efetuada pelo Senhor Aristeu Pereira da Silva, o "Dico Cearense". O Dico teve sérios desentendimentos com o engenheiro Campolim e, juntamente com seu genro, foi expulso da fazenda Pirituba. Após a expulsão, o Dico articulou um primeiro grupo de 40 famílias e fez uma ocupação na área do boiadeiro Vicenzzi. Os ocupantes foram então despejados por jagunços e articularam nova ocupação, sendo agora despejados judicialmente. Ele ampliou o grupo de famílias, o qual chegou a somar 250, e fez várias reivindicações ao novo governo de Estado (gestão Franco Montoro) e uma nova

¹⁸ Forma de luta e pressão por parte das famílias de sem terra, luta esta que se torna pública, ou seja, possibilita que o conflito social pulverizado transpareça, se aglutine e se torne visível à sociedade. Dá-se na terra que se pretende conquistar ou na beira de estradas, ocorrendo, na maioria das vezes, a conjunção destas duas situações as quais se dão de forma seqüencial: ora ocupação da terra a ser conquistada e eventual expulsão por parte da força policial ou por jagunços dos fazendeiros, ora retorno à beira de estrada. Vide sub-item 3.1.2.1.A *Conquista da Terra*.

¹⁹ O loteamento ocorrido em 1973, conforme foi visto no sub-item anterior.

ocupação foi planejada e realizada. O grupo, agora mais organizado, passou a contar com o apoio parlamentar, da sociedade civil e da Igreja.

Em maio de 1984, o Juiz da 2ª Vara de Itapeva, a fim de evitar maiores conflitos, concedeu uma liminar de seqüestro das áreas dos boiadeiros Omar Tupá Borges e de um descendente de Lino Vicenzi, os quais foram despejados por medida judicial. Em junho, o Instituto de Assuntos Fundiários (IAF) elaborou um plano de administração da área seqüestrada visando o assentamento das famílias que haviam ocupado estas áreas. Desta forma, se iniciou o projeto de Assentamento Pirituba II com duas áreas, a I e a II.

Algumas das famílias envolvidas neste processo eram da própria região, isto é, dos municípios de Itapeva, Itaberá e Itararé, e outras provenientes do norte do Paraná. Grande parte delas era formada por pessoas que haviam sido pequenos proprietários, bóias-frias e pequenos arrendatários.

Estes assentamentos situam-se em glebas da Fazenda Pirituba (mapa 2), cujo acesso se dá através da Rodovia Francisco Alves Negrão (que liga as cidades de Itapeva a Itararé), à altura do no Km 312. A área I está distante 37 Km do centro do município de Itapeva, no qual está localizada. Dista 29 Km do núcleo urbano do município de Itararé, e 31 Km do centro urbano de Itaberá. A Agrovila II, do projeto de Assentamento Pirituba II - Área II, está situado a 8 Km do núcleo de Engenheiro Maia, situado na Fazenda Pirituba e que tem, da mesma forma, acesso no Km 312 da referida rodovia. A área II está distante 35 Km do município de Itaberá, do qual faz parte.

A área I ocupa 2.511 hectares e a II, 1.341,20 hectares, e cada uma

delas abriga, respectivamente, 91 e 53 famílias. Foram instaladas em maio de 1984.²⁰

De acordo com os dados da pesquisa da UNESP, o perfil migratório dos trabalhadores assentados nestas áreas mostra que, na zona rural, eles teriam trabalhado em média 34,4 anos e, na urbana, 4,8 anos. A população assentada seria, portanto, de ~~origem predominantemente rural.~~

Os assentados habitam em agrovila, constituída dos chamados "lotes de moradia para cultivo de subsistência"²¹: As moradias são, em sua maioria, construídas de madeira, com cobertura de telhas francesas ou de amianto, chão batido ou cimentado. O abastecimento de água se dá por poço individual ou recursos hídricos próximos aos lotes. Há eletrificação rural no centro comunitário.

A área I possui lotes de moradia de 1.21 hectares (0.5 alqueires) por família e, a Área II, de 2.42 hectares (1 alqueire) por família. Ambas possuem ainda, na "agrovila", áreas de uso comum, nas quais estão construídos: escola, posto de saúde, armazém, barracão de maquinário, oficina mecânica e campo de futebol.

A área I, equivalente a 2.511 hectares, está assim subdividida:

- 1.463 hectares para lotes de produção agrícola;

- 113 hectares para lotes de subsistência;

²⁰ Dados fornecidos pelo DAF, Instituto de Terras, em novembro de 1994. Os dados coletados pela pesquisa da UNESP, realizada em 1988, citam 93 famílias para a área I.

²¹ Nada impede que, além do cultivo de subsistência, a família produza nesta área culturas para fins de comercialização. A expressão "lotes de moradia" é utilizada para diferenciar dos lotes de produção agrícola.

- 935 hectares para benfeitorias e infra-estrutura na agrovila, áreas com pastos, reservas de matas e áreas inexploráveis.

Já a área II, com 1.341 hectares, está distribuída da seguinte forma:

- 718 hectares para lotes de produção agrícola;
- 172 hectares para lotes de subsistência;
- 451 hectares para benfeitorias e infra-estrutura na agrovila, áreas com pastos, reservas de mata e áreas inexploráveis.

As principais culturas exploradas nestes assentamentos são o feijão e o milho, havendo famílias que, além destas, cultivam soja, trigo, aveia e ervilha.

As primeiras safras foram financiadas pelo PROCERA (Programa Especial para Reforma Agrária), pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e pela Caixa Econômica Estadual, obtendo destas instituições crédito de custeio para as culturas e de investimento para a aquisição de máquinas e calcário.

Quanto à organização política dos trabalhadores, de início foi fundada uma única associação, a Associação dos Pequenos Produtores da Fazenda Pirituba II, formada por assentados das duas áreas. Esta organização teve, como patrimônio, maquinários e implementos agrícolas²² e, como função, organizar e orientar a área de exploração agrícola para fins de comercialização (os lotes de produção agrícola), além de administrar os recursos financeiros. Era, além disto, representante da coletividade junto ao Estado e organismos financiadores. Esta Associação acabou sendo desmembrada em maio

²² Constavam do levantamento efetuado pela pesquisa da UNESP em 1987: 15 tratores, 7 grades aradoras, 5 pulverizadores, 4 grades niveladoras, 9 batedeiras de cereais, 6 carretas, 11 plantadeiras, 6 arados de disco, 3 calcareadeiras, 1 colheitadeira de cereais, 2 escarificadores, 2 secadores de cereais e 4 caminhões.

de 1993 a fim de que cada área constituísse seu próprio organismo de representação. A distância entre as duas áreas, que dificultava o deslocamento dos trabalhadores que queriam participar de reuniões e assembleias, teria motivado a criação de duas entidades independentes.

Outra instância de representação era a Assembleia, órgão decisório no assentamento. Dela participavam os chefes das famílias, com direito a voto nas decisões de questões de interesse geral.

No que se refere à organização do trabalho agrícola, a área de produção agrícola comercial da área I foi, de início, subdividida em grupos de produção, dos quais :

- 5 foram formados com 10 famílias;
- 2 foram formados com 8 famílias;
- 1 foi formado com 13 famílias;
- 1 foi formado com 7 famílias.

As sete famílias restantes (de um total de 86) preferiram trabalhar em lotes de produção agrícola individualmente.

Cada grupo representava uma unidade administrativa independente, que decidia a forma de trabalhar no interior do grupo e a divisão de tarefas entre as famílias. Além disto, possuía um espaço geográfico determinado em glebas de terra do assentamento (a subdivisão da "gleba do grupo" entre as famílias ficava a cargo deste). Via de regra, cada um deles contava com um ou mais tratoristas encarregados de realizar as tarefas mecanizadas e era representado, junto à diretoria da associação e aos técnicos do DAF, por um assentado que era denominado representante de grupo.

Esta forma de organização do trabalho agrícola, dita "forma associativa", foi adotada como modelo pelo DAF e se vinculava à assistência técnica e ao crédito. Ela foi imitada pelas áreas I e II de 1984 a 1989. Após este período, as associações enfrentaram problemas e dificuldades diversas, entre elas a má administração dos recursos financeiros e a frustração de safras não cobertas por seguro agrícola, o que gerou conflitos entre os trabalhadores assentados e as respectivas diretorias das associações. Houve, com isto, o desmantelamento das associações e passou-se, então, para uma nova etapa de aprendizagem na organização. Os assentados passaram a trabalhar de forma individual (no caso da área II e em parte da área I) ou em pequenos grupos.

No caso específico da área I alguns grupos estão, atualmente, evoluindo para formas coletivas ou cooperadas de trabalho e produção agrícola. Já foram formadas duas cooperativas de produção agropecuária que se encontram em fase de amadurecimento e auto-afirmação, além de estarem desenvolvendo projetos na área de produção com suinocultura, granja de gado leiteiro, granja de aves, café e fruticultura (abacate, citros, nectarina, uva, etc.). O que se observa na área I é que, após o período de individualização, está havendo uma experimentação de novas formas organizativas. Já na II, os assentados vêm se firmando enquanto pequenos produtores assentados que trabalham a terra de forma independente.

5.1.3.2. Projetos de Assentamento Pirituba II - Áreas IV e V

Neste item, será abordado a constituição da Área IV e V tendo em vista que a Área III, por se tratar do "locus" deste estudo será motivo de uma análise mais detalhada. A história da Área IV teve início em 1989. Ela foi constituída por filhos e

parentes de trabalhadores já assentados e também por famílias de meeiros e bóias-frias da região que, orientados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, começaram a se reunir e discutir a necessidade de conquistar mais terras.

Os trabalhadores fizeram uma série de ocupações em áreas dos ~~holandeses, sendo expulsos judicialmente pela polícia e intimidados por jagunços. Montaram acampamento próximo à margem da estrada que vai para a Área I, e daí foram expulsos pela Polícia Florestal por terem se instalado no carreador de Pinus pertencente ao Instituto Florestal de Itapeva. Os trabalhadores decidiram, então, ficar acampados na beira do asfalto da Rodovia Francisco Alves Negrão, no Km 311/312. Houve, em total, 6 ocupações/expulsões.~~

Num destes confrontos com jagunços dos holandeses, os trabalhadores mantiveram, por algumas horas, um destes como refém. Este fato chamou a atenção das autoridades e da opinião pública em geral e, com isso, a Comissão de Negociação dos Trabalhadores Sem Terra conseguiu uma audiência com o então governador do Estado Luiz Antonio Fleury Filho, a qual lhes valeu o compromisso de solicitação de seqüestro da área. Somente no início de 1991, depois de 15 meses de acampamento, de vários conflitos e de reuniões de negociação com a Secretaria da Justiça é que, com decisão favorável ao Estado, foi concedido o pedido de seqüestro de uma área que totalizava 100 hectares.

Assim, em caráter emergencial, as 48 famílias selecionadas pelo processo de seleção do DAF, as quais haviam resistido ao processo de luta, receberam, para a exploração agropecuária, uma área correspondente a 2,52 hectares cada. A decisão do juiz que encaminhou o processo não permitia, porém, a fixação de residência. No lote de um assentado da área I, Sr. Geraldo Paula Rosa, estes trabalhadores constituíram uma agrovila,

a qual veio a ter a denominação de "acampamento Olívio Albani".

Em maio de 1992 iniciou-se, com outro grupo de trabalhadores sem terra constituído principalmente de jovens, filhos dos já assentados nas outras áreas da Fazenda Pirituba e famílias que não conseguiram entrar na terra durante a luta do acampamento Olívio Albani, o processo de formação da Área V. O processo de luta foi semelhante aos anteriores: nele não faltaram acampamentos na estrada e na área a ser conquistada, conflitos com jagunços e despejos via judicial. A luta durou por volta de seis meses e beneficiou 46 famílias.

Até o final de 1994 as famílias das Áreas IV e V se encontravam, ainda, assentadas em caráter provisório. Como nos demais assentamentos da região, a população destes dois é, em sua maioria, originária dos municípios arredores e conta, além disto, com uma particularidade: boa parte das famílias que os constituem possuem relações de parentesco por consangüinidade com pessoas de outros assentamentos, havendo, sobretudo, filhos de trabalhadores assentados que aguardavam uma oportunidade de ter um pedaço de terra própria. A maioria deles constituiu família dentro do próprio assentamento.

A Área IV se localiza nas proximidades da Área I e tem acesso pela rodovia Francisco Alves Negrão. Já a Área V se localiza em estrada vicinal que liga a cidade de Itaberá a Itararé, e dista 4 Km do núcleo de Engenheiro Maia.

Até 1994 as áreas IV e V ocupavam, respectivamente, 486,42 hectares que beneficiavam 36 famílias e 423,50 ha que beneficiavam 46.

As moradias, nestes assentamentos, também se encontram na forma de agrovila. Na área IV, como foi dito, por estar no lote de um assentado da área I, a

agrovila assume a forma de acampamento: as habitações de costaneiras, cobertas com lona preta, se restringem a um pequeno quintal onde, devido à falta de espaço e água, não é possível cultivar sequer uma horta. A Área V, enquanto agrovila, está melhor estruturada pois apresenta, mesmo não chegando a 0.5 alqueire (1,21 hectares) por família, possibilidade de cultivo para subsistência.

As principais culturas exploradas nestes assentamentos são feijão, milho, arroz e mandioca, com predominância do feijão. Cultiva-se, como cultura de inverno, o trigo e a aveia.

Com recursos do PROCERA foram adquiridas algumas cabeças de gado leiteiro e animais para tração. A Área V conseguiu financiamento para a aquisição de trator e alguns implementos agrícolas.

Logo no início destes assentamentos foram criadas, pelo aprendizado nas áreas de origem e orientação do DAF, Associações de Trabalhadores Rurais Assentados, tendo como função orientar a exploração da área de produção agrícola, a comercialização das safras e a administração dos recursos financeiros obtidos. Exerciam, além disto, o papel de representação política da comunidade na defesa de seus interesses junto ao Estado e entidades financeiras.

A diretoria da associação, composta por presidente, vice, tesoureiro e dois secretários, se reúne periodicamente entre si ou com os coordenadores dos grupos de trabalho. Para a organização do trabalho agrícola as famílias estão divididas em grupos e, assim sendo, o cultivo na área destinada à produção agrícola é realizado de forma coletiva. Além dos coordenadores referidos existe, também, um coordenador de campo que tem como função orientar e fiscalizar o trabalho na lavoura. Os assentamentos possuem, ainda,

tratoristas que executam as tarefas mecanizadas.

Cada grupo de trabalho se reúne semanalmente para discutir questões de encaminhamento da produção agrícola e receber informes sobre as atividades da direção, de visitas a serem feitas a órgãos governamentais e entidades de apoio e também de visitas que o assentamento recebe. Alguns assuntos são encaminhados via votação, que é realizada em todos os grupos e cujos resultados são encaminhados à diretoria pelo coordenador de grupo.

Esta forma de trabalho se distingue da adotada pela Área I a qual conta, atualmente, com pequenos grupos informais de trabalho em algumas partes do ciclo produtivo, duas cooperativas e famílias que trabalham individualmente. Na Área II, as famílias estão se encaminhando para o trabalho individual de forma distinta das demais áreas. A área III, que será descrita no item posterior, apresenta a forma individual, a "associativa" como nas áreas IV e V e uma forma cooperada coletivizada na forma de cooperativa de produção agropecuária orientada pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra).

5.1.3.3. Projeto de Assentamento Pirituba II - Área III

Talvez devesse, neste item intitulado "Material", descrever e caracterizar a Área III que, a rigor, é o nosso objeto de estudo: dela, precisamente, é que provêm os assentados-líderes que encaminharam a proposta de trabalho do INOCAR. Entretanto, justamente pelo fato de equivaler esta área ao nosso objeto de estudo e de ele

exigir, portanto, uma análise mais pormenorizada do que aquela que caberia fazer aqui é que acabamos optando por fazê-lo em capítulo próprio, em um item de *Discussão dos Resultados*. É portanto neste, e não no presente item, que são apresentados os dados de campo, referentes à Área III, que a nossa pesquisa revelou. Assim sendo limitou-se, aqui, a apresentá-la sumariamente e a tentar discutir as relações existentes entre este e os demais assentamentos da Fazenda Pirituba.

O grupo de trabalhadores rurais sem terra que viria a instituir a Área III iniciou seu processo de conquista da terra em 1985 e permaneceu, a partir de então, acampado durante um ano. Das 300 famílias iniciais apenas 107 é que viriam, em janeiro de 1987, a tomar posse oficialmente de 525 hectares de terra da fazenda Pirituba. A área ocupa, atualmente, 856.5 hectares e é ainda classificada, apesar da área incorporada, como "projeto emergencial".

A classificação "emergencial" para projetos paulistas tem base nos problemas que eles apresentam em relação ao módulo rural mínimo em virtude de serem demasiadamente pequenos para possibilitarem a subsistência e o progresso sócio-econômico das famílias assentadas.

As famílias são de origem local, dos municípios vizinhos. Como nos demais assentamentos, haviam sido pequenos proprietários, bóias frias e pequenos arrendatários. Elas moram na assim denominada Agrovila III, que está situada a 32 Km de distância do centro de Itaberá e a 6 Km do núcleo de Engenheiro Maia.

As moradias desta agrovila são, em sua maioria, de madeira, e cobertas com telhas de barro ou de amianto. Captam água de poços, possuem fossa negra, são servidas por energia elétrica e contam com escola, posto de saúde, armazém, galpão de

máquinas e escritório, itens que, juntos, formam a área de benfeitorias de uso coletivo.

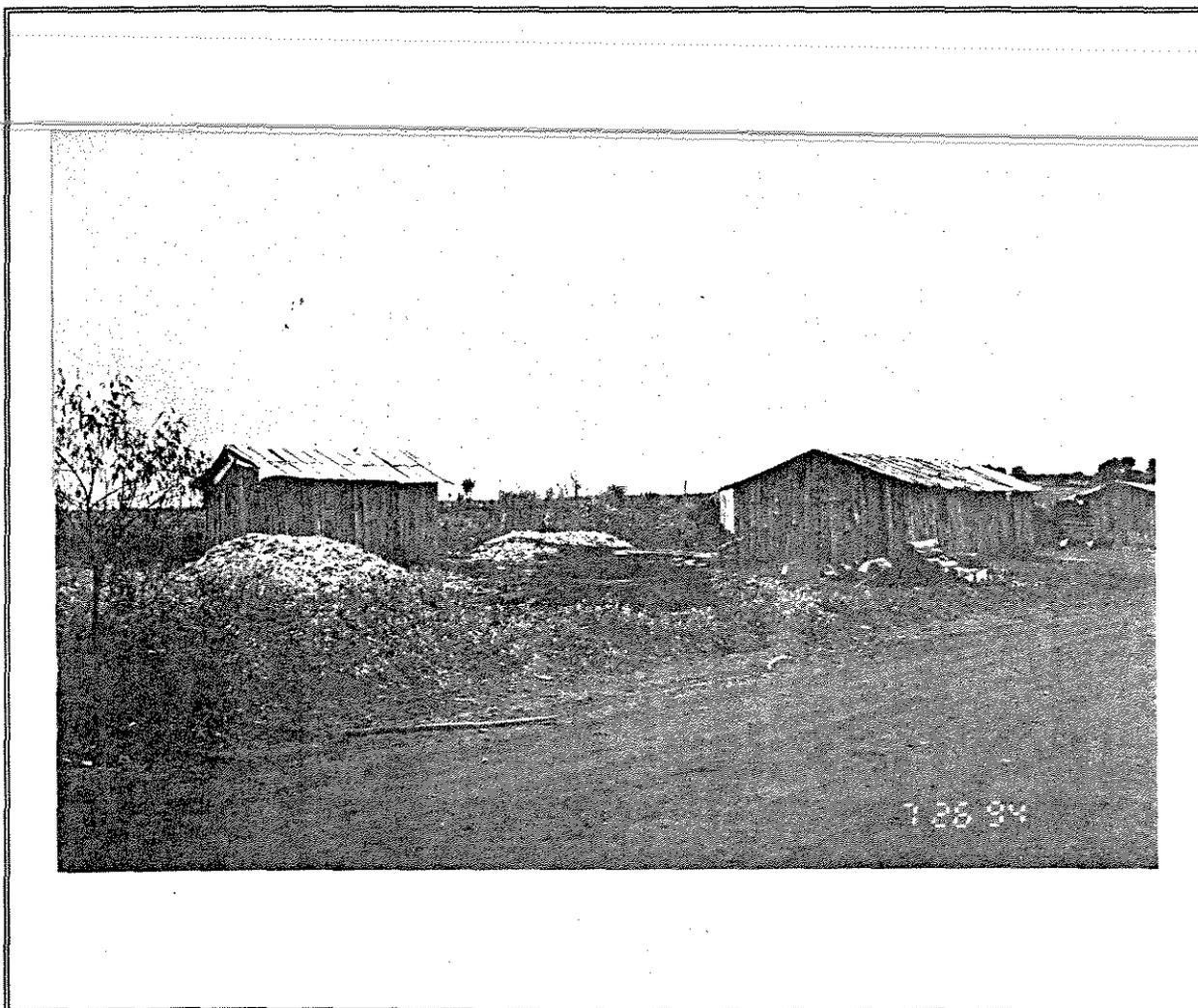


FOTO 3 - Assentamento Fazenda Pirituba. O estilo da moradia atual - casas de costaneiras cobertas com papelite

Desde a instalação do projeto este assentamento produz alimentos básicos como feijão, milho, arroz e mandioca. Possuem, ainda, pomar de citros, pecuária leiteira, piscicultura e apicultura, voltados estes para a subsistência das famílias. A Caixa

Econômica do Estado de São Paulo, através do PROCERA, o Banco do Brasil e entidades filantrópicas nacionais e internacionais foram as fontes financeiras de recursos.

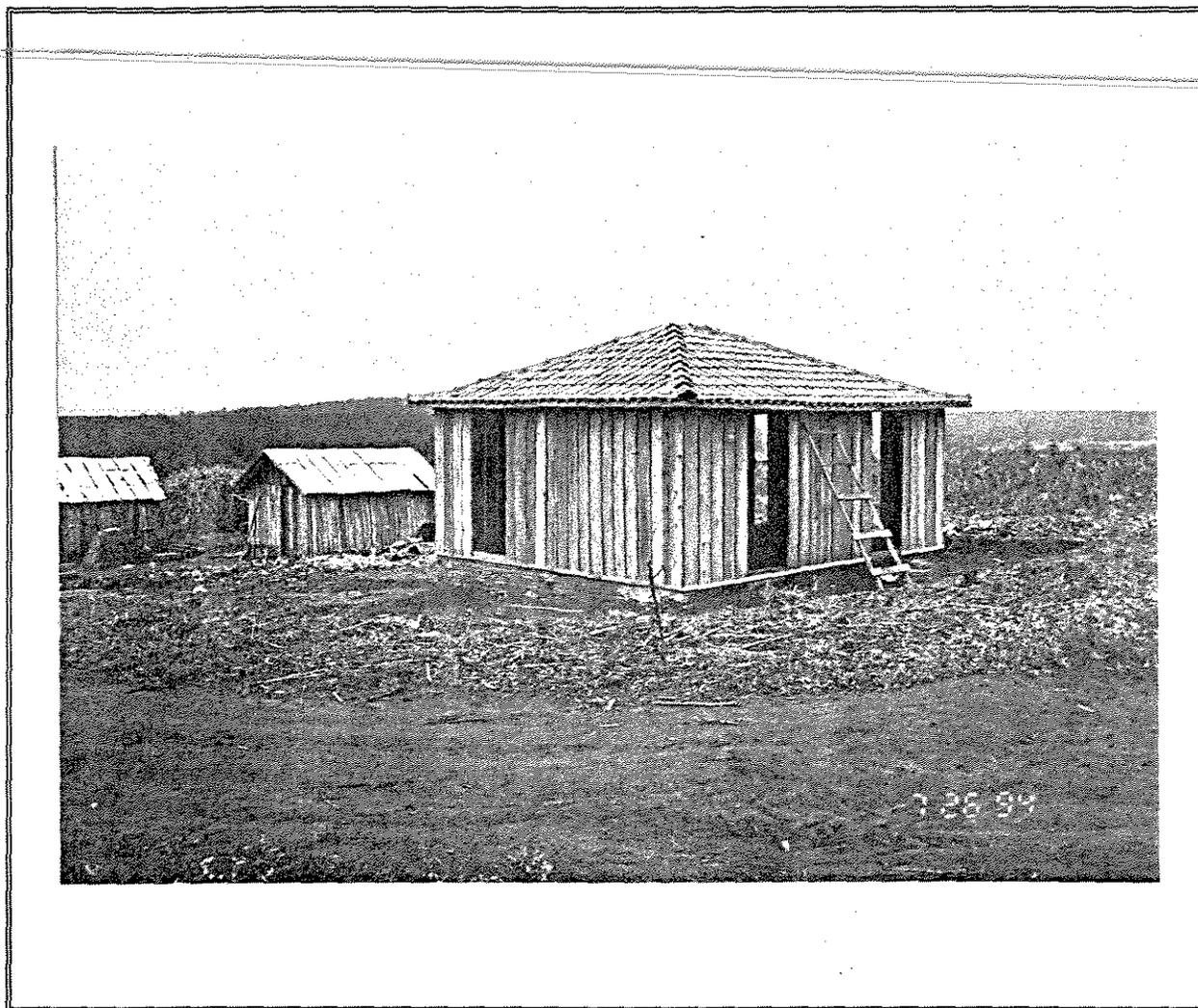


FOTO 4 - Assentamento Fazenda Pirituba. O projeto de moradia - casas de madeira cobertas com telhas de barro.

A organização da produção foi confiada à associação de produtores, a qual dispunha de maquinário e implementos de uso coletivo. O sistema produtivo adotado

foi o coletivo. Os produtores se dividiram em cinco grupos de trabalho, cada um com cerca de 10 chefes de família. O preparo de solo e o plantio eram executados por assentados que se especializaram como tratoristas. O cultivo e a colheita eram realizados, individualmente, pela mão-de-obra de cada família assentada. A comercialização era em parte realizada conjuntamente, e em parte, individualmente.

Cabe salientar que, tratando-se de um projeto emergencial, havia um excedente de mão-de-obra que era empregado fora do assentamento: este parece ter sido o principal fator de transformação das bases organizativas deste assentamento. O ano de 1992 marcou o início das discussões que objetivavam ocupar, dentro do assentamento, toda a mão-de-obra disponível.

Paralelamente a este processo interno ao assentamento, o "Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra" desenvolveu um trabalho para incentivar, através de cooperativas agropecuárias de produção, a forma de produção cooperada. A constituição da COPAVA, Cooperativa Agropecuária Vó Aparecida, proporcionou o aumento da produtividade do trabalho através do engajamento das mulheres e jovens nos diversos setores da cooperativa.

Quanto à ligação desta área com as demais, percebe-se que a pré-existência das áreas I e II lhe serviram de exemplo de conquista da terra: a sua existência auxiliou o grupo de famílias que conseguiu, durante o processo de luta pela terra, manter a fé e a perseverança. Na época (1985), estas áreas modelo estavam no pico do desenvolvimento organizativo em bases associativas²³.

²³ Esta fase de entusiasmo, na qual estes assentamentos são retratados como "assentamentos que deram certo", pode ser identificada a partir dos seguintes trabalhos publicados na revista Reforma Agrária da ABRA: "Pirituba, exemplo vitorioso e sem mistérios" e "Produto gerado por assentados supera 300 % o investimento do Estado" por ABRA(1985) e VEIGA & BEZE

A diretoria da área III, preocupada com os problemas que seus "vizinhos" (áreas I e II) atravessavam, pediu assessoria ao PROTER - Programa da Terra - (que era vinculado à PUC-SP) em termos de contabilidade de recursos financeiros, o que assegurou a perfeita administração interna do assentamento e transmitiu, por conseguinte, confiança aos demais assentados.

No que se refere à relação da área III com as áreas IV e V, elas tem a particularidade de apresentar, entre seus participantes, famílias com parentesco por consanguinidade com pessoas das outras áreas da Pirituba e, particularmente, da Área III, esta última, berço do aprendizado da forma associativa de se trabalhar, que viria a ser adotada nas novas áreas

5.2. METODOLOGIA DE PESQUISA

O presente trabalho se baseou em um estudo de caso através de dados primários e secundários.

a) Os primários, levantados junto aos pequenos produtores rurais do assentamento Pirituba II - Área III e de 4 bairros rurais do município de Itaberá, foram obtidos por meio de uma seleção amostral representativa deste universo de pesquisa, seleção esta que reuniu entrevistas com roteiros pré-estabelecidos gravados em fita cassete.

A coleta de dados se apoiou ainda na pesquisa denominada "Análise e Avaliação dos Projetos de Reforma Agrária e Assentamentos do Estado de São Paulo", realizada de 1989 a 1993 por diversos *campi* da Universidade Estadual Paulista - UNESP.

A coleta de dados para a referida pesquisa, a qual teve por base a aplicação de questionários, foi subdividida em dois momentos : a primeira fase procurou delinear, de forma abrangente, o perfil dos projetos de assentamento do Estado de São Paulo; já a segunda buscou analisar, de forma detalhada, cada assentamento em particular. Foram estudados vários aspectos: o processo histórico da constituição do assentamento; o perfil da família assentada; as condições de vida, habitação, saúde e educação desta população; as formas de gestão, coordenação, organização e associativismo por ela utilizados.

Além destes dados, foram realizadas em julho de 1994, um segundo momento de coleta de dados visando-se o nosso objeto de estudo. Procurou-se aprofundar as questões relativas ao tema, qual seja: o processo de organização vivenciado por aqueles agricultores e a atuação do INOCAR neste processo. Esta investigação seguiu dois caminhos, um deles referente ao assentamento e o outro aos bairros rurais analisados.

No assentamento (Pirituba II - Área III) investigou-se indivíduos que se destacaram entre aqueles que lideraram a formação do assentamento como também na constituição do INOCAR. O roteiro de entrevistas em anexo é composto por questões que abrangem os seguintes itens: caracterização dos sujeitos; caracterização do lugar em que vivem; caracterização da forma como vivem; exploração agrícola/animal; organização do trabalho familiar; organização do trabalho familiar no coletivo; organização social e política; constituição e atuação do INOCAR e relação deste com outras entidades. Foram entrevistadas, abrangendo-se todos os itens deste roteiro, cinco lideranças do assentamento.

Nos bairros rurais o procedimento foi diferente, pois não se dispunha de um estudo prévio. Assim, entrevistou-se de forma detalhada 6 agricultores que participaram da atuação do INOCAR nos bairros rurais.

Finalmente, foram realizadas entrevistas com dois técnicos que atuaram na constituição e atuação do INOCAR.

Dispomos, portanto, de um total de 13 entrevistas, as quais foram analisadas tendo-se em vista o alcance dos objetivos previstos para este trabalho.

b) Quanto aos dados secundários, utilizou como fonte de dados as publicações da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), do Instituto de Economia Agrícola (IEA) da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e, finalmente, do Departamento de Assentamentos Fundiários da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, também do estado de São Paulo, órgão responsável pelo acompanhamento e desenvolvimento das áreas de assentamento do Estado.

6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

PARTE A

6.1. INTRODUÇÃO

O objetivo principal do trabalho foi analisar a atuação de uma entidade não governamental, INOCAR, Instituto de Orientação Comunitária e Assistência Rural, que atuou junto a produtores rurais do assentamento Pirituba Área III e a pequenos produtores rurais autônomos do município de Itaberá, sudoeste do estado de São Paulo.

A organização da produção agrícola se distingue entre estas categorias de produtores rurais. Nos pequenos produtores autônomos, a produção se organiza de forma individual, ou seja, cada agricultor cultiva sua propriedade, utilizando para isso mão-de-obra familiar, ajuda mútua entre vizinhos e/ou mão-de-obra remunerada em períodos esporádicos. Já, os assentados organizam a produção agrícola de forma coletiva ou associada, ou seja, vários agricultores se juntam para realizar a produção através da organização das famílias "em grupos de produção", que são coordenados por uma associação ou cooperativa.

A organização política no assentamento, adquirida durante o processo de conquista da terra e fortalecida pela forma coletiva de organizar a produção, permite maiores possibilidades de representação, com maior poder reivindicatório em instâncias, governamentais ou não. A energia elétrica e o transporte até o centro urbano mais próximo são frutos desta mobilização.

O estudo das relações de trabalho para a organização da produção agrícola, através do resgate das variáveis sócio-econômicas, políticas e culturais, que estão presentes em cada grupo, procurou contribuir para o conhecimento dos entraves que a atuação do INOCAR encontrou. A partir daí, procurou-se contemplar a perspectiva desta intervenção que buscou a superação das deficiências econômicas destes agricultores a fim de promover seu desenvolvimento, discutindo o processo de socialização pelo qual estavam passando estes grupos.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (1993) apresenta diversos níveis de organização de pequenos produtores, desde formas mais simples até formas mais complexas, como as observadas neste estudo:

- O grupo coletivo, constituído por um grupo de vizinhos, parentes ou amigos, que têm como objetivo a compra de implementos agrícolas, a comercialização de produtos ou ainda o auxílio mútuo no trabalho, engloba geralmente um pequeno número de famílias e o uso da terra geralmente é individual. Esta foi a organização encontrada em alguns bairros rurais estudados.

- A associação formada por um ou mais representantes de cada família, tem como função a administração do projeto, a organização da produção, a comercialização dos seus produtos, a execução da contabilidade e o encaminhamento de

questões relacionadas ao assentamento.

A maioria das associações é formada para algum objetivo determinado, como por exemplo : aquisição de máquinas agrícolas, aquisição de insumos, construção de benfeitorias, facilitar o acesso a créditos de custeio e investimentos, ou ainda, encaminhamento de reivindicações da comunidade.

Muitas associações se responsabilizam pela gestão do processo produtivo, o qual pode variar de totalmente coletivo, até organizações semi-coletivas.

Nas associações totalmente coletivas realizam-se, conjuntamente, todas as fases do processo produtivo (do preparo do solo até a colheita e a comercialização dos produtos), sem delimitação dos lotes agrícolas por família, com maquinário da associação e mão-de-obra das famílias associadas. A renda líquida da comercialização dos produtos é repartida igualmente entre os associados.

As organizações semi-coletivas (ou sistema misto), caracterizam-se por determinar a subdivisão do lote comercial agrícola. Cada família emprega sua mão-de-obra em uma área pré-determinada prestando cuidados a esta parte da lavoura, podendo por conseguinte originar rentabilidade distinta entre as famílias. O preparo das terras e as tarefas de cultivo e colheita realizados mecanicamente são feitos pela Associação, abrindo espaços para o trabalho coletivo em algumas etapas do processo produtivo.

As associações estabelecem a subdivisão das famílias em grupos de produção, que normalmente apresentam autonomia interna na forma de conduzir as divisões do trabalho das famílias. Cada grupo possui um representante que se reúne periodicamente para discussão e encaminhamento das questões relativas ao processo produtivo e questões

gerais do assentamento.

Questões de planejamento da produção e resolução de problemas relevantes são encaminhados e discutidos em Assembléia, órgão máximo da participação nas decisões do assentamento. Participam todos os associados, inclusive esposa e filhos, porém apenas o chefe da família possui voz e voto.

A associação necessita de um estatuto que regulamente as normas de seu funcionamento. Normalmente é registrado em cartório e por lei é registrada como uma sociedade sem fins lucrativos o que torna ilegal a emissão de nota fiscal, ou seja, não dispõe de autorização legal para a comercialização dos produtos, podendo apenas intermediar este processo para os associados.

- A cooperativa de produção agropecuária, cujos objetivos referem-se a organização do trabalho e da produção coletiva na agricultura. Reúne parte ou toda a terra dos associados, as máquinas agrícolas, benfeitorias, e os meios de produção para desenvolver a produção agropecuária. Permite a introdução da divisão do trabalho entre os sócios. Cada sócio realiza um trabalho específico e se especializa nesta tarefa. A cooperativa é subdividida em setores, cada qual formado por um grupo de sócios. O setor da agricultura, o setor da pecuária, o setor da horta, o setor da cozinha, o setor da creche, o setor da administração, etc. Esta divisão de trabalho possibilita novas oportunidades de trabalho dentro do assentamento para mulheres e jovens.

Ao contrário da associação, as cooperativas apresentam fins lucrativos, e funcionam como uma empresa possuindo registro na junta comercial do Estado, com emissão de nota fiscal e contabilidade oficial. A cada sócio é destinada uma parte das sobras, sendo que estas podem ser acumuladas ou ser distribuídas entre os sócios.

Em geral, a divisão dos ganhos é calculada conforme dia de serviço ou horas trabalhadas por cada sócio, ficando seu controle reservado ao setor de administração da cooperativa. Isso pode ocasionar uma diferenciação na renda entre as famílias, já que as mais numerosas recebem uma proporção maior nos resultados.

Por outro lado, os assentamentos podem se desenvolver num modelo de agricultura familiar, com a organização da produção agrícola em lotes individuais de produção. Cada família retoma sua tradição de pequeno produtor e com o uso da mão-de-obra familiar explora individualmente a unidade produtiva. D'INCAO (1992) indica *"elementos importantes para os trabalhadores que optam por "morar no lote" esboçando os contornos do que pode ser entendido como um projeto de produção familiar para seus lotes"*. Descreve o caso do Assentamento de Porto Feliz, onde trás à luz a necessidade da *"compreensão da lógica da combinação racional que estes trabalhadores possuem do uso dos fatores de produção dos quais dispõem"* :

"A maioria investe num cultivo perene que lhes assegura uma renda monetária anual, a médio prazo - banana, café, cítricos, gado, etc. Simultaneamente desenvolvem cultivos de produtos destinados predominantemente ao consumo doméstico - galinhas, ovos, porcos, legumes, verduras, etc. Pouco a pouco vão adequando os produtos aos quais foram parcialmente induzidos - arroz, feijão e milho - à lógica da agricultura camponesa. (...) Alguns já planejaram os seus lotes a partir da definição da própria autonomia no processo de comercialização (...) Finalmente, quase todos administram de forma bastante racional, o uso da mão-de-obra familiar (...) aparec(endo) combinações de atividades urbanas e rurais que são bastante sugestivas de novas formas de organização da produção".

6.2. AGRICULTORES ANALISADOS

Nos capítulos anteriores descrevemos, em linhas gerais, os elementos que constituem o "ambiente" em que está inserido o agricultor da área por nós estudada, quais sejam: a região, os assentamentos ali formados e os pequenos produtores que compõem os bairros rurais do município.

Resta ainda uma reflexão específica sobre os agricultores com quem trabalhamos. Para isto foram escolhidos os líderes tanto do assentamento como entre os pequenos produtores.

D'Incao (1992) traçou, de forma bastante sucinta, o perfil destas lideranças:

"Trata-se de trabalhadores que, por razões ligadas a suas próprias trajetórias de vida, realizam ali, necessidades pessoais de reconhecimento social ou de engajamento a uma causa política - os militantes propriamente ditos".

Os líderes do assentamento que participaram da constituição e atuação do INOCAR são cinco. A análise da trajetória de vida de cada um deles pôde demonstrar que alguns deles surgiram, enquanto líderes, antes mesmo da luta pela terra. Foi ainda no bairro rural de origem, trabalhando como pequenos arrendatários e participando do grupo de jovens orientados pela igreja que deram início às discussões para a "conquista da terra" e a seus processos particulares de "formação". Esses processos viriam a ser reforçados no "acampamento dos sem-terra" do qual fizeram parte e nas inúmeras reuniões

realizadas no intuito de se conseguir um pedaço de terra.

SOUZA (1993) entende que as lideranças nos assentamentos são assumidas por pessoas que se destacam na organização do grupo na busca de soluções para problemas imediatos e também por tomarem a frente nas discussões políticas que envolvem o assentamento. Elas se distinguiriam das demais pela clareza dos acontecimentos políticos em que estão envolvidas e, também, pelo senso crítico demonstrado ao analisarem as estratégias e conseqüências da luta pela sobrevivência das famílias assentadas. Tais características teriam feito com que os trabalhadores rurais reconhecessem neles o ímpeto da liderança.

QUEIROZ (1973) trata das lideranças tradicionais e dos fatores relacionados à sua formação nos bairros rurais. Ela mostra que a posição de prestígio nestes grupos de vizinhança pode ser alcançado, entre outras formas, por meio da afirmação das qualidades pessoais do indivíduo e, algumas vezes, por meio da aquisição de bens econômicos.

A primeira forma nos pareceu a predominante entre os associados do INOCAR os quais, sendo líderes em seus respectivos bairros rurais de origem, exerciam influência sobre os produtores do bairro sem, todavia, ser economicamente superior a eles (já que ambos apresentavam, na verdade, o mesmo nível social). Eles correspondem a cerca de dez dos vinte e cinco sócios existentes.

Por outro lado, convém ressaltar o papel dos técnicos que, como agentes políticos, tiveram fundamental importância na constituição do INOCAR. Enquanto militantes preocupados com o processo de desapropriação vivido pelos agricultores da região realizaram, juntamente com os líderes assentados, um trabalho de orientação aos

agricultores de alguns bairros rurais do município de Itaberá, trabalho que se constituiu em um embrião da futura instituição INOCAR.

6.3. A CONSTITUIÇÃO E ATUAÇÃO DO INOCAR

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaberá, entidade formada por pequenos produtores e assentados da Fazenda Pirituba, iniciou em 1988 um trabalho político de orientação dos agricultores dos bairros rurais do município, com o auxílio de técnicos vinculados ao assentamento e das lideranças da área III da Fazenda Pirituba, através de visitas e palestras.

O técnico ligado ao assentamento, descreveu da seguinte forma como se iniciou esta idéia:

"...inicialmente a idéia da questão das comunidades foi mais um trabalho com relação ao sindicato. Na época conversando com o presidente do sindicato que era o João Moreira, ele estava com uma idéia de fazer um trabalho sindical nas comunidades que tinham a base da organização da igreja, sobre a questão da reforma agrária, sobre os assentamentos. Daí da área III a participação do Zezinho, do Serrinha, então através da iniciativa do sindicato, e da liderança da comunidade de base da igreja é que o pessoal pediu para que a gente fosse fazer palestras para dizer como era o assentamento, como era a questão da associação, como funcionava a questão da reforma agrária. (...) o trabalho se iniciou justamente com a gente fazendo palestras nas comunidades e toda essa discussão levou quase um ano neste trabalho de ir até as comunidades e fazer as reuniões."

O técnico traz ainda um outro elemento que auxilia na compreensão desta expansão do trabalho para fora do assentamento, qual seja, a idéia de cercar o problema da expropriação que antecede a demanda pela terra:

"... houve uma identidade com a preocupação , quando foi discutido o eixo de sair para discutir com as comunidades de pequenos produtores, estava em cima de uma análise que não adiantava só ficar num assentamento de reforma agrária, com todas as dificuldades que as comunidades dos pequenos produtores estavam enfrentando com muitas até desaparecendo. Então a gente faz lá um assentamento . Daqui a pouco mais produtores irão perder a terra; então se precisa fazer um trabalho para que o produtor não precisasse sair e se mantivesse na terra."

Especificamente, quanto a maneira com que eram conduzidas as discussões nas comunidades, um assentado que participou deste processo explica:

"O trabalho era através de reuniões, se abria a discussão para o pessoal, procurando saber o que eles estavam sentindo como pequenos produtores, quais as dificuldades, o que eles colocavam a gente ia listando e depois a gente entrava com uma discussão de alternativa para melhorar e mostrava qual a consequência de tudo aquilo que eles estavam passando".

O primeiro tema abordado foi: "O Assentamento e a Reforma Agrária", já que muitos dos pequenos agricultores da região não compreendiam a questão agrária e compartilhavam as idéias dos setores mais conservadores da sociedade local.

Procurava-se esclarecer a história do assentamento, gleba pertencente a Fazenda Pirituba, de propriedade do Estado, que no decorrer de sua trajetória

foi ocupada por grandes fazendeiros de forma ilícita, apresentando problemas de legalização, tornando-se terras dominadas por "grileiros". Esclarecia-se também que a reforma agrária buscava sanar o problema da concentração fundiária, distribuindo terra aos trabalhadores rurais que não tinham mais acesso a este meio de produção.

O segundo tema foi "Associativismo e Sindicalismo", que tratava diretamente o problema econômico destes produtores, tendo em vista que estas são formas de fortalecer a pequena produção, facilitando o acesso a créditos, viabilizando a aquisição de equipamentos e agilizando a comercialização de produtos agrícolas. Através do sindicato procurava-se encaminhar questões políticas de interesse dos pequenos produtores além da resolução de questões trabalhistas a nível da relação grande proprietário-trabalhadores rurais.

As formas equivocadas de se compreender e se engajar nos sindicatos foram detectadas entre os agricultores dos bairros trabalhados. Um dos assentados envolvidos neste trabalho afirma:

"Aí entrava também uma discussão política: que eles deveriam se organizar em associações de bairros, participar mais dos sindicatos; que, no futuro, eles não precisam do sindicato; que eles não estavam participando do sindicato e quem estava, estava no sindicato errado: em vez de estar no do trabalhador rural, estavam no sindicato patronal, ou então pagavam ao Sindicato a contribuição de maneira errada; que ele deveria estar politicamente organizado para ter representação no bairro para que pudesse se entender junto aos órgãos públicos encaminhando interesses da comunidade, tudo isso viria fortalecer o desenvolvimento e melhorar a situação deles. "

E por fim, ainda na tentativa de compreensão das causas dos

problemas da pequena produção, debatía-se a questão de tecnologias alternativas e adaptadas à pequena produção, onde questionava-se a viabilidade econômica e ecológica das modernas técnicas empregadas na agricultura, apontando-se alternativas mais econômicas e de menor impacto ambiental.

O técnico que desenvolveu este trabalho explica em detalhe o tema:

"... um dos temas era mais baseado em como você estar explorando a terra , como está a situação de sua terra hoje; aí a gente passava a explicar para eles como deveria ser tratada aquela terra em específico porque cada um tinha sua terra e uma era diferente da outra em questão de qualidade de solo. Um deles já tinha corrigido com calcário; outros nunca fizeram uma subsolagem, outros nem corrigiam com calcário, a gente fez várias colocações de como ele poderia mudar a produção, fazer rotação de cultura; então seria mais esta questão de tecnologia e como trabalhar o solo, em termos de terraceamento, corrigir o solo até o plantio".

Este trabalho de proferir palestras e reuniões nos bairros contava com uma equipe voluntária formada por um assentado, um engenheiro agrônomo e dois técnicos agrícolas vinculados ao assentamento. Este grupo formou-se a partir das discussões com o sindicato sobre questões políticas e técnicas da agricultura além do incentivo à organização dos pequenos produtores. As idéias que norteavam o trabalho seguiam as diretrizes de um processo participativo, ou seja, a participação ativa do público envolvido, partia da prática concreta de suas experiências e tentava abranger de forma ampla e em profundidade questões relacionadas à agricultura.

O município de Itaberá apresenta cerca de 28 bairros rurais; o trabalho envolveu um total de 6 bairros (Mangueiro Grande, Água Preta, dos Tomé, da

Serrinha, Santa Isabel e Cambará). O número de pessoas que participavam das palestras variava bastante. Houve reuniões, segundo o técnico, em que chegaram a juntar 40 pessoas. De maneira geral o número girava entre 10 e 15 pessoas que participavam da discussão, sendo que algumas, como as lideranças vinculadas ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Itaberá, estimulavam a participação dos vizinhos. A grosso modo, pode-se estimar em 50 o número de famílias sobre as quais o futuro INOCAR (ele seria formalizado em 89, como será visto mais adiante) desenvolveria um trabalho de orientação.

A repercussão destas reuniões resultou em uma demanda por parte dos pequenos produtores por uma orientação técnica adequada.

"...houve uma solicitação, uma cobrança, o pessoal queria saber montar a associação nas comunidades." (assentado que acompanhou as palestras).

A discussão nas comunidades evoluiu para a idéia de se criar uma entidade que trabalhasse com os pequenos produtores, numa atuação específica com caráter mais técnico, mais orientador do que o sindicato, que teria uma função reivindicatória, mais de organização de luta. Essa atuação técnica foi associada ao desenvolvimento de uma agricultura alternativa, baseada em técnicas apropriadas à realidade dos pequenos produtores. A idéia principal era de que se utilizassem práticas agrícolas que baixassem o custo da produção e ajudassem a conservação dos solos. Dentre elas, a utilização de adubação verde intercalada com a cultura principal ou em forma de rotação de culturas comerciais, afim de elevar o teor de matéria orgânica foi bastante incentivada. Paralelamente, ao incentivo destas práticas alternativas ao modelo convencional (entendido como o uso de insumos modernos: fertilizantes, inseticidas, etc, mais o uso intenso da mecanização) orientava-se o uso de práticas que amenizassem o efeito nocivo das técnicas convencionais. Dentre as práticas "reguladoras" estão: rotação de culturas, uso de calcário,

terraceamento, etc.

O assentado que participou da equipe voluntária descrita anteriormente, sintetiza da seguinte forma a atuação do INOCAR:

"O INOCAR foi criado para que a gente pudesse desenvolver junto aos pequenos produtores a idéia de que a produção alternativa baixaria o custo de produção, fazendo com que ele pudesse então produzir melhor e mais barato e que sobrasse mais renda para a família. Então, a discussão evoluiu para que se fizesse um trabalho conjunto, que pudesse dar essa assistência técnica transmitindo essa idéia de trabalhar na forma de associação de bairro para aquisição de máquinas e trabalhar junto, este seria o caminho".

O resultado destas reuniões deu-se com a formalização, em janeiro de 1989 com 23 sócios fundadores do Instituto de Orientação Comunitária e Assistência Rural, o INOCAR, uma entidade jurídica (sociedade civil sem fins lucrativos) registrada de direito privado (dos sócios e dirigidos por estes) com prazo de duração indeterminado, situado no município de Itaberá e foro jurídico na comarca de Itapeva- Estado de São Paulo. Os objetivos estatutários do INOCAR são:

- desenvolver e difundir principalmente a agricultura alternativa²⁴ e tecnologias adaptadas à pequena produção rural, através da pesquisa e extensão rural.

- incentivar a organização dos pequenos produtores rurais para o seu fortalecimento enquanto classe política e pela participação ativa dos agricultores fundadores.

²⁴movimento sócio-cultural que abrangeu a proposta de um novo modelo de se produzir na agricultura, envolvendo uma forma de agricultura poupadora de insumos industriais, com bases auto-sustentáveis para o aumento da produtividade do solo.

A fundação do INOCAR, com estas finalidades, apresentava uma dificuldade concreta: criou-se uma Instituição que não tinha recursos suficientes para a sua subsistência, e por outro lado, os técnicos a ela vinculados, eram contratados pelo DAF (Departamento de Assentamentos Fundiários) e não tinham condições de acumular funções (a demanda dos assentamentos já era, por si só, comprometedora de todo o tempo dos técnicos). A solução encontrada foi a contratação de um técnico, somente para esta finalidade: orientar e acompanhar os pequenos produtores nos bairros rurais do município. Isto se viabilizaria através do pagamento dos honorários em produção, onde cada agricultor forneceria um saço do produto por alqueire de lavoura assistida.

Este momento é assim descrito pelo técnico do assentamento:

"Ficou uma dificuldade concreta ,a maior parte do tempo a gente fazia o trabalho nos finais de semana ou às vezes a noite; aí a proposta foi uma forma de se superar isto; ele (o técnico) deveria acompanhar dando assistência técnica nas comunidades e o pessoal deveria pagar por assistência e deveria ser cobrado assim, um saço de cereal por alqueire da cultura assistida e aí o Wilson²⁵ veio para cá neste programa do INOCAR junto do sindicato".

Assim, a partir de junho de 1989, é contratado um engenheiro agrônomo que aceita o trabalho nos moldes que vinha sendo proposto, dando início à assistência técnica em seis bairros rurais, envolvendo aproximadamente 50 agricultores. A remuneração do trabalho do técnico se daria após a colheita das lavouras.

Por problemas climáticos, vários produtores perderam grande parte da produção, referente ao primeiro ano agrícola da atuação do engenheiro agrônomo, e

²⁵técnico do INOCAR.

alguns acabaram por desistir da proposta, o que tornou a forma de pagamento inviável. Mais uma vez, a grande questão que emerge é a dificuldade financeira enfrentada pelos agricultores, apresentando elevado custo de produção e a baixa remuneração de seus produtos na comercialização.

A particularidade desta forma de pagamento foi revelada da seguinte maneira pelo engenheiro agrônomo:

"Era um saco de feijão por alqueire, isto era pensado da seguinte forma: a região era produtora de feijão, 90% do que se planta é feijão. Os produtores financiavam em banco e você tinha que fazer um projeto e os técnicos que faziam isto cobravam 3% do valor do projeto; nossa proposta foi que nós, os técnicos, fariamos o projeto perante o banco, e aí a gente não cobraria estes três por cento do financiamento, mas em contrapartida nós cobraríamos um saco de feijão por alqueire".

Esta proposta de se elaborar os financiamentos não foi efetivada, pois o banco exigia um escritório de planejamento. Na primeira safra, a idéia existia mas não pôde ser colocada em prática, porque a formalização do escritório não estava pronta perante o CREA. Alguns produtores solicitaram financiamento, mas através de uma empresa de planejamento.

Na realidade, existiam impecilhos de ordem econômica, social e cultural para a efetivação da idéia proposta:

"70 a 80% não pagaram, é muito complicado. Na teoria é uma coisa, na prática é completamente diferente: primeiro nós estávamos numa região que tem cultura de baixo retorno, o pessoal planta feijão e a produtividade é baixa, depende

do clima , depende de vários fatores e a maioria não usa adubo; então a produtividade deles é baixa e a área que eles plantam é pequena, o que sobra para eles é muito pouco."

"...o agricultor planta 2 ou 3 alqueires. São 2 ou 3 sacos de feijão que ele tem que dar. Tem que tirar para semente para pagamento de bóia-fria e trator com bateadeira e sacarias e outras dívidas que ele contraiu na safra. De repente, para o produtor pesa, mas ele pensa: que serviço que o técnico fez? De repente você fez todo um trabalho, mas como é a longo prazo o cara acha que está perdendo e acaba enrolado e acaba não pagando. Se fosse uma região em que os produtores tivessem um padrão um pouco melhor, eu acho que o trabalho seria diferente".

A necessidade concreta dos agricultores era a injeção de recursos. Havia escassez de recursos estatais para programas de apoio à pequena produção na região (ou no mínimo falta de interesse político para tentar solucionar a questão). Os altos juros cobrados pelos créditos bancários, tornaram-se proibitivos àqueles agricultores descapitalizados ao acesso a essa forma de financiamento.

Foi então que surgiu uma possibilidade através da Legião Brasileira de Assistência (LBA), entidade governamental de assistência social, que apresentava um trabalho junto às instituições de caridade e de incentivo à organização de associações. Dentro dos programas da LBA havia o financiamento de pequenos projetos para comunidades rurais organizadas.

Essa possibilidade, atrelada à exigência de organização funcionou como incentivo para a organização das chamadas "associações informais" em cada bairro rural onde se estava atuando. Tratava-se de um pequeno grupo de agricultores, cerca de cinco famílias de um mesmo local, vizinhos, que já acompanhavam as discussões do

Sindicato. Na maioria das vezes com grau de parentesco e habituados a trabalhar de forma conjunta, através de relações de compadrio. Como estas associações não eram legalizadas e não eram formalizadas com estatuto, eram chamadas de informais, pelos agricultores, técnicos e pela Legião Brasileira de Assistência.

A elaboração dos projetos se deu através de discussões sobre a utilização dos recursos, salientando alguns aspectos no trabalho de organização dos agricultores. De um trabalho com o conjunto dos agricultores filiados ao Sindicato, partiu-se para o atendimento das reivindicações de cada associação informal, pois os anseios se mostravam diferenciados. Assim, a idéia inicial sugerida principalmente pelos técnicos, de se adquirir um caminhão ou um trator de maior porte para o uso coletivo dos associados ao Sindicato se mostrou frustrada. As discussões evoluíram para a aquisição de pequenos tratores, alguns implementos agrícolas, uma máquina de beneficiamento de arroz e algumas cabeças de gado leiteiro. Como se tratava de bairros rurais diferentes, seria melhor, num primeiro momento, cada associação se preocupar com suas dificuldades particulares.

"Todo projeto foi um negócio democrático; foram feitas várias reuniões à noite nos bairros e várias na cidade, na igreja e com a Emília²⁶ e outros técnicos da LBA para viabilizar qual seria o melhor projeto para cada bairro. Foi um trabalho que durou praticamente um ano e meio para amadurecer e neste período surgiram várias idéias, nas quais nós como técnicos tentávamos viabilizar projetos que abrangessem todos os bairros que o sindicato coordenaria. Seria um meio de fortalecer o sindicato. No entanto, por mais que você tente levar um trabalho mais comunitário, a coisa é complicada. Surgiram várias idéias, mas teve resistência dos produtores. Eles quiseram um projeto por bairro; então foi trabalhado nos bairros qual seria o melhor projeto para cada bairro e aí surgiram os diversos projetos; então até chegar ao projeto

²⁶assistente social da Legião Brasileira de Assistência de Eucatatu - SP.

foram várias reuniões e muita discussão para saber qual o projeto mais interessante."

(Técnico do INOCAR)

O desgaste daquelas reuniões estava enfraquecendo o movimento de organização daqueles agricultores. No contato com a LBA, onde são expostas as dificuldades enfrentadas, surge o que se denomina "projetinhos". Tratava-se de uma verba mensal que a instituição poderia oferecer a fundo perdido à grupos coletivos de produção (ou assistência como creches, asilos). A questão levada em conta era incentivar formas comunitárias de trabalho.

Com estes recursos, as reuniões mudam de sentido, e apesar do cunho paternalista, eles tiveram o papel fundamental de dar novo ânimo ao movimento.

"Agora vamos reunir porque vai ter um dinheirinho que vai ser liberado mês que vem e, o que vamos fazer com este dinheiro? Era uma maneira de motivar o pessoal; estes projetinhos saíram por umas 4 ou 5 vezes (4 ou 5 meses), foram estes: piscicultura, era época de eleição e a prefeitura estava fazendo tanque de graça para o pessoal; outro foi para a apicultura; para plantação, comprou-se mangueiras para fazer irrigação; adubo; outra vez calcário; barracão do bicho da seda, que a gente iria começar a mexer e por mais absurdo que pareça, frango de corte." (Técnico do INOCAR)

Este último "projetinho", em particular, estimulou um processo de reavaliação de como se estava conduzindo os trabalhos. A forma como foram encaminhadas as propostas de uso dos recursos da LBA geraram no interior do INOCAR, pontos de conflito. Apesar da crítica do agrônomo do INOCAR, este ficava "mais do lado" das reivindicações dos pequenos produtores. Já o técnico do DAF e o assentado, que faziam

parte da liderança, apresentavam uma outra concepção no que diz respeito às propostas para utilização dos recursos da LBA.

" ... na realidade a gente tinha um pouco de crítica em relação a forma de trabalho com a LBA. Acho que foi um ponto também que entrou em choque com a concepção da gente com a do Wilson. As pessoas falavam que iam mal porque não tinham recursos e daí precisavam de recursos e aí foi jogada a proposta de que se precisa de recurso; vamos trabalhar com a LBA, mas aí a gente percebeu que todo o recurso que veio pela LBA acabou dando em nada, não teve retorno. Então o problema não é recurso é questão da condição da agricultura do pessoal. As pessoas se aglutinaram na questão de organizarem uma associação, porque tinha um recurso da LBA. A gente tinha a proposta da bolsa de calcário que a pessoa tinha que pagar. O dinheiro da LBA deveria ser para comprar o calcário; virou e acabou sendo encaminhado para este lado, aí foi enquanto havia dinheiro as pessoas estavam aproveitando, mas depois que esgotou o recurso, acabou. (Técnico do assentamento)

Um dos assentados que participam do trabalho concorda com as afirmações acima:

"... a liderança não soube conduzir as discussões de maneira que pudesse dar um retorno; inclusive os beneficiados foi a liderança do sindicato e não o bairro onde deveria ter um grupo de famílias sendo beneficiados e desenvolvendo um trabalho. Então o que aconteceu foi aproveitar a chance que a LBA tinha um dinheiro a fundo perdido para investir na produção que deveria abranger um grande número de famílias de vários bairros, acabou beneficiando um ou dois de cada bairro, aí a coisa ficou meio assim, você aproveita o que vem, e quando acabou, terminou o trabalho".

Parte da direção do INOCAR (a vinculada ao assentamento) tentou coordenar as discussões com o intuito de abranger mais famílias com os recursos provenientes da LBA, encontrou a resistência do grupo da diretoria vinculado ao sindicato (mais de acordo com os pontos de vista dos pequenos produtores), que não concordavam com a idéia.

Os técnicos e os assentados chegaram a um consenso para a idealização de uma cooperativa de insumos, nos seguintes moldes: seria formado um fundo rotativo de insumos (calcário, fertilizante e sementes). O recurso liberado pela LBA seria utilizado para a aquisição destes insumos e repassado aos agricultores. Estes, no final da safra, pagariam à cooperativa em forma de mercadoria a mesma quantidade de insumo acrescida de 10% , para aos poucos abranger um número maior de beneficiários.

"Nossa idéia era: saiu um dinheiro da LBA, a fundo perdido. Este dinheiro deveria ser convertido para uma cooperativa que iríamos criar. E como funcionaria essa cooperativa? Por exemplo, com piscicultura. Se a pessoa leva o peixe, ela deve para a cooperativa este tanto de alevinos mais 10%. Não vai mexer com dinheiro e sim, com mercadoria. Um outro exemplo com adubo, calcário: Você não tem dinheiro para comprar adubo, você planta e irá colher 15 sacos por alqueire e se colocar adubo colhe 20. A cooperativa emprestaria este adubo no final da safra, ele pagaria o adubo e cobraria 10% a mais, para que outros produtores possam ter a mesma oportunidade. O patrimônio da cooperativa iria crescendo desta forma".

É importante refletirmos, na constituição do INOCAR, sobre a posição de cada técnico quanto à utilização dos recursos da LBA. De um lado está o agrônomo, "mais chegado" aos agricultores, de outro, as opiniões do técnico do DAF e dos assentados vinculados à área III. Um ponto de vista contempla o que os agricultores

almejavam, o segundo, vinculado ao projeto coletivista da organização da produção, avalia os acontecimentos como uma etapa na organização vivida por aqueles agricultores. A preocupação de cada um começa a divergir. Na verdade, estava se iniciando um processo de desdobramento interno na organização.

Quanto à idéia de comprar insumos coletivamente, registra-se também um descompasso entre as propostas dos técnicos e dos agricultores.

"Fomos até São Paulo comprar adubo juntos. Acontecia que no plano da idéia era muito bom, mas na prática não saía. Nós falamos de ir comprar o adubo junto para alcançar um preço melhor, contactamos os vendedores de adubo e a turma chegou à conclusão que não valia à pena comprar bastante. Quando se fala bastante são 50 a 100 toneladas, aí você tem poder de barganha, mas o pequeno produtor vai colocar 300 Kg por alqueire. Um agricultor quer comprar adubo, mas diferenciado de um outro que quer plantar num outro período, assim não dá para aglomerar todo mundo e comprar um lote fechado de adubo. Então esta idéia furou aí." (Técnico do INOCAR)

No exemplo do trator de uso comum, a questão se repete:

"...Um exemplo poderia ser um trator. Surgiu a idéia de se comprar um trator novo, grande, para se atender a todas as propriedades. Só que o que aconteceu? A idéia é bonita, só que inviável. Você só consegue preparar uma terra com ela úmida. Naquela região, choveu hoje, todo mundo quer plantar feijão. Assim, qual bairro você iria atender primeiro? Outra questão, se refere à quantidade de terra que o trator era capaz de tombar, eram mais ou menos quinhentos alqueires de terra. Um trator só, iria complicar."

E ainda na proposta de inseminação artificial no gado leiteiro:

"Num trabalho mais comunitário a coisa é complicada, surgiram várias idéias, a de você fazer inseminação artificial foi uma delas. A maioria dos produtores tem gado para tirar o leite e, aumentar a sua produtividade seria algo interessante. Articulou-se a idéia de se pegar um dos agricultores e orientá-lo através de um curso oferecido pela Fundação Bradesco em Campinas e este, ficaria responsável para fazer a inseminação nos bairros; se escolheria a melhor raça do gado leiteiro ; teria que se comprar um tambor de refrigeração do sémen, o que não era um dinheiro muito grande; foi contactada a LBA que informou que este poderia ser um dos projetos. Este projeto serviria a praticamente todos os agricultores orientados pelo INOCAR. Mas houve resistência dos produtores pois eles quiseram um projeto por bairro, então iniciou-se a discussão para saber qual o projeto por bairro . Assim, foi um longo caminho até a escolha do projeto mais interessante.

Desta forma, de um trabalho abrangendo todos os produtores, foi-se obrigado a individualizar por bairro, pois não havia um projeto comum de consenso.

"A partir do momento em que você faz um trabalho de um ano e meio com os produtores tendo um desgaste, a idéia da inseminação, dada pelos técnicos atenderia o interesse de 70% dos participantes, já que o restante não tinha gado. Apesar do trabalho no sindicato ter um ideal mais coletivo, não houve um projeto que conseguisse o consenso."

O trabalho desenvolvido com muitas reuniões levou a um desgaste do movimento e a desistência de alguns agricultores. Isto deixou o técnico frustrado. Essa frustração era acrescida da dificuldade de se conseguir estabelecer com segurança um

salário:

"Me parece que a questão principal foi a econômica, ou seja, a manutenção, o ponto principal que ficou falho foi a questão da manutenção do técnico."

(Técnico do assentamento)

A nova proposta de pagamento, que foi colocada em prática, se deu através do rateamento dos salários dos outros três técnicos, contratados junto ao DAF, já que a proposta do pagamento em porcentagem da cultura de feijão assistida não foi efetivada. Era necessário garantir a subsistência do técnico, pelo menos no início dos trabalhos. O encaminhamento e a concretização dessa proposta pode ser resumido através do depoimento do próprio técnico:

"Meu salário sairia do salário dos outros três, e ficaria com 1/3 do salário de cada um, , com a promessa que compraríamos um veículo, o que, realmente aconteceu. Os custos iriam ser rateados através da criação de um fundo. Esta proposta porém não se viabilizou, pois um bairro era muito longe do outro. Para diminuir os custos comecei a andar de moto, os desgastes e combustível acabaram ficando por minha conta. Neste processo um dos técnicos perdeu o emprego e o outro se desinteressou. Com isto apenas um dos técnicos me dava um auxílio. Dediquei-me então a um trabalho paralelo, arrendei um sítio e num pedaço de terra de meio alqueire, fiz uma horta e vendia os produtos na cidade."

A crítica dos técnicos vinculados ao assentamento parece pertinente. A criação da bolsa de calcário atenderia um grande número de famílias, teria um efeito multiplicador, já que no pagamento, os 10% a mais garantiriam um aumento gradativo dos produtores beneficiados e ainda agiria sobre as causas dos problemas vivenciados por

aqueles agricultores, ou seja, o depauperamento dos seus solos.

"Se houvesse maior tempo de amadurecimento da discussão sobre a constituição das associações, mostraríamos que a questão não era se reunir em torno de um recurso. A saída para os agricultores não necessariamente passava pela questão de crédito, mas com certeza, caso houvesse tempo, iríamos chegar numa conclusão mais abrangente. Na realidade, a estratégia de motivar as pessoas, talvez fosse a concepção inicial do Wilson: "você tem um recurso e as pessoas se organizam atrás deste", e isto leva a motivação das pessoas. Isto, de certa forma, mascarou o diagnóstico inicial. Caso não houvesse recurso, teria que se discutir em condições concretas o verdadeiro problema e o encaminhamento para uma solução conjunta. A questão não se restringe à viabilidade econômica. Com a possibilidade dos recursos da LBA, criou-se a ilusão de que existe alguém tratando das pessoas, do tipo: "então vamos resolver o nosso problema, é um paraíso", enquanto na realidade este procedimento é apenas ilusório, a dificuldade econômica enfrentada pelos agricultores é só um sintoma. Restava ainda a discussão da agricultura alternativa, de como se organizar, de como superar as questões relacionadas à comercialização, a questão da conservação da terra; e este espaço não foi aprofundado, não foi trabalhado." (Técnico do assentamento)

No entanto, em um segundo momento percebe-se que o problema se coloca em outra ordem de questão, qual seja a diferenciação entre as duas categorias de produtores: assentados e pequenos produtores autônomos:

"A diferença do extensionista que vai trabalhar com pequenos produtores e com assentados é grande. O tipo de trabalho no assentamento é imbuído de um cunho comunitário. A maioria das questões envolvem o coletivo: o financiamento é oferecido para ser administrado pela associação, a discussão sobre as culturas se dá no

interior dos grupos de produção, entre outras questões. Já o trabalho com pequenos produtores é individualizado, o agricultor tem um pedacinho de terra e administra onde vai cultivar o feijão, o arroz, o milho, etc, ele é quem decide. Os agricultores dizem que o bom extensionista é aquele que além de bom técnico na lavoura, faz de tudo: é advogado, administrador, médico, chega até a ser o parteiro da família. Resumindo, o cara chega a ser o pai e a mãe se preciso for, enquanto o técnico vinculado ao assentamento é mais político."

Desta forma, procurou-se mostrar que o técnico que estava diariamente presenciando o desgaste dos agricultores, assistindo a desistência gradual destes do movimento e o conseqüente retorno dos agricultores ao enclausuramento em suas propriedades²⁷. Apesar de executar um trabalho paternalista, sabiamente criticado pelos agentes vinculados ao assentamento, o encaminhamento dado pelo técnico dentro de tais circunstâncias foi o mais adequado possível.

Há, porém, uma conclusão irrefutável com relação a esta trajetória: o diagnóstico dos problemas vivenciados por agricultores devem ser cautelosamente discutidos. A pretensão de apontar soluções sem um prévio planejamento e verificação de sua efetividade deve ser evitado, pois gera a expectativa e, a não execução das propostas apontadas, leva ao acúmulo de frustrações, enfraquecendo o movimento de organização de pequenos produtores rurais.

²⁷ Como vimos, quando descrevemos os agricultores, constatamos que estes estão em constante contato com o centro urbano: assim, enclausurar tem aqui um sentido de fechamento a um futuro aprendizado (técnico, social, político, etc).

6.4. O ASSENTAMENTO PIRITUBA II - ÁREA III

O assentamento Pirituba II - Área III está localizado na Microrregião Homogênea Campos de Itapetininga, a aproximadamente 35 Km dos municípios de Itaberá, Itararé e Itapeva, no sudoeste do Estado de São Paulo.

Situa-se na Gleba Fazenda Pirituba, ocupando hoje uma área total de 856,5 ha e beneficiando, cerca de 64 famílias das 107 iniciais.

A história da área III teve início em 1986, quando um grupo de famílias de trabalhadores rurais, incluindo entre esses alguns não selecionados para as áreas I e II ocupou uma pequena área da Fazenda, dando início a luta pelo acesso à terra.

Foi um ano de acampamento na beira da estrada, onde as famílias viviam em barracos de lona preta, carecendo de todas as necessidades básicas de infraestrutura e saneamento básico. Foi um longo ano de miséria e resistência, ora de invasão de terras, para logo expulsão por parte da polícia e de jagunços, financiados por fazendeiros da região, ora de espera e discussão para a definição de que estratégia de luta seguir. Foram cerca de cinco ou seis vezes transferidos de área enquanto acampados. Uma época marcada pela angústia e tensão constantes. Um total de 15 óbitos, crianças desnutridas vítimas da época da "estrada". As famílias sobreviviam a custo de doações de alimentos e roupas por entidades como a igreja, partidos políticos e entidades assistenciais, além do trabalho como bóia-fria nos demais assentamentos da Fazenda Pirituba - Áreas I e II, além de outras fazendas da região.

A pré-existência destes assentamentos servia de luz e exemplo de

conquista da terra e ajudava na manutenção de fé e perseverança para o grupo de famílias que resistiu. Das 300 no início do acampamento, apenas 107 tomaram posse oficialmente da terra em janeiro de 1987. A redução drástica do número de famílias, por si só, já exemplifica as difíceis condições vividas pelo grupo. A seleção das famílias beneficiadas foi realizada por uma comissão formada por membros da então Secretaria de Assuntos Fundiários e por representantes de cada bairro de origem dos acampados.

O projeto é de responsabilidade do Departamento de Assentamento Fundiário, vinculado ao Instituto de Terras (ITESP) da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo. Na época da formação do assentamento o órgão responsável por tais políticas era a Secretaria Executiva de Assuntos Fundiários, SEAF. Esta Secretaria foi extinta e substituída pelo Departamento de Assuntos Fundiários, vinculado à Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, também já extinto. Assim, hoje o assentamento vincula-se a Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania.

Este assentamento apresenta uma condição particular, a de ser um "projeto emergencial" por não apresentar o módulo rural mínimo, definido para a região em 17 ha por família.

Na sua implantação, em 1987, foi destinado 2,0 ha por família, passando para 2,5 ha no ano seguinte. Atualmente, as famílias contam com cerca de 7,0 ha entre lote de moradia e de produção agrícola.

A população deste assentamento, em sua maioria, é originária da própria região: de Itapeva, Itararé, Itaberá, Coronel Macedo e Itaporanga além de outros municípios do estado de São Paulo, bem como de pessoas provenientes de outros estados: Paraná, Bahia e Minas Gerais.

Dessas famílias, 43% apresentam uma trajetória de vida marcada pelo modo de vida e trabalho rural; porém tem-se 40% que vivenciaram o processo de migração passando em média 10 anos de suas vidas na zona urbana. Dos trabalhadores que conseguiram permanecer no campo, 53% trabalhavam como assalariados temporários e 43% como autônomos (meeiros, arrendatários, parceiros e proprietários). Esses dados indicam que a trajetória dessas famílias foi fortemente marcada pela referência do mundo rural, pela proletarização do campo, sendo o assentamento apontado como a única chance de sobrevivência (para 30% dos assentados entrevistados).

A concepção da terra como o lugar de trabalho é revelado pelos trabalhadores justamente devido a sua relação com a terra ao longo da vida.

No assentamento, as famílias moram em agrovila, residindo em pequenos lotes onde cultivam culturas de subsistência. Cada lote de moradia corresponde a 0,5 ha. As moradias são de madeira e têm como recurso hídrico a captação de água em poços, possuem fossa negra. Hoje, são servidos por energia elétrica, possuem escola, posto de saúde, armazém, máquinas agrícolas, oficina mecânica, galpão de máquinas de beneficiamento de arroz e escritório, que formam juntos, a área de benfeitorias de uso coletivo.

A escola, localizada no Centro do Comunitário (área central da agrovila) oferece o ensino da 1ª a 4ª série do 1º grau, contando com professoras trabalhando em classes multisseriadas. A continuidade da escolarização das crianças e jovens assentados ocorre nas escolas públicas da cidade de Itaberá e para tanto precisam se deslocar diariamente 35 Km até o centro urbano mais próximo.

Os pais (50% entre as famílias de assentados entrevistados) manifestaram o desejo de ver ampliada a trajetória escolar de seus filhos, visando a

superação da sua própria condição de vida como agricultor, com o exercício de outras profissões.

A concepção dos pais com relação a importância do estudo é atrelada à crença dos benefícios imediatos da instrução para a ascensão social e melhoria das condições de vida.

A despeito dos sonhos acalentados para a geração mais nova, os dados indicam um elevado índice de evasão escolar para a faixa de jovens acima de 14 anos, expressando inclusive a falta de interesse pelo estudo aliado a necessidade de ajudar a família no trabalho.

Em geral, na zona rural as crianças ingressam precocemente no mercado de trabalho; o mesmo acontece no interior do assentamento, onde as crianças por volta de 8-10 anos, assumem as tarefas mais leves da roça, tais como capina, colheita ou trato dos animais. Dividindo seu tempo entre a escola e o trabalho, as crianças e jovens participam ativamente da vida no assentamento.

Quanto a organização social e política, as famílias assentadas apresentam um relativo nível de participação em alguns grupos, tais como: no sindicato dos trabalhadores rurais (60%), comunidades religiosas (30%), Movimento Sem Terra (26%), associação dos pequenos produtores do assentamento (77%), além dos grupos internos ao assentamento (de jovens, mulheres, horta comunitária, educação, transporte, lazer, etc).

A organização da produção de subsistência é efetuada no lote de moradia, pela unidade familiar, visando suprir as suas necessidades básicas. Nesse espaço, 100% das famílias plantam frutas e implantam pequenas hortas. O arroz e o feijão são

produzidos no lote de comercialização, sendo uma quantia separada para o próprio consumo.

Desde a instalação do projeto, este assentamento produz alimentos básicos como o feijão, milho, arroz e mandioca. O feijão é o principal produto comercializado. Uma forma encontrada pelos trabalhadores para reduzir os custos de produção foi a adoção de uma variedade de feijão, adaptado a solos de baixa fertilidade. Esta tecnologia, desenvolvida pela Empresa de Pesquisa Agropecuária de Goiás, visa a redução da utilização de adubos químicos e pesticidas.

O assentamento possui ainda o "projeto leite" voltado para a criação de gado leiteiro para a subsistência das famílias. Atualmente, há um excedente de produção que está sendo entregue a um laticínio da região.

Várias entidades auxiliaram no financiamento do assentamento, como a Caixa Econômica do Estado de São Paulo, o Banco do Brasil através do PROCERA - Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e algumas instituições internacionais. Estes recursos foram utilizados para custeio da produção, para a aquisição de tratores e implementos agrícolas, caminhão, máquina de beneficiamento de arroz e para construção de armazém e galpões, além da construção do estábulo, cercamento do pasto e aquisição das primeiras cabeças de gado do "projeto leite".

Estes recursos tiveram papel fundamental na viabilização do projeto. Por outro lado, para o custeio da produção, devido aos altos custos dos financiamentos da atual política agrícola, este tipo de auxílio ainda é inviável. Desde 1990, os agricultores não recorrem a nenhum tipo de financiamento bancário, o crédito para o custeio da produção da nova safra tem correspondido a cerca de 5% do valor da produção conseguido através da

safra anterior.

Desde a implantação do assentamento, a organização da produção foi realizada pela Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Pirituba II - Área III, que dispunha de maquinário e implementos agrícolas de uso coletivo. O processo de gestão do trabalho se deu de forma coletiva. O quê, onde e quanto produzir era decidido em assembléia com a participação de todos os chefes de família. O sistema produtivo adotado em função da pequena área por família foi o totalmente coletivo. Um representante por família - o chefe ou um representante - participava nas diversas atividades do ciclo produtivo, com exceção do preparo do solo, pois esta atividade era realizada por um tratorista de cada grupo. A colheita era feita por toda a família, já que demanda maior contingente de mão-de-obra. As cinquenta famílias associadas distribuíam-se em cinco grupos de trabalho, cada um com seu representante. Desta forma, estes representantes discutiam questões relativas a organização do trabalho interno do grupo nas diversas atividades do assentamento. Por exemplo, na construção do galpão da máquina de beneficiamento de arroz foram necessários dez homens, sendo dois de cada grupo.

A Associação de Produtores, tirando proveito da experiência das associações das Áreas I e II, teve como preocupação central permeando todo o processo de gestão, a utilização do sistema bancário com extrema cautela e a fundamentação da contabilidade com a máxima transparência e de forma inteligível para todos os trabalhadores associados.

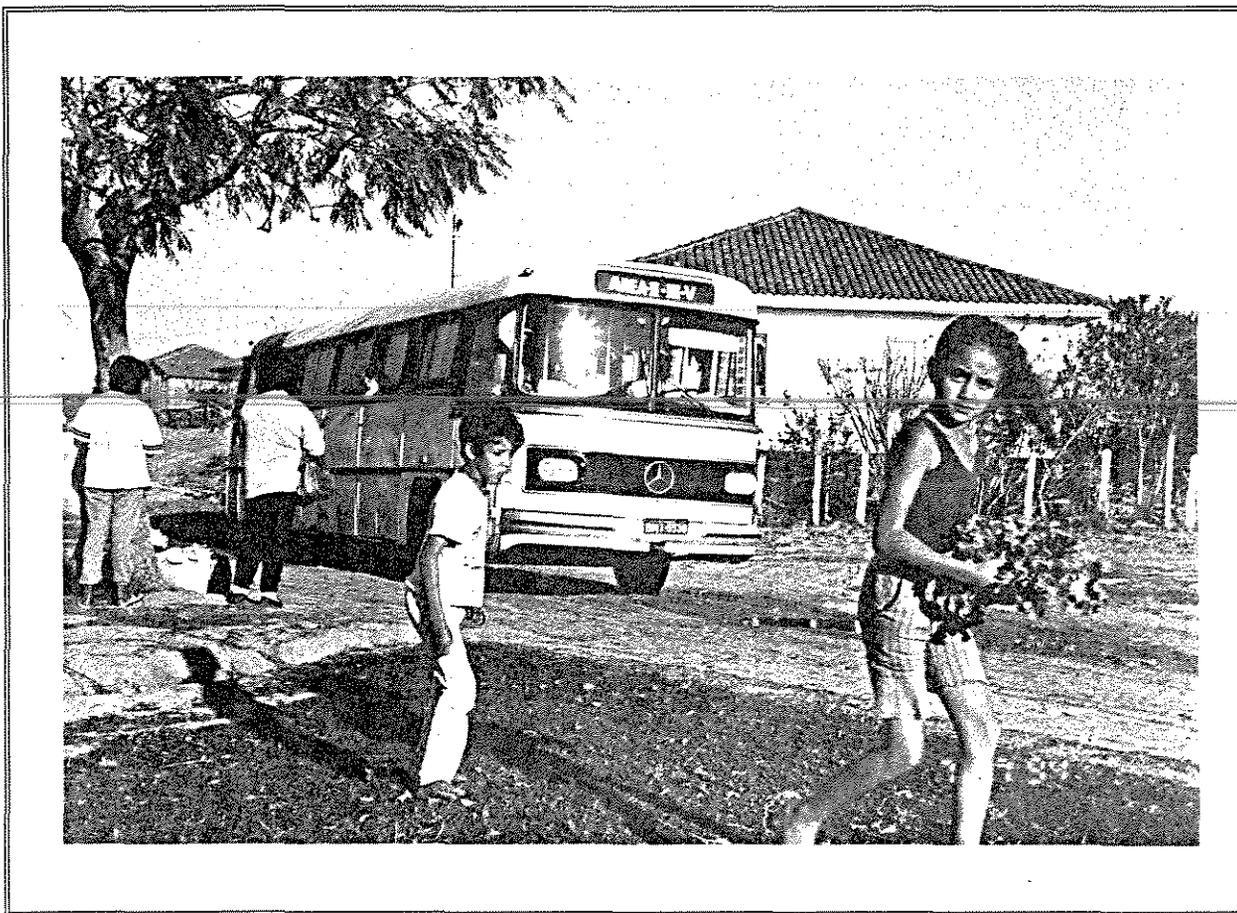


FOTO 5 - Assentamento Pirituba II - Área III. O transporte até o centro urbano. Uma vitória do coletivo (Reinvindicação da Associação junto à Prefeitura).

O ano de 1992 foi marcado por um momento de discussões sobre a organização produtiva entre os agricultores. O que ocorria era o seguinte: mulheres e jovens prestavam serviço fora do assentamento pois a unidade produtiva, devido a pequena área disponível, não estava absorvendo a mão-de-obra existente.

Paralelamente a esse processo, o Movimento Sem Terra - que há tempo vem incentivando a organização do trabalho produtivo nos assentamentos pelo sistema cooperativista, iniciou essa discussão com os trabalhadores, tendo em vista as reais dificuldades em que se encontravam: o deslocamento da força de trabalho para o exterior do

assentamento.

No espaço de aproximadamente um ano, período de muita discussão sobre o assunto, os trabalhadores resolveram então aderir à proposta do MST, com a efetivação do "laboratório organizacional de campo". Esse trabalho consiste no oferecimento de cursos de capacitação para os trabalhadores, abrangendo desde temas sobre a Teologia da Libertação até Contabilidade e Administração Rural.

Pode-se dizer que esse processo interativo entre trabalhadores e MST, através dos cursos massivos de 35 dias, culminou com a criação de uma cooperativa, inaugurando uma nova fase no assentamento.

A constituição da COPAVA - Cooperativa Agropecuária Vó Aparecida - determinou o desmembramento da organização destes agricultores: dos 49 sócios da Associação²⁸, 27 optaram pela cooperativa, outros 22 organizaram uma nova associação. Além dos agricultores que optaram pelo desenvolvimento do projeto familiar nos lotes individuais de produção agrícola (15 famílias), totalizando 64 famílias assentadas.

A Cooperativa, segundo depoimento de um agricultor, tem como principal objetivo criar setores de produção que sejam viáveis economicamente para a COPAVA, onde envolva o maior contingente de mão-de-obra, incorporando mulheres, jovens e até crianças. Dentro dos diversos setores de produção, a meta é capacitar pessoas para desenvolver um tipo de trabalho naquele setor. Exemplificando: capacita-se uma pessoa para o Setor de Máquinas, somente ela será designada para executar os serviços deste setor. As pessoas já capacitadas irão preparar um outro contingente de mão-de-obra necessitado por aquele setor.

²⁸ Antes do desmembramento, uma família já havia optado pelo sistema individual de produção, diminuindo para 49 o número de famílias associadas. Das 107 famílias que iniciaram no assentamento em 1987, restaram 64 até 1994.

A Cooperativa Agropecuária apresenta a seguinte estrutura orgânica de funcionamento: Assembléia Geral, Conselho Diretor, Conselho Fiscal, Conselho Deliberativo, e Setores de: Agricultura, Pecuária, Horticultura, Máquinas e Transporte, Construção, Administração e Planejamento, Social (creche), e Cozinha.

O sistema cooperativista provocou mudanças significativas na forma de gestão das atividades organizacionais, passando a atuar nos moldes empresariais. A fala de um agricultor cooperado retrata muito bem essa mudança:

"... O que vai para a Assembléia são coisas difícil do deliberativo conseguir. Hoje o que seria difícil do deliberativo decidir seria a compra de máquinas, compra de sementes, fundição de setor, se existir algum setor que não está sendo viável dentro da empresa para se definir se vai para a Assembléia (...) Estas questões mais complicadas a Assembléia Geral tem mais autoridade que o deliberativo (...) Quando o peso da decisão é maior, precisa de todos os trabalhadores... As nossas reuniões estão mais empresariais, com o tempo mais curtinho. Uma Assembléia Geral hoje, na COPAVA é feita em 30 minutos. Na associação era diferente, marcava para as 9 horas e só ia começar as 10 horas, terminava meio dia, 1 hora, perdia muito tempo... Na COPAVA é curtinho, não fica cansativo... Reunimos todos os dias, em níveis empresariais, rápido, uma coisa objetiva, com tempo determinado..."

Cada sócio participa de um setor ou de um conselho, o que efetivou a divisão técnica do trabalho com a especialização em determinada área ou função. Exemplificando, algumas mulheres trabalham na cozinha, outras na creche e outras ainda na horta. Assim, cada setor apresenta uma função específica dentro da Cooperativa.

Esta divisão técnica do trabalho proporcionou um aumento na produtividade do trabalho e o engajamento das mulheres e jovens nas diversas atividades da

cooperativa.



FOTO 6 - Assentamento Pirituba II - Área III - A participação do trabalho da mulher no assentamento - COPAVA

A cooperativa, além de incorporar formalmente o contingente de mão-de-obra feminina e juvenil, possibilitou a valorização do trabalho da mulher, colocando-se equiparado ao do homem no tocante ao nível de participação na organização do trabalho produtivo e aos salários.

"A mulher se sentiu mais valorizada dentro do assentamento

porque antes, o machismo era muito forte. O homem é que decidia e a mulher não participava da discussão. Tudo isto acabava acarretando uns prejuízos a nível organizacional do assentamento,.. Foi muito bom a mulher e o jovem se sentir valorizado: Como bóia-fria, ela ganhava muito pouco. Dentro da Cooperativa, ela ganha por horas trabalhadas igual ao homem. Na safra passada, uma hora de mulher trabalhada chegou a valer 3 kg. de feijão/hora. Uma mulher trabalha, no mínimo, 8 horas/dia. O feijão está 1300/1400, quer dizer, é fantástico a renda que a mulher tirou na safra passada e muito diferente do que ela trabalhar o dia inteiro de bóia-fria e as vezes nem ganharia este tanto de feijão..." (agricultor cooperado).

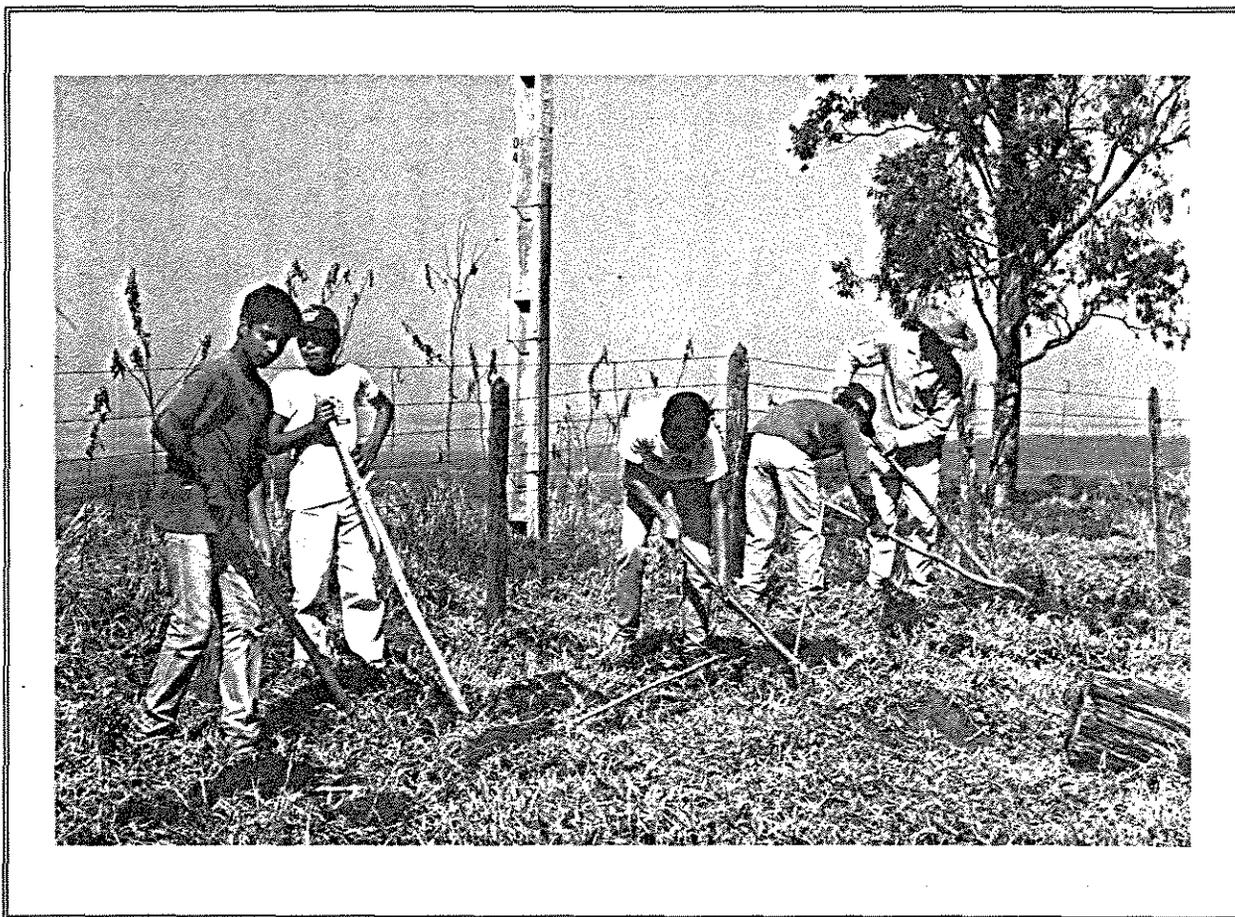


FOTO 7 - Assentamento Pirituba II - Área III -A participação do trabalho do jovem no assentamento -COPAVA

Retomando o funcionamento da Cooperativa, cada setor elabora um plano de trabalho com um cronograma de atividades que o setor deve executar em um determinado período (semanal, quinzenal ou mensal), por dia de trabalho. No final da jornada do trabalho diário, cada setor se reúne e avalia as atividades planejadas que foram executadas e encaminha para a reunião diária do Conselho Deliberativo as questões referentes a determinado setor (por exemplo, setor de horta necessita da compra de sementes de alface).

O Conselho Deliberativo é formado por seis diretores (Presidente, Tesoureiro, Secretário e respectivos suplentes) e coordenadores de cada setor. Cada coordenador expõe se o plano de trabalho foi cumprido ou não e encaminha solicitações do seu setor aos demais (no caso das sementes de alface, o pedido é encaminhado ao tesoureiro) e cada diretor explica suas atividades. Estas reuniões diárias mostraram-se bastante eficientes para a comunicação entre os sócios da cooperativa.

O planejamento das atividades diárias por setor envolve três elementos de controle do trabalho executado. Cada atividade é atribuída a duas pessoas: a primeira é quem executa a atividade e a segunda é quem verifica a qualidade da tarefa executada. O segundo elemento de controle é a elaboração de um informe de balanço crítico, onde ao final de cada período, o plano de trabalho é analisado proporcionando um contínuo processo de avaliação e crítica coletiva. Por fim, o coordenador de cada setor faz o controle diário das horas trabalhadas por cada sócio, permitindo assim a diferenciação nos rendimentos recebidos por cada sócio, dependendo do seu empenho individual.

Segundo outro agricultor, um balanço crítico a nível empresarial é uma técnica que tem se mostrado eficiente e que acrescenta uma novidade na prática desses agricultores:

"... a crítica ela ajuda a melhorar, sem dúvida pois é uma crítica

construtiva, (...) coloca um amigo no caminho mais correto para a empresa".



FOTO 8 - Assentamento Pirituba II - Área III - Uma reunião do Conselho Deliberativo - COPAVA

Para os agricultores cooperados, o coletivo, a união, a solidariedade é um elemento fundamental na organização dessas famílias, tanto em termos de reprodução social quanto de subsistência. A organização coletiva, desde o momento de luta pelo acesso à terra até a organização da produção agrícola em situação de assentamento favorece a união dos trabalhadores para atingirem seus objetivos. Esses trabalhadores se reconhecem em melhor situação que os pequenos produtores dos bairros quando se referem, por

exemplo, a dependência financeira, como bem ilustra a fala seguinte:

"Os pequenos produtores, mesmo aqueles que tem a propriedade, a situação é mais precária que nos assentamentos (...) ele não tem condição de lutar hoje sem que esteja atrelado ao banco e este atrelamento do produtor com o banco cada ano que passa, mais difícil fica. O banco não perdoa um centavo (...) quando você tira 10 milhões, isso vai representar depois 30, 40 milhões, e faz com que a produção da pessoa não dá para cobrir, ele tem que vender uma máquina, ou umas cabeças de gado, ou tem que vender parte do sítio para poder cobrir aquele financiamento que ele fez (...)"

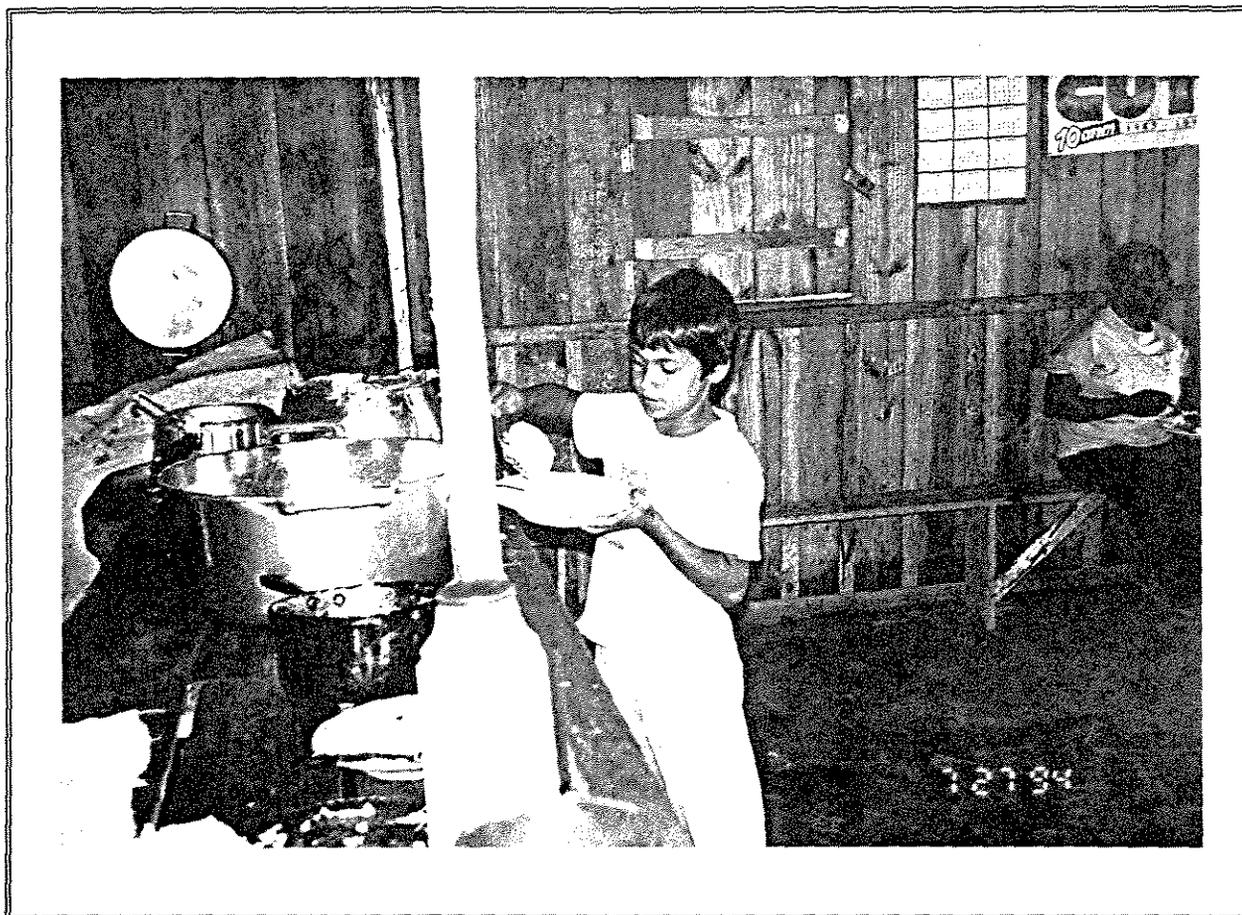


FOTO 9 - Assentamento Pirituba II - Área III -A Cozinha da Cooperativa Vó Aparecida

A experiência vivenciada por esses agricultores no processo de coletivização do trabalho produtivo nos permite afirmar que, frente a novas situações, como por exemplo, quando alguns líderes do assentamento atuaram pelo INOCAR, estes agricultores demonstraram uma nova postura, um novo saber que se traduziu no princípio do trabalho cooperado.

6.5. OS BAIRROS RURAIS ORIENTADOS PELO INOCAR

Da mesma forma como foi analisado o assentamento no item anterior pretende-se aqui retratar a constituição e as características atuais de quatro dos seis bairros onde ocorreram as atividades do INOCAR. Deixou-se de trabalhar com dois bairros onde a atividade do INOCAR foi pouco efetiva.

- Bairro da Água Preta:

De origem alemã, o bairro se inicia com a vinda de uma família proveniente de Santa Catarina, que adquire uma grande área de terra e começa um processo de desmatamento. Para tanto, uma das primeiras providências foi a instalação de uma serraria.

"Foi meu bisavô quando veio trabalhar com o fazendeiro que era dono de todo o bairro água preta, ele montou uma serraria e meu bisovô era encarregado geral dessa serraria. Então foi trazendo os empregados para a serraria e foi

aumentando as famílias no bairro. Através do tempo, foi desativada a serraria e o povo que lá trabalhava, as famílias então ficaram morando no bairro" (agricultor do bairro)

Sem dúvida, a formação do bairro da água preta como a dos demais envolvidos no trabalho do INOCAR não diferem muito em termos de sua história.

O bairro abrange ao todo cerca de 100 alqueires de terra onde se instalam 25 famílias com uma área média de 4 alqueires (9,68 ha) por família. À sua volta encontram-se grandes fazendas, na grande maioria, monocultoras de feijão e gado.

"Somos uma família de seis pessoas contando quatro irmãos, pai e mãe, com 4 alqueires de terra prá tocar. Então através destes 4 alqueires não conseguíamos sustentar a família. Tinha que ter um pouco de pasto para os animais, vaca, criação que possuía e tinha que arrendar terra dos fazendeiros. E os fazendeiros, para o pessoal que trabalha com animal eles dão a pior terra, as partes mais caídas, mais duro de fazer e cobra o arrendamento muito caro" (agricultor do bairro)

O arrendamento de pequenas áreas de terra para aumentar a capacidade de ganho da família é bastante comum no bairro. Foi registrado em mais de um depoimento:

"O arrendamento era porque o nosso sítio não era suficiente para a família, arrendava dos fazendeiros e pegava os piores lugares de terra prá trabalhá, por não ter máquina. O arrendamento era na base de 20 % da produção, compensava plantar a meia do que arrendar, porque nós fazia tudo na terra e ainda tinha que dar 20 % para o patrão e se plantasse a meia nós pagava 50 %, mas pelo menos nós repartia a parte da despesa".

Entre o arrendamento e a parceria o que se ressalta é a busca de área para aumentar a renda familiar.

As culturas alimentares: feijão, arroz, milho e outros ocupam a maior parte das áreas de lavoura, e a produção bovina mista (pé duro) se encontrou em pequenas áreas dentro ou fora da propriedade (arrendamento).

Enquanto o leite e outras lavouras servem para suprir o consumo interno da família, o feijão, principalmente, e o milho são produtos para a venda.

O processo de comercialização se dá via "atravessadores" como afirmam os próprios agricultores:

"O feijão, o milho é comercializado pelo atravessador, que é uma pena, hoje em dia nós temos que vender ainda para o atravessador que são os que levam o lucro maior do produtor e do consumidor. Se nós tivesse um processo de nós produtores vender direto para o consumidor, nós estaria vendendo melhor a nossa produção e o consumidor estaria comprando mais barato, porque o lucro sempre tá ficando na mão do atravessador" (agricultor do bairro).

O trabalho nas propriedades é realizado com a mão-de-obra da família, sendo reforçado na época da colheita pela ajuda dos amigos e vizinhos através da troca de dias.

"Só família. Muitas vezes eles levaram os vizinhos para ajudar o trabalho mas era troca de dia. O vizinho vem ajudar a gente num dia de trabalho apurado que tivesse e a gente retribui com o próprio dia de serviço para o vizinho. Na

colheita do feijão tem época que com pouca gente não se consegue arrancar depressa, então a gente convida os vizinhos para ajudarem arrancar e depois essa pessoa vai arrancar pro outro" (agricultor do bairro).

No bairro da Água Preta esta forma de ajuda mútua foi muito ressaltada diferenciando dos demais bairros onde se exploram o trabalho dos bóias-frias. Trata-se de uma forma tradicional de cooperação que nos dias atuais encontra-se em fase de extinção.

"A troca de dias está meio em extinção. Porque o povo está muito individualista hoje e está explorando o serviço do outro, pagando pouco para o outro fazer o seu trabalho" (agricultor de bairro)

O bairro tem uma forte concepção de união resultante de uma formação religiosa bastante arraigada. Registram-se laços de cooperação que são explicados pela tradição religiosa. No entanto, a origem étnica pode vir a ser outro fator explicativo, tendo em vista também ser um bairro onde não se registram desordens e desavenças.

"Eu acho que, no bairro, os filhos já vem de uma formação religiosa e através disso eles são obediente aos pais e vão conservando o que os pais faziam. É um povo unido, não é desordeiro, muito raro acontecer uma briga no bairro". (agricultor do bairro)

O padroeiro da comunidade é o Menino Jesus então as grandes festas religiosas no bairro acontecem por ocasião do Natal onde se comemora o nascimento de Jesus. Além da missa e da procissão são realizados leilões, jogos, campeonatos e

brincadeiras.

- Bairro Cambará:

Este bairro como os demais tem origem em uma grande fazenda que foi dividida em lotes pelo seu próprio dono, em 1974, e colocados a venda. Diante disso, muitos dos pequenos proprietários do bairro eram antigos colonos, parceiros ou mesmo arrendatários da referida fazenda.

Atualmente vivem no bairro cerca de 50 famílias produzindo, principalmente, feijão e milho, além dos produtos de consumo interno como arroz, mandioca, abóbora, verduras, leite, carne suína e frango. Cada família possui 9 alqueires (22 hectares aproximadamente) em média.

O trabalho na propriedade é baseado na mão-de-obra da família, sendo que, nos momentos de pico, quase todas as propriedades contratam bóias-frias. Inclusive o preparo do solo é feito por terceiros mediante pagamento de empreita. Convém ressaltar que essa compra da força-de-trabalho se dá entre os agricultores do próprio bairro e que, a recíproca também é verdadeira, ou seja, em determinadas ocasiões esses mesmos agricultores que contratam mão de obra, ou alguns dos membros de suas famílias se assalariam junto a seus vizinhos.

A grande maioria dos produtores não possui instrumentos de motomecanização (trator e implementos). Não se registrou no bairro a presença de formas de arrendamento e parceria.

As vendas, principalmente, do feijão são realizadas na cidade para o

armazém de um intermediário. O pagamento nunca é feito à vista, são 10 a 15 dias de espera que vem causar maior prejuízo ao produtor.

"A venda é feita para um conhecido que tem um armazém na cidade. Quando tenho produção vou direto lá. Depois que aceitamos ele vem a buscar a mercadoria aqui no sítio em 10 a 12 dias, sempre dão um pouco na hora da venda, eles vem pagar. A vista eles não pagam" (agricultor do bairro).

Os agricultores do bairro Cambará ao contrário do que foi visto no bairro anterior são bastante isolados, não se reúnem nem ao menos para festas religiosas. O bairro não tem infraestrutura para tais atividades. O lazer é registrado apenas em iniciativas isoladas de visitas aos parentes e conhecidos e de pequenas pescarias.

- Bairro dos Tomé

Com 43 famílias que ocupam, em média 9 alqueires, o Bairro dos Tomé é resultado do desmembramento por herança de uma grande fazenda pertencente ao Sr. Candinho Leme, embora hoje a grande maioria dos descendentes levam o nome de Alves Ravelo.

"A fazenda era grande e foi dividindo, ali casou primo com prima, e aí existe um outro problema: um sítio de 100 alqueires quando o pai e a mãe estão vivos os filhos ainda se dão bem; morre um já divide, racha, além de rachar o sítio a idéia também racha a maneira de viver não tem mais aquela união e isto desgasta acaba-se desgastando e muitos saem e o bairro vai diminuindo" (agricultor do bairro).

A produção no bairro segue o mesmo padrão dos demais: feijão é o principal produto para a venda, depois o milho e, eventualmente, algum excedente. Os demais cultivos são para autoconsumo. Dentre a produção animal, a bovinocultura de leite e a suinocultura se destacam, na sua maioria, visando o consumo da família.

Ao contrário do Bairro da Água Preta o que registrou aqui foram esquemas de arrendamentos de áreas dos próprios agricultores. A escassez de força-de-trabalho da família levou alguns a arrendarem parte de seu sítio a terceiros. No entanto, nas poucas áreas restantes se plantam o feijão e milho com sementes selecionadas (feijão tipo ENGOPA e milho da CARGILL). O feijão ENGOPA substitui o carioquinha do IAPAR que não teve boa aceitação na região.

Devido a precariedade econômica dos agricultores, o uso de maquinaria agrícola é bem mais restrito neste bairro. O trabalho se distribui no âmbito da família mas é comum a prática de buscar braços fora da propriedade no período de pico. Também aqui os agricultores declararam ser muito rara a troca de dias ou o mutirão:

"Há 10 anos atrás existia bastante essa ajuda mútua. Quando um produtor apurava muito em serviço mobilizava os amigos para ir cuidar da lavoura dele e depois a pessoa retribuía na ranca do feijão, na quebra do milho. Hoje não. Surgiu a bóia-fria, acabou com isso. Todo mundo tem que pagar em dinheiro as vezes fica vadiando, vai pescar e não ajuda o outro que está apertado só para ganhar um dia na safra seguinte" (agricultor do bairro).

Os agricultores de Tomé moram em um centrinho onde pode-se obter alguns serviços além de mão-de-obra eventual, ou seja, ali reside um contingente de trabalhadores assalariados (bóias-frias). A comercialização dos produtos é realizada

também através dos intermediários que normalmente não pagam à vista. Percebe-se que os agricultores têm uma forte dependência desses intermediários.

"Normalmente são médios intermediários que conseguem comprar 200 a 400 sacas de feijão, mas eles trabalham com o dinheiro do produtor porque eles levam e vendem, aplicam o dinheiro e em 10 dias é que vão pagar"
(agricultor do bairro pertencente ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaberá).

- Bairro Santa Isabel

Trata-se de um bairro maior, com mais de 80 famílias, resultante de herança e compra de pedaços de uma grande fazenda. Os herdeiros são de terceira geração e, em média, possuem de 5 a 6 alqueires de terra. Os grupos familiares e de parentesco são comuns no bairro. Produzem da mesma forma, feijão, arroz e milho para o comércio, com a mão-de-obra da família. Na colheita destes produtos contratam assalariados temporários. A venda da produção, de um modo geral, é realizada através de intermediários como nos demais bairros. Finalmente constatou-se a presença de arrendamento visando o aumento da área produtiva dos agricultores.

PARTE B

6.6. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO TRABALHO DO INOCAR NO ASSENTAMENTO

No capítulo referente ao assentamento - área III, tentou-se demonstrar a "visão de mundo" que os líderes possuíam e passavam adiante para os pequenos produtores. Isto significa que no assentamento já se podia qualificar o grupo como persistente, ou seja, com consciência do processo que o constituiu como grupo.

De um modo geral, o assentamento era considerado pelos pequenos produtores como "algo que deu certo" e portanto algo que poderia ser imitado.

Assim sendo, a interferência assentamento/bairros rurais se mostrou, no decorrer da atuação do INOCAR, muito mais unilateral pois era a experiência do assentamento que tinha algo para ser "ensinado". Neste sentido, as ações do INOCAR no assentamento foram restritas embora deva-se notar, principalmente, entre as lideranças do assentamento o reconhecimento de uma "troca" de experiências.

A atuação do INOCAR no assentamento, enquanto instituição, se restringiu a montagem de um campo experimental, em uma área restrita, com cultivares de adubação verde, além de culturas comerciais entre elas algumas variedades de milho e de arroz.

Durante duas safras o INOCAR manteve este campo experimental cujo objetivo educativo era demonstrar qual cultivar era mais adaptado e produtivo para a

região e qual seria o efeito da adubação verde sobre o solo na área experimental. Através de visitas programadas e demonstrações práticas, os pequenos produtores, principalmente os assentados, podiam visualizar as variedades mais eficientes que, eventualmente pudesse vir a ser incorporadas no rol de culturas cultivadas comercialmente, além de atestar o efeito do consórcio milho/mucuna no solo.

"No campo de demonstração a gente viu que a coisa é boa né, que dava pra se fazer. A mucuna a gente viu que funciona; foi o trabalho do INOCAR e agora tem o gergelim também que pode ser usado no pomar". (assentado)

Na verdade, a idéia do INOCAR nasce dentro do assentamento mas suas ações concretas acabam se voltando muito mais para os bairros de pequenos agricultores a seu redor.

6.7. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO TRABALHO DO INOCAR NOS BAIRROS RURAIS

A atuação do INOCAR em alguns bairros rurais do município de Itaberá caracterizou-se por um trabalho de orientação e assistência técnica com o objetivo de auxiliar os pequenos produtores na produção e permanência na terra. Esta intervenção se deu basicamente em três planos: no tecnológico, no econômico e no político.

Em termos tecnológicos estes trabalhos estiveram voltados, fundamentalmente para a recuperação do solo, o qual era conhecido entre os agricultores como *terra lavada*. A conservação dos solos era incentivada através do uso de rotação de culturas, da não realização de queimada das palhas, da demarcação de curvas de nível e

terraceamento. A adubação verde foi largamente incentivada também.

Em termos econômicos, incentivaram-se outras atividades, como fonte suplementar de renda à gerada pelo feijão, como por exemplo, a sericicultura.

A nível político, a atuação do INOCAR, esteve centralizada no estímulo à criação de associações de produtores rurais por bairro.

Apresenta-se a seguir, uma descrição geral mais detalhada das atividades realizadas pelo INOCAR em Itaberá.

- ADUBACÃO VERDE:

O feijão é a principal cultura das propriedades rurais estudadas mas, normalmente é cultivado também o milho. O que se sabe é que a rotação de culturas leguminosas com gramíneas trazem benefícios aos solos. Paralelamente a esta constatação vem o fato do poder aquisitivo desses produtores rurais ser extremamente baixo e, portanto, o uso de fertilizantes químicos ser praticamente inviável.

Assim, a primeira recomendação transmitida pelo INOCAR foi a realização de um rodízio das áreas cultivadas com feijão e com milho.

Todavia, os solos apresentam-se totalmente depauperados. A prática de rotação de cultura, por si só, é insuficiente para recuperar a fertilidade dos solos. Com o intuito de evitar a continuidade das perdas de solo incentivou-se também a demarcação de

curvas de nível para retenção de enxurradas.

Da mesma forma, a utilização do calcário para correção da acidez do solo foi outra prática conservacionista utilizada. No entanto, estas práticas conservacionistas requeriam recursos financeiros que, muitas vezes estavam além das condições econômicas daqueles produtores. Assim, conservar o solo através de práticas alternativas e não no sistema convencional, entre elas a adubação verde, mostrou-se viável pelo baixo custo de sua instalação e possibilidade de utilização de sementes próprias.

"Pra mim ficou uma coisa muito boa, eu acho que é a única saída, é fazer o que eu tô fazendo, trabalhá com o adubo verde, tirando o adubo químico e produzir sem ele" (agricultor do Bairro Cambará).

A proposta de utilização de adubação verde, através da prática de consorciação milho/mucuna atendia as considerações acima apontadas. A implementação desta técnica, porém, necessitava de um processo de aprendizado e adaptações no que diz respeito ao manejo destas culturas entre elas: época de plantio diferenciado evitando o sombreamento exagerado sobre a cultura de milho; época e forma de colheita do milho, que deveria ser manual e número de linhas espaçadas em semeadura alternada nas linhas de milho. Todas estas dificuldades foram sendo vencidas com a observação e acompanhamento constante dos agricultores envolvidos.

Dentre os pequenos produtores estabelecidos no bairro de Cambará, apenas um agricultor se destacou acreditando nas propostas de adubação verde apresentadas pelo INOCAR. Essa atitude veio em consequência de suas próprias convicções a partir de experiências empíricas e trato com a terra, postura esta que o diferenciou dos demais.

Este produtor demonstrou prontamente sua disposição em adotar a tecnologia proposta, ou seja, o consórcio da mucuna preta com o milho. Ao contrário dos demais agricultores, ele foi favorável à esta prática por estar habituado a particularidade das culturas que ele próprio cultivava em rodízio para subsistência e comércio.

Além disso, a dificuldade que a tarefa de colheita manual que a associação milho/mucuna impunha, afugentava os pequenos produtores ligados às facilidades que a tecnologia e o cultivo solteiro geravam.

Contudo, o que não se esperava, a não ser pelo exemplo da convicção deste produtor é que o suposto fracasso da proposta refutada pela maioria fosse se transformar em sucesso de fertilidade do solo e produtividade de culturas.

A trajetória desse agricultor em quase nada se diferencia dos demais pequenos produtores de Cambará. O caminho seguido por ele e o destino traçado por seus pais revelam a herança de grande parte dos problemas enfrentados pelas outras 30 famílias do bairro.

Seu pai havia sido proprietário de quatro alqueires de terra, mas por motivo de doença na família se viu forçado a vendê-las. Em 1961, fixou-se como empregado em uma fazenda que acabou sendo dividida em 1974. O pai e sua família tornaram-se proprietários de alguns desses lotes. Atingindo idade avançada, o pai lhe entregou a continuidade do trabalho por ele iniciado.

Ele hoje é um pequeno produtor voltado para a subsistência de sua família e pela comercialização da produção. Suas práticas apresentam características marcantes, como a rotatividade e a diversidade das culturas: verduras, frutas, arroz, feijão,

mandioca, abóbora, além da criação de porcos, frango, gado de leite, etc. Para o comércio vai a produção do milho e do feijão.

Ao lado dessa trajetória, este agricultor traz, em suas práticas, atitudes ecológicas alternativas. Em seu processo de trabalho a queima da palha é algo abominável, a rotação de cultura é lei, o uso de esterco de animais freqüente e a consorciação de culturas, tipo abóbora com milho, milho com feijão é de seu total domínio.

Cabe aqui assinalar uma particularidade do bairro Cambará: o fato da fertilidade natural de seu solo ser elevada. Este fator básico proporciona uma resposta direta, expressa na elevada produtividade de suas culturas, potencializada pelo manejo correto da matéria orgânica. Com isso, as práticas efetuadas pelo agricultor podiam ser rapidamente visualizadas.

Diante desse quadro, a adoção da nova proposta do INOCAR mucuna/milho foi sendo aceita por outros agricultores. E, em algumas safras, na época de coleta de dados para esta pesquisa, já se experimentavam diversas variedades de adubos verdes, denominados "saladões".

Esses "saladões" consistiam numa mistura de cultivares de adubos verdes com efeito surpreendente na melhoria da fertilidade da terra. O efeito dos resultados e a melhora dos solos gerou enfim, o reconhecimento por parte dos outros produtores que começaram a copiar as práticas daquele agricultor.

"Ultimamente está influenciando muito; no começo quando surgiu essa idéia, eu ajudei a incentivar bastante os vizinhos, mas só arranjei risada; ninguém acreditava e me chamaram de louco. De tanto eu tomá desprezo dos

companheiros, isso foi até idéia do Japonês: você não fala mais nada deixa que um dia eles vão ver com os próprios olhos deles; aí eu fiquei, calei mesmo e a terra começou a produzir bem, sem adubo, sem nada. Daí agora eles vieram" (agricultor do Bairro Cambará).

Embora apresente um perfil ousado e afirmativo de suas próprias iniciativas fundadas na produtividade e retorno de seu trabalho, este é um pequeno produtor que enfrentou as mesmas dificuldades estruturais dos demais agricultores de Cambará.

Na década de 80, ocorreu a frustração de safra devido a problemas climáticos, agravado pelo não pagamento do seguro agrícola de sua lavoura, com isso a situação econômica do agricultor se complicou. A dívida foi se acumulando no banco, iniciando uma corrida contra os juros. Precisou vender a criação, seu automóvel, e por fim, viu-se obrigado a se desfazer de parte de seu sítio (2 alqueires num total de 9) para poder liquidar com a dívida.

No entanto, hoje já chegou a colher 200 sacas de feijão por alqueire sem utilizar nenhum adubo químico.

SERICICULTURA

A companhia japonesa Brakat instalou uma filial no município de Taquarituba, próximo a região de Itaberá, e iniciou a divulgação da criação de bicho da seda como uma alternativa ao pequeno produtor de feijão.

A sericicultura consiste em cultivo da amora para alimentação de larvas criadas em barracões, com uma demanda elevada de mão-de-obra para o seu manejo e manutenção. Durante o ciclo existe uma alternância de atividades correlacionadas com o ciclo por que passa a larva, ou seja, as fases de "atividade" e de "repouso" do inseto definem o manejo da atividade. Ora a preocupação é a alimentação dos insetos com folhas de amora, ora os cuidados com a desinfecção e manutenção do barracão quando os insetos entram em "dormência". O ciclo anual distribui-se nos meses que vão de setembro/outubro a maio/junho. O período da entressafra é dedicado a manutenção da cultura da amora : "poda drástica no pé da planta".

O trabalho do INOCAR no desenvolvimento desta atividade consistiu em visitas a agricultores que já possuíam experiência com o cultivo (no município de Tatuí), além do desenvolvimento do projeto de barracão compatível com a realidade econômica daqueles produtores. Este projeto foi possível através do financiamento da LBA.

A construção do barracão foi de máxima simplicidade: chão batido com canteiros e paredes construídas com costaneiras, cobertura de papelite, assemelhando-se aos barracos construídos pelos assentados na fase inicial do assentamento.

A assistência técnica à cultura de amora ou mesmo o acompanhamento do desenvolvimento das larvas era realizado por técnicos da própria empresa japonesa.

Embora não desconhecendo os problemas de atrelamento dos pequenos agricultores às agroindústrias, cujos exemplos podem ser registrados por todas as partes do país, os técnicos do INOCAR consideram a proposta viável para o caso dos agricultores dos bairros de Itaberá.

A atuação do INOCAR se limitou à discussão com os agricultores sobre a viabilidade econômica deste projeto. Os hábitos das famílias seriam profundamente alterados. O uso da mão-de-obra se estenderia por todo o ano e com intensidade maior que a cultura do feijão, mas apesar disto, muitos agricultores acreditaram nesta possibilidade e resolveram experimentar a nova opção.

A ideia inicial de se tornar uma atividade complementar à cultura de feijão não era compatível. A ideia representava na prática uma opção pelo sistema envolvido com a sericultura.

O interessante, porém, foi notar que alguns produtores lançaram mão de estratégias familiares para a produção do feijão aliado à sericultura, enquanto outros não conseguindo dar conta das duas atividades acabaram abandonando a sericultura para dedicar-se mais à cultura do feijão.

"Eu parei porque sozinho tava muito difícil; não dá para plantá e cuidá do bicho da seda. É um ou outro" (agricultor do Bairro Cambará).

"Pra nós não deu certo porque nós não tínhamos máquina prá cuidá da terra, era pouca mão-de-obra pra fazer o trabalho da roça e o trabalho do barracão. Por que o bicho da seda exige muito, é trabalhoso dentro do barracão, o processo de vida dele é muito curto e tem muito serviço pra fazê no ciclo de vida do bicho da seda" (agricultor do Bairro Água Preta).

A divisão de tarefas dentro da família foi a principal delas: alguns se responsabilizavam por "tocar" o barracão e outros pelo cultivo de feijão.

Quando o número de filhos ou agregados era insuficiente para a forma de trabalho relacionada a sericicultura, lançavam mão do arrendamento. Este sistema funciona na região da seguinte forma: o proprietário fornece a terra e o arrendatário arca com todos os custos da cultura e como forma de pagamento fornece 20 % do total produzido em sacas de feijão ao proprietário da terra pelo seu uso.

O exemplo de um dos agricultores do Bairro de Tomé poderá mostrar isto. Ele foi o pioneiro na instalação do barracão no bairro. O trabalho era executado pelos 3 filhos adolescentes do casal com o auxílio do pai. O "acerto" da atividade econômica era realizado no interior da família em moldes de "arrendamento". A renda líquida da produção era dividida, "a meia" entre pai e filhos. A cultura da amora e o trato no barracão com a produção dos casulos ocupavam praticamente todo o tempo da família e 7,5 alqueires dos 10 existentes no sítio. O restante da propriedade, aproximadamente 2,5 alqueires, era arrendado a um vizinho do bairro.

Todas estas mudanças eram compensadas na visão do agricultor que de acordo com seu ponto de vista e a perspectiva de ganho mensal tornavam a atividade atrativa.

Outros porém, habitantes de outros bairros consideraram a atividade onerosa, ressaltando a imposição da agroindústria como um fator negativo para o alcance de uma renda adequada.

"Depois tinha que trabalhá no barracão, tinha que limpá amora, tinha que desbrotá, cortar, tirar os ladrões, era muito serviço. Muitas vezes a gente levava o casulo pras firmas e eles achavam muitos tipos de desconto no casulo. Acabava tirando, a bem dizê, todo lucro da gente. Ficava mais em trabalho do que em lucro"

(agricultor do Bairro Água Preta).

Existem ainda outros elementos estruturais particularmente encontrados no bairro dos Tomé que revelam não apenas a manutenção da atividade como sua multiplicação. A partir do pioneirismo deste agricultor, outros 12 barracões foram levantados numa estimativa de 43 produtores.

Há ainda uma diferenciação encontrada neste bairro. Trata-se de um bairro onde algumas famílias não tem posse da terra, e que marcam presença na população total (cerca de 22 famílias na época da coleta de dados em 1994).

Sem a posse da terra, alguns agricultores se dedicam ao arrendamento e/ou trabalho como bóia-fria, o que permitiu o "acerto" no arrendamento exemplificado na estratégia pela família descrita anteriormente, entre a família arrendante (que se dedicava a produção de casulos) e a família arrendatária (que se dedicava a produção de feijão), ambas residentes no bairro rural.

Por um lado essa estratégia possibilitava que alguém sem terra tivesse acesso à ela, por outro lado a manutenção da subsistência era garantida pelo foro²⁹.

Outro fator que nos auxilia na compreensão da adaptabilidade da atividade ao bairro refere-se a forma com que ele está estruturalmente distribuído. O lote de produção sendo distante do núcleo do bairro levando o agricultor a realizar diariamente este trajeto. A construção do barracão ao lado da moradia "facilitou" o trabalho (devido à pouca distância). Entretanto esta facilidade é relativa, pois como foi exposto, a intensidade de

²⁹foro é a forma de pagamento comum na região, que consiste no recebimento de 20 % do total produzido, em espécime, pelo uso da terra em favor do proprietário.

trabalho se elevou na nova cultura. Além da necessidade de transporte de folhas de amora do campo para o barracão o que implicava no trajeto moradia/lote. Contudo, este trajeto era agora realizado na carroça e não mais a pé.

A atividade no bairro já indicava na época das entrevistas uma interferência nos bairros vizinhos. Estes também instalaram barracões.

ASSOCIATIVISMO

A visão de mundo dos técnicos e dos assentados vislumbrava no trabalho coletivo um caminho a ser seguido para a superação das dificuldades enfrentadas pelos agricultores: fortalecê-los através da união. Essa era uma ótica que fazia parte da instituição (INOCAR).

A presença do assentado quando no início dos trabalhos, nas palestras e visitas, apontava para esta possibilidade. Era um caminho que na prática estava trazendo resultados positivos.

As discussões estavam em torno da possibilidade de adaptação do modelo associativo seguido no assentamento, e aplicáveis parcialmente na realidade de um bairro rural. A distância entre as moradias é, porém, um limite físico que dificulta o diálogo entre as famílias. Outro elemento que não se adequa à dinâmica dos pequenos produtores é o processo decisório; no assentamento ele se realiza através da votação em assembléia. Já, na pequena propriedade este fator é de responsabilidade do chefe da família que devido a sua maior experiência, na grande maiorias dos casos, tem palavra final no encaminhamento

de questões relacionadas com a produção.

A proposta de associação se tornaria viável caso se respeitassem estas características que fazem parte do pequeno produtor. Pequenos grupos de agricultores que já trabalhavam em comum, através da troca de dias, da prestação de serviços de um agricultor que possuía maquinário, mostravam que já estavam acostumados a trabalhar e deveriam portanto constituir a base de funcionamento da associação que viesse a se formar.

Duas associações foram formadas: a associação do bairro dos Tomé e a associação do bairro da Água Preta.

"O INOCAR foi um dos primeiros passos para a organização através da associação lá no bairro e deu a orientação no bairro e o povo resolveu montar uma associação" (agricultor do Bairro de Água Preta).

A primeira apresentou como resultado um consórcio com a prefeitura para a utilização de um trator no preparo do solo dos agricultores. A outra se dissolveu, porém as discussões que foram iniciadas culminaram com o assentamento de cinco filhos de pequenos produtores na Área V, da fazenda Pirituba.

"Já tinha 4 agrovilas formadas e a gente via que tava dando certo. O povo tinha ido para a terra, estava produzindo, se levantando. Muitas vezes estava numa situação difícil e no momento o povo estava melhorando, pois tinha onde produzir e tinha lugar pra trabalhá sem precisá arrendar terra. Hoje nós estamos em 5 lá da Água Preta, aqui no assentamento, trabalhando com os demais que vieram da região e produzindo pra si mesmo" (assentado - Área V).

A Associação dos Pequenos Produtores do Bairro do Tomé foi resultado de uma ação concreta do INOCAR. De início associaram-se 23 pessoas, hoje encontram-se 18 famílias associadas.

Dentre as atividades desta associação a principal delas gira em torno do trator que faz principalmente o trabalho de preparo do solo, mediante o pagamento dos gastos com combustível.

Para finalizar, seria importante ressaltar que a implantação dessas ações embora pareçam "inócuas" na sua concretude, mostram com certeza que aqueles agricultores não são mais os mesmos. Muitos deles, mudaram seu modo de ver e analisar a situação em que se encontram. Esta foi uma tentativa de mostrar que eles tornaram-se sujeitos e não objetos da história, a medida que aprendem a refletir sobre sua realidade.

7. CONCLUSÕES

Ao finalizar este trabalho, percebemos que existem um conjunto de reflexões que deverão ser equacionadas à guisa de conclusões.

O conhecimento do processo de assentamento de trabalhadores rurais, suas lutas, o embate com as forças políticas e conservadoras traz em si uma série de questões que tentou-se ressaltar no desenrolar do trabalho.

No entanto, o objetivo principal, ou seja, a questão que nos levou a este caminho foi o fato de detectar trabalhadores que, após alcançado um dos seus ideais - o de ter terra para plantar - demonstraram uma preocupação com aqueles que, possivelmente deverão percorrer a mesma trajetória.

Este processo de luta e aprendizado levou alguns destes agentes sociais a buscar novos horizontes. Sua compreensão alcançou um estágio em que o "mundo extra assentamento" também passou a ser objeto de suas preocupações, tinham que participar no processo macro, tinham que contribuir com a raiz da questão agrária na região, através da atuação como militante: a despropriação do seu vizinho, pequeno produtor, que *mal e mal ainda se sustentava, como podia, na terra* revelava uma situação mais precária que a vivida no assentamento. As discussões a nível do acampamento, aquelas intermináveis

discussões durante o processo de desapropriação da terra onde se constituiria o assentamento, além do árduo trabalho de organizar e fazer produzir a terra CONQUISTADA, estimularam o sentimento político de contribuir para um processo de conscientização dos demais agricultores.

Por outro lado, os técnicos cheios de ideais, que se formaram não só nos bancos da faculdade, mas iniciando na luta acadêmica a luta pela representação política, questionavam aquela tecnologia modernizante, avassaladora e destrutiva.

Estes dois agentes, cada um a seu modo, tinham uma trajetória de luta, tinham pilares nas suas formações. Imbuídos de ideais comuns, lutam hoje pela mesma causa: A REFORMA AGRÁRIA.

Mas a dificuldade é do tamanho de seus ideais e da vontade de vencê-los.

A boa vontade é de longe insuficiente para vencer as barreiras. E o pior: faltam instrumentos para compreender as lógicas dos acontecimentos que se desenrolavam. Tudo ficava no aprender/fazer/errar/corrigir/acertar.

Por que aqueles agricultores não adotam esta tecnologia?

Por que não se juntam mais, facilitaria tanto, a compra de um trator comum...

Eram questões que constantemente apareciam consubstanciadas na necessidade de exercer o que se sonhava: a democracia. Seria possível passar do plano das

idéias para a concretização das práticas, sem impor nada?

O processo de formação do INOCAR, sem dúvida, apresentava elementos que caminhavam nas trilhas destes ideais democráticos, era uma coisa conjunta, não uma vontade dos técnicos, não era uma coisa imposta, discutia-se com e junto dos agricultores.

E, apesar da falta de recursos, caminhava-se, na medida do possível, naqueles pontos que tanto emperravam o desenvolvimento daqueles produtores.

A questão da tecnologia, com o trabalho de adubação verde, num processo de mudança nas bases tecnológicas daquele grupo, era um resgate vivo do que eles já sabiam, mas o sistema os forçava a esquecê-lo. Dentro do sistema convencional, tinham muito ainda a apreender: o uso mínimo e cauteloso de defensivos, a tão almejada recuperação de solos degradados, já quase totalmente inférteis, de onde aquelas famílias tinham que tirar o seu sustento, eram desafios técnicos que se precisava enfrentar.

A organização, via representação política, também respeitava as características de cada bairro, nada de muito macro, partia-se das necessidades do micro, do concreto. Além do trabalho a nível das estratégias que cada grupo em cada bairro poderia desenvolver, havia uma tentativa constante de recuperar o mutirão.

E, percebia-se que se tratava de um processo educativo, era uma incorporação de discursos, não só a nível das palavras, mas da apropriação daquele conhecimento que estava sendo gerado.

Porém, a falta de recursos para dar continuidade à orientação

prestada pelo INOCAR foi lentamente minando as forças dos agentes, e o resultado do trabalho vinha numa velocidade lenta demais. O tempo para um trabalho como este era longo, até décadas para alcançar a causa, ir aos nós. A precariedade dificultava seguir adiante e a ansiedade crescia.

Seria possível colocar as práticas em funcionamento, já que o plano das idéias não fazia parte do universo daqueles agricultores, que em vez de palavras necessitavam de ação. Esse foi um dos primeiros aprendizados que surgiu no início dos trabalhos, falar menos, no sentido de que o trabalho de extensão rural envolve, muitas vezes, uma vontade dos técnicos que tentam impor seus projetos e mostrar mais, referindo-se que é através da "experimentação" que tem-se os meios para analisar, de forma contextualizada, quais das idéias são passíveis de efetivação, além desta prática permitir que transpareça o saber dos agricultores diretamente envolvidos na ação.

Neste processo, o desgaste econômico começa a ficar pesado, particularmente para um dos técnicos, que dependia da contribuição direta dos agricultores e dos outros técnicos. Outro ponto de conflito que começava a surgir era a visão de mundo de cada agente. A preocupação principal de cada um começa a divergir, estava-se iniciando um processo de desdobramento interno na organização. Um dos técnicos ficava mais do lado das preocupações dos pequenos produtores, mais na assistência técnica propriamente dita. O outro, mais vinculado à realidade do assentamento, se preocupava mais com a organização política dos agricultores. No entanto, problemas de relacionamento pessoal foram surgindo. O desgaste econômico acirrou as discussões e divergências.

Seria o mesmo tipo de público, a de pequenos produtores de uma forma geral, que se estava trabalhando? Será que se podia continuar trabalhando as diferenciações? Ou os caminhos para se alcançar o mesmo fim, ou seja, a sobrevivência e

manutenção na terra, teriam que ser traçados de forma diferente? O concreto é que o fator econômico ficou crítico e tornou insustentável a continuação dos trabalhos nos moldes que haviam sido propostos.

Todavia, a reflexão do vivido e a comparação com outras experiências revelou algumas questões e algum conhecimento, na lógica de práticas com agricultores de baixa renda, pequenos produtores e assentados.

O primeiro elemento a ser discutido é verificar as suas características próprias, para poder compreender *com quem* se estava trabalhando.

Num *continuum*, esta característica é fundamental para nossa compreensão. Cada bairro tem seus elementos próprios, cada agricultor tem uma leitura e uma interpretação dos fatos, dentro da categoria pequeno produtor, existem aqueles que compreendem a causa da reforma agrária como sua, há aqueles que compreendem a questão da tecnologia como o principal ponto de estrangulamento da economia de produção devido ao seu alto custo e ainda aqueles que buscam na comercialização a possibilidade de aumentar seus ganhos. Dentro da categoria assentados, igualmente uma gama de pensamentos, de defesas de ideias, de posições distintas. A preocupação com o coletivo para alguns toma totalmente seus pensamentos, para outros as estratégias familiares de trabalho extra fora do assentamento, apesar de contraditória, vem de bom grado. A administração destes particulares, tendo o ideal da busca da cooperação representavam sempre uma constante barreira, uma coisa mal compreendida. O trabalhar as diferenças, respeitando cada uma delas como *corretas, para cada forma de visão*, buscando o exercício das liberdades, da garantia da liberdade, era algo que representava no dia-a-dia quase, como uma miragem, quase como um sonho.

O assentamento apresentava este exercício um pouco mais diluído, pois sua administração passava muito pela necessidade do senso comum. Para sua sobrevivência enquanto grupo, necessitava-se do consenso, via voto da maioria. Todavia, o elemento discórdia, foi apontado como principal causa do abandono do projeto associativo por parte de 1/3 das famílias assentadas neste projeto, uma proporção que revela que algo não anda muito bem... Segundo um dos líderes, o maior poder de força para conquista das reivindicações, para a conquista específica de créditos, o trunfo para permanecer no coletivo, revelando que sempre há uma razão objetiva para "juntar" agricultores. As entidades filantrópicas de auxílio ou mesmo as estatais, vêm com bons olhos o dinheiro atribuído a algo "coletivo", a algo "organizado", porém a auto-gestão, o uso da estratégia doméstica para garantir a reprodução familiar e o retorno as suas origens de pequeno produtor/arrendatário são mais fortes para um grupo substancial das famílias. O chefe fica aguardando uma posição econômica mais favorável, a ampliação de um novo pedaço de chão, para sair em busca de seu projeto particular.

No que se refere aos pequenos produtores, se observa a mesma heterogeneidade, porém um pouco menos clara. O seu desespero é tamanho, ao ver que ano a ano sua terra vai lhe escapando das mãos, seja pela depauperação da fertilidade de seu solo, como a dificuldade cada vez maior de se obter financiamentos bancários, que vão se tornando cada vez mais caros, que qualquer saída é bem recebida. No trato das questões das soluções indicadas, alguns agricultores se tornaram mais resistentes às idéias propostas, outros tornaram-se mais realistas das possibilidades passíveis de concretização. Por exemplo, aquela idéia de trator comum era ótima, no plano teórico mas na realidade, com aquela vastidão de território ocupada pelos bairros e o período exigido para o plantio do feijão, fariam que o tal trator ficasse mais a rodar em estradas de terra do que no trabalho da lavoura propriamente dito.

Contudo, a diferença básica encontrada, era no poder de decisão. O assentamento passava pelo crivo da discussão, da assembléia, e queiram alguns ou não, a maioria é quem vence. Este exercício da democracia, de ganhar algumas vezes, outras, ver sua proposta refugada, é percebida sem tantos constrangimentos pelo assentado. No caso específico dos pequenos produtores, esta forma de trabalho está muito longe da realidade ~~imediate vivida no interior de suas unidades de produção~~. A discussão quando ocorre, é a nível da família, onde o chefe, devido sua maior experiência, tem maior peso na decisão final. É algo que necessita caminhar com cautela, devagar.

Apesar desta distinção, percebe-se uma interferência em maior grau, no plano das idéias, e em menor grau na possibilidade concreta de "copiarem" as propostas sugeridas. No primeiro plano, é vencida a visão pré-conceituosa que muitos produtores apresentavam dos assentamentos. Era passada uma idéia de arruaceiros, de vagabundos, e através do contato, muitos se dão conta que se trata apenas de um preconceito. No segundo aspecto, um dos bairros é estimulado a caminhar para a organização, e acaba fundando uma associação formal de pequenos produtores. A discussão caminha para a necessidade de conquista de terra, já que a maioria dos jovens, constituindo suas famílias, precisava sair da terra dos pais. Este grupo acaba entrando na luta pela terra e torna-se assentado na área V. O primeiro aspecto, que verificamos, nestas ações *"que deram certo"* é um elemento óbvio, mas que todavia é constantemente esquecido quando estamos na prática. Este *"deu certo"* refere-se à combinação de propostas viáveis com necessidades vivenciadas pelo público alvo. Ou seja, é necessário o casamento de idéias com ideais. Isto é, as idéias normalmente propostas pelos técnicos que assessoram estas comunidades rurais devem estar em sincronia com as perspectivas dos agricultores. Caso contrário, torna-se algo que tem vida efêmera, no caso específico dependeria de quanto tempo os agentes ligados ao assentamento insistissem na necessidade *do grupo do bairro rural se organizar!* A mesma constatação refere-se a tecnologia alternativa adotada, como veremos a seguir.

A tecnologia envolveu três intervenções distintas. A primeira, incentivou o uso de variedades adaptadas a região, basicamente de milho e de arroz, no assentamento, já que a variedade de feijão desenvolvida pela Empresa de Pesquisa Agropecuária de Goiás, a variedade ENGOPA, se mostrou, até o momento, adequada às condições precárias de fertilidade dos solos, mantendo um nível satisfatório de produtividade, sem a utilização de insumos modernos, fertilizantes e pesticidas. (somente a ação do calcário, já beneficia enormemente esta variedade). Associado a esta experimentação de variedade introduziu-se a idéia da adubação verde, proposta em duas formas de utilização: associado ao milho, com o uso das mucunas e uma adubação verde de inverno, principalmente aveia preta, mas também o trigo. A sincronia das propostas dos técnicos e das possibilidades efetivas da viabilização destas, pelos agricultores é o objeto ideal a ser alcançado num processo de extensão rural, no entanto, na realidade, algumas vezes este modelo não é atingido. Um exemplo disto é :

Os assentados experimentaram por duas safras a mucuna com milho associados, vencida as adaptações de cultivo(como a época correta de plantio de ambas as culturas, número de sementes por metro linear, intercalamento "rua sim, rua não" de semeadura das mucunas entre as linhas de milho, **mais a dificuldade da colheita que deveria ser manual**) acompanhado das discussões que se propunham educadoras onde

numa linguagem acessível, o porquê de "engordar"³⁰ a terra. E se mostrava lá no campo, o "afofamento" da terra, que se mantinha graças a conservação da umidade no solo. Estava-se, ao ver dos técnicos, caminhando para a adoção da nova tecnologia. Porém, havia um "divórcio" antecipado, o "casamento" não podia se concretizar, aqueles agricultores aprenderam que o trabalho coletivo, entre outras vantagens, diminui a necessidade de trabalho pesado, que é realizado mecanicamente pelos tratores. Assim, tornou-se difícil colocar aquela "super idéia" em prática.

Por outro lado, ocorreu também um exemplo de sincronia entre a proposta técnica e sua efetivação pelos assentados. O processo educacional foi efetivo, pois evidenciou o efeito benéfico da adubação verde no solo para aquele grupo de agricultores, eles perceberam que caso fosse mantida a proposta de plantar, sem a reposição de nutrientes, em solos de baixa e média fertilidade como são os do assentamento, se estaria a médio prazo, esgotando-se a fertilidade dos seus solos. A primeira etapa do processo educativo na transmissão da tecnologia fora realizado, já que salientou-se a importância da conservação dos solos.

A segunda proposta de utilização de adubação verde, a aveia preta, que devido à excelente adaptabilidade edafo-climática na região e sua ação residual na cultura posterior, particularmente o feijão, se mostrou viável, porque respeitava a possibilidade efetiva de concretização da prática proposta: ocupava o solo no inverno, no período da entressafra do feijão; não competia com a cultura comercial; apresentava baixo custo na sua implementação, tornando-se viável economicamente; além de não interferir na colheita das culturas principais. Estes fatores associados à possibilidade de manejo como cultura de inverno para a pecuária tornou esta prática um exemplo concreto desta idéia discutida neste capítulo: *da necessidade de existir um casamento das idéias dos técnicos*

³⁰este termo indica a forma caipira de se elevar o teor de matéria orgânica no solo.

com a perspectiva dos agricultores, para tornar uma prática passível de efetivação.

Tornando-se, ao longo dos anos, uma prática corriqueira entre os agricultores da região.

Junto aos pequenos produtores, desenvolveram-se duas tentativas a nível tecnológico: a implementação da adubação verde associada a práticas conservacionistas de solo (por exemplo curvas de nível, rotação de culturas, etc) e a adoção de culturas alternativas à de feijão.

Quanto a adubação verde, apenas um agricultor adotou a prática de associação mucuna-milho. Trata-se de um produtor que trabalhava com a sua família no cultivo de feijão e milho. Mas o principal fator de adoção, é que na sua trajetória de aprendizado enquanto profissional da terra, ou melhor, mestre da terra, há longa data, experimentava algumas "loucuras": a queima da palha era algo abominável, a rotação de cultura era lei, o uso dos esterco dos animais era frequente, o uso de consorciação de culturas, tipo abóbora-milho, milho-feijão, era de seu domínio. Diante desse quadro, é fácil concluir, que a adoção da proposta mucuna-milho, foi de pronto apropriada, em algumas safras, e particularmente, passados alguns anos, na época de coleta de dados para esta pesquisa, este agricultor já experimentava os chamados "saladões", uma mistura de cultivares que tinham um efeito surpreendente na melhoria da fertilidade da terra. E contente me falava, que alguns de seus vizinhos já o procurava para que ele lhes desse umas dicas...

Num total de seis bairros trabalhados, num público estimado de cerca de 50 famílias, apenas um produtor adotou esta tecnologia. Fica claro que quando se está na prática, somos levados a ver estes números como um fracasso. Todavia, se olharmos sob o prisma da lógica de como ocorre a transferência de tecnologia sem o uso da mídia e de incentivos estatais (como ocorreu com a transferência do pacote da revolução verde), veremos que o aprendizado daquele agricultor, será possivelmente deixado de herança para

seus filhos e netos, além de sua influência fundamental a nível de um bairro rural não assistido pela assistência técnica oficial, veremos que o resultado deste trabalho a nível de efeito multiplicador³¹ de uma prática alternativa, que se mostrou vantajosa, está sendo um tremendo sucesso!

No que diz respeito às culturas alternativas à de feijão, a opção, que estava sendo estimulada na região por uma empresa japonesa, foi a sericicultura, ou seja a criação de bicho da seda. A implementação desta nova atividade envolvia mudanças drásticas no hábito familiar, considerando a época de trabalho durante o ano, especialização de culturas e principalmente a intensidade de trabalho diário.

Todas essas transformações foram compensadas, analisando-se imediatamente, os ganhos que a atividade fornecia. A adoção da tecnologia foi também favorecida pelo financiamento, a fundo perdido, de uma entidade estatal, a LBA. O técnico adaptou o modelo proposto pela empresa, enquanto benfeitoria necessária para a realização da atividade, o barracão, mais a assistência técnica prestada pela empresa e em pouco tempo, um número grande de associados do INOCAR, virava sericultor.

Parecia a solução dos problemas daqueles agricultores. Durou pouco tempo. Por um lado, muitos agricultores estavam acostumados ao ritmo de trabalho que o feijão proporcionava, que permitia uma relativa folga no período da entressafra. Inclusive associado às festas religiosas que há longa data ocorriam em seus bairros, como por exemplo, as festas que coincidiam com a colheita das safras ou às relacionadas a dias santos. O trabalho no barracão demandava muitas horas por dia, num constante zelo pelos "*bichinhos*", ocorrendo qualquer descuido, poderia se perder toda a "*safra*" de casulos.

³¹compreende-se efeito multiplicador, como o processo de adoção de um nova tecnologia num grupo de agricultores. Alguns deles saem na frente adotando a tecnologia, com o tempo e observação dos demais, outros passam a copiar a nova prática do agricultor(es) pioneiro(s).

Além do mais, aquele ganho, que a empresa oferecia no início, foi se achatando com a diminuição dos estímulos de adoção, os descontos que se referiam ao material fornecido pela empresa necessário ao seu cultivo e à qualidade que aqueles produtores inexperientes poderiam alcançar. Resultado: muitos agricultores, passados alguns anos, na época de coleta de dados desta pesquisa, haviam abandonado a sericicultura e retornado ao tradicional cultivo de feijão.

Há porém, um bairro no qual se destaca, não só o fato dos agricultores continuarem na sericicultura, como também, a multiplicação de barracões. Qual explicação? Suas características particulares: trata-se do bairro dos Tomé, um bairro que se diferencia dos demais no município. É um bairro onde as residências formam um núcleo, quase que urbano, com escola, igreja, campo de futebol, posto de saúde, posto telefônico, linha regular de ônibus e principalmente, **moradias longe do sítio**, além de ser um bairro onde moram famílias que se dedicam somente ao **trabalho como bóias-frias e/ou meeiros**. Com esses elementos, torna-se compreensível a lógica por trás da *multiplicação da atividade, especificamente, naquele bairro*. A dificuldade de adaptação ao novo ritmo de trabalho foi compensada pela curta distância que aqueles agricultores realizavam para o cultivo da sericicultura nos barracões ao lado da moradia da família. Porém, o principal fator de adoção da sericicultura foi a existência de famílias sem posse da terra neste bairro rural, que facilitou o acerto de arrendamento da área não utilizada pela amoreira, mantendo ainda a produção, via fóro dos alimentos de subsistência que as famílias necessitavam, principalmente o feijão. A mandioca, o arroz, a abóbora, a batata doce, o milho para a criação, que completam o rol de culturas para uso doméstico são cultivados em espaços restritos no sítio, *quando sobra um tempinho*. Assim, as famílias que optaram pela adoção da sericicultura neste bairro elevaram o rendimento econômico da propriedade sem alterar bruscamente seu hábito alimentar.

Os resultados alcançados pelo INOCAR, apontam também para a constituição de uma associação neste bairro dos Tomé, como resultado da organização destas famílias. A nível de representação política de interesses comuns, tem-se a utilização de um trator, administrado pela prefeitura, que prepara a terra destes novos "proprietários". A proximidade das moradias, o alto grau de parentesco das famílias, a particularidade de sair dali o ex e o atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaberá, são elementos que contribuem para a compreensão da efetivação desta associação, ao longo dos anos, mesmo após a saída do trabalho efetivo do INOCAR.

A compreensão e a relativização de que cada resultado, enquanto "resultado que deu errado" pode ser visto sob um novo prisma, ajudando a diminuir a ansiedade que passam os técnicos de apoio a organizações dessa natureza.

Fracasso que, na realidade, pode ser visto como sucesso. O olhar do pesquisador poderia apontar críticas dizendo *poderia ir por ali ou por lá*, mas o técnico pondera, pois sabe que quando se está lá no dia-a-dia com os agricultores, nas discussões e encaminhamentos das propostas e soluções, o grupo, e cada um particularmente, faz o melhor que pode. Assim limitou-se a analisar o vivido, tentando extrair de cada "resultado" o melhor proveito que essa reflexão permitia.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Rosimeire Aparecida de. A luta pela Terra no Pontal do Paranapanema/SP. **Cidadania/Textos**. Campinas : GEMDEC, n_2, julho, 1994. p. 75-83 Grupo de Estudos Sobre Movimentos Sociais, Faculdade de Educação, UNICAMP.
- ANDRADE, Marcia Regina de Oliveira. **O Destino Incerto da Educação entre Assentados do Estado de São Paulo**. Campinas : UNICAMP, 1993. 276 p. Dissertação. Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- ANDRADE, Maristela, PEREIRA, Carlos Alberto, NOBRE, Miriam. **Coletivização: uma proposta para os camponeses** (primeiras indagações acerca das ações do Estado na fixação e organização de famílias de trabalhadores rurais para fins de Reforma Agrária). São Paulo. 1989. (mimeo).
- BARBOSA, A. Lemós. **Pequeno Vocabulário Tupi-Português**. Rio de Janeiro : Livraria São José. 1955.
- BERGAMASCO, Sônia M. P. Pereira. **Agricultura e Assistência Técnica no Estado de São Paulo**. Botucatu : UNESP, 1983. 525 p. Tese (Livre-Docência em Sociologia e Extensão Rural). Faculdade de Ciências Agrônomicas, Universidade Estadual Paulista, 1983.
- _____. **Ontem e Hoje, A Difícil Realidade dos Assentamentos Rurais. Reforma Agrária**, Campinas : ABRA, v. 22, n. 3, p.36-45, setembro/dezembro, 1992.
- BERGAMASCO, Sônia Maria, FERRANTE, Vera L. S. Botta, D'AQUINO, Teresinha. **Assentamentos de Trabalhadores Rurais em São Paulo : a roda viva de seu passado/presente. Ciências Sociais Hoje**, São Paulo : Vértice/ANPOCS, 1990.
- CARVALHO, Horácio Martins de . **A Geração de Tecnologia Socialmente Apropriada**. Rio de Janeiro : AS-PTA, 1990. 49 p. (Textos para Debate no 29).

- CARVALHO, Horácio Martins de. **Tecnologia Socialmente Apropriada : muito além da questão semântica.** Londrina : IAPAR, 1982. 57 p. (documentos, IAPAR, 4).
- CÂNDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito.** São Paulo : Duas Cidades, 1971. 284 p.
- CORNEJO, Hector A. A., PINASSI, Maria Orlanda, BERGAMASCO, Sônia M. P. P. Assentamentos : Concepções em Mudança. **Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Piracicaba** 24 a 28 de julho de 1989, p. 501 a 527.
-
- DINCAO, Maria Conceição. A Experiência dos Assentamentos: contribuição ao debate político da reforma agrária. **Lua Nova - Revista de Cultura e Política**, nº23 março, 1991. p.83-106. CEDEC-Centro de Estudos e Cultura Contemporânea.
- _____. Assentamentos: notas sobre os impasses da assessoria técnica estatal. Campinas : FEAGRI/UNICAMP. 1992. (mimeo).
- ESTERCI, N. et al. Assentamentos Rurais : um convite ao debate. **Reforma Agrária**, Campinas : ABRA, v. 22, nº 3, p.4-15, setembro/dezembro, 1992.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. A Formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra no Estado de São Paulo. **Cidadania/Textos**. Campinas : GEMDEC, nº 2, julho, 1994. p.27-36. Grupo de Estudos Sobre Movimentos Sociais, Educação e Cidadania, Faculdade de Educação, UNICAMP.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e Territorialização da Luta pela Terra : A Formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo.** São Paulo : USP , 1994 . 218 p. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas , Universidade de São Paulo, 1994.
- FERRANTE, Vera Lúcia S. Botta, SILVA, Maria Aparecida M. A Política de Assentamento: a contrapartida estatal à reforma agrária. Caxambú, ANPOCS, 1986. (mimeo).
- FURTADO, Celso. **A Formação Econômica do Brasil.** São Paulo : Companhia Editora Nacional. 15ª edição. 1977.
- GONÇALVES, José Sidnei. Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia para Produtos Alimentares : o desempenho técnico da produção de feijão em Itaberá, SP. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo : Instituto de Economia Agrícola, Vol. 40, Tomo 1, 1993. p. 119-138. Instituto de Economia Agrícola, Coordenadoria Sócio-Econômica da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

GONÇALVES, José Sidnei & SOUZA, Sueli A. Moreira. Contribuição à Análise Regional : transformações da agricultura do sudoeste do Estado de São Paulo, 1960-85. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo : Instituto de Economia Agrícola, Vol. 40, Tomo 1, 1993. p. 45-64. Instituto de Economia Agrícola, Coordenadoria Sócio-Econômica da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

_____. Produção de Alimentos e Concentração Fundiária : o caso do feijão em Itaberá, SP, no período 1968-88. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo : Instituto de Economia Agrícola, Vol. 40, Tomo 1, 1993. p. 139-156. Instituto de Economia Agrícola, Coordenadoria Sócio-Econômica da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

GRAZIANO DA SILVA, José,(coord), Diferenciación Campesina y Câmbio Tecnológico: el caso de los productores de frijol en São Paulo. Campinas : IICA/UNICAMP. Volume I, 348p. Volume II, 307p. 1982. (mimeo).

GRAZIANO DA SILVA, José. Tecnologia e Campesinato : o caso brasileiro. Diferenciação Camponesa e Mudança Tecnológica : o caso dos produtores de feijão em São Paulo. IN : ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5, 1984. **Anais A Pequena Produção Agrícola**. Santa Maria : Imprensa Universitária-UFSM, 1984. 83 p.

IAF - Instituto de Assuntos Fundiários. Circular nº 3. Coordenadoria Sócio-econômica da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. 1985. (mimeo)

LEITE, Sérgio Pereira **A Face Econômica Da Reforma Agrária: Estado e Assentamentos Rurais em São Paulo na década de 80** . Dissertação de Mestrado - Curso de pós - graduação em Desenvolvimento Agrícola - Instituto de Ciências Humanas e Sociais - UFRRJ, 1992.

LEITE, Sérgio Pereira. A Política de Assentamento no Estado de São Paulo. Anais do 12º Encontro do Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura (PIPSA). Campinas, 6 a 9 de abril de 1987. in: **Anais do ...**, Faculdade de Ciências Agrônômicas - Departamento de Sociologia e Extensão Rural - UNESP - Campus de Botucatu. 1988. p.1136-1180 vol. III.

LOPES, Juarez R. Brandão. A Tecnificação dos Pequenos Produtores em São Paulo. **Reforma Agrária**, São Paulo : ABRA, v. 10, n. 4/5, julho/outubro. 1990.

MARTINE, George. **Fases e Faces da Modernização Agrícola Brasileira**. Brasília : IPLAN, julho, 1989. 72 p. (Texto para Discussão, 15).

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro : FASE, 1989.

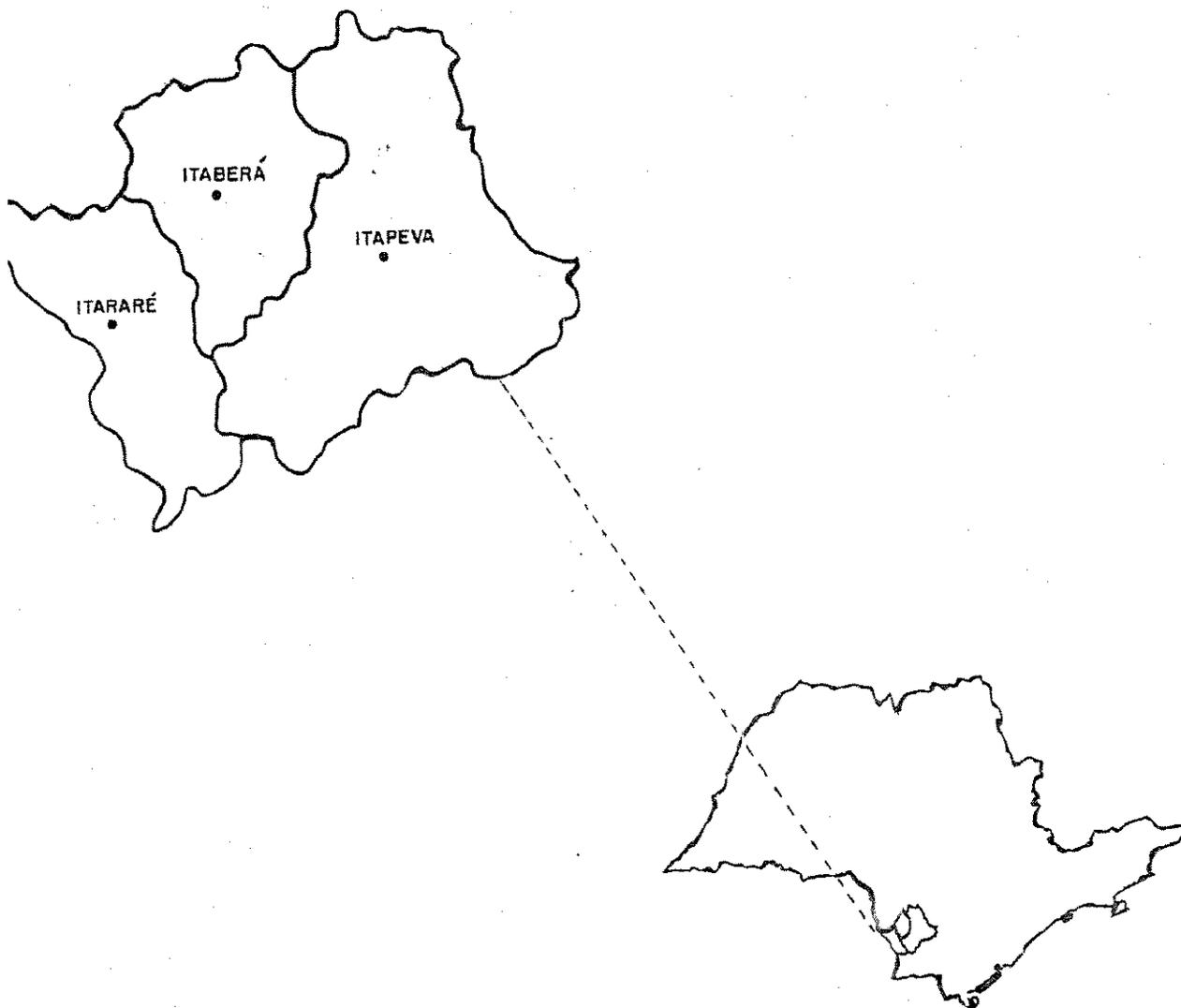
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA. A Luta Continua: como se organizar os assentados. **Cadernos de Formação**, nº 10, 1986.

- MULLER, Nice Lecocq. **Sítios e sítiantes no Estado de São Paulo**. São Paulo : USP, 1951.
Tese - FFCL, Universidade de São Paulo, 1951.
- PAIVA, Rui M., MELLO, Mário Homem de. Estudo sobre a agricultura dos sítiantes. **Revista do Arquivo Municipal**, v. 8, nº 86, p.67-141, out/nov. 1942.
- PANZUTTI, Nilce da P.M. A política fundiária do governo do Estado de São Paulo, 1983- 87. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v.37, tomo 3, p.99 - 118, 1990.
- ~~POKER, José Geraldo Alberto B. **A Prática da Vida e os Desencontros da "Libertação"**.
São Paulo : USP, 1994. Dissertação de Mestrado - FFCL, Universidade de São Paulo, 1994.
401 p.~~
- QUEIROZ, Maria Izaura P. de. **Bairros Rurais Paulistas**. São Paulo : Duas Cidades, 1973.
164 p.
- Secretaria do Estado dos Negócios da Agricultura (São Paulo). Metodologia Operacional para Implementação e Desenvolvimento de Assentamentos Rurais. São Paulo : Departamento de Assuntos Fundiários - DAF, 1990 (mimeo).
- SALLIT, Francisco A. A., SOUZA, Maria C. M. de. **Sistemas de produção dos Pequenos Produtores de Capão Bonito e Itararé no Estado de São Paulo**. São Paulo : IEA, 1987.
114 p. (Relatório de Pesquisa CPA 03/87).
- SALLIT, Francisco A. A., SOUZA, Maria Célia M. de. **Caracterização da Estrutura Agrária da Região do ERG de Itapeva-SP**. São Paulo : IEA, 1987. 98 p. (Relatório de Pesquisa CPA 01/87).
- SIMON, Elias, NOJIMOTO, Toshio, QUEVEDO, José M. O Projeto de Assentamento da Fazenda Pirituba - SP. **Reforma Agrária**, Campinas : ABRA, vol. 18, no 1. 1988.
- ROMÃO, Devancyr Aparecido. **Do Auto Consumo à Produção Capitalista : a evolução da produção de feijão no estado de São Paulo**. Campinas : UNICAMP, 1982. 198 p.
Dissertação. Departamento de Economia e Planejamento Econômico do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1981.
- WANDERLEY, M. N. B. Trajetória Social e Projeto de Autonomia : os produtores familiares de algodão na região de Campinas. **Cadernos IFCH/UNICAMP**. Campinas : IFCH/UNICAMP, nº 19, junho, 1988.
- VEIGA, José, BEZE Jr., Zeke. Produto Gerado por Assentados Supera em 300% o Investimento do Estado. **Reforma Agrária**, Campinas : ABRA, vol. 15, no 2. 1985.

ANEXOS

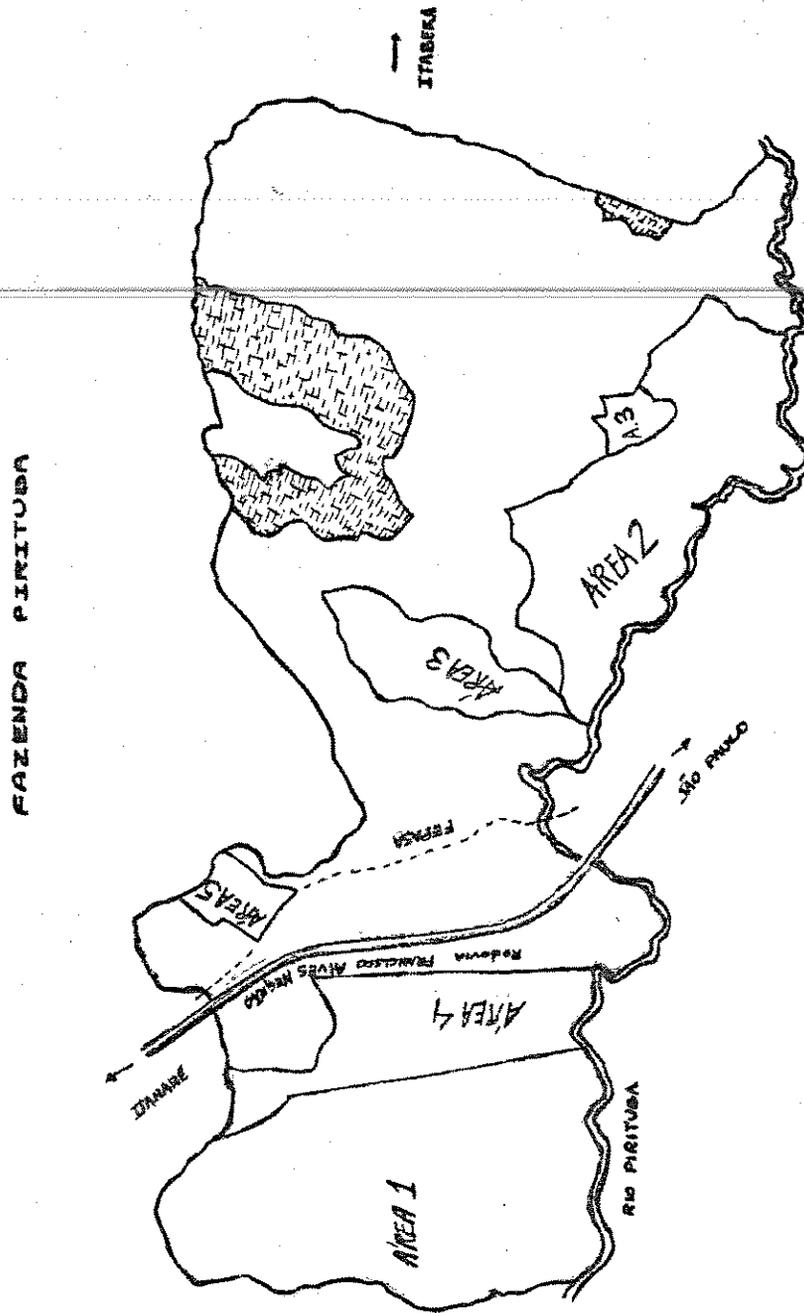
MAPA 1

Localização dos municípios da região sudeste, na qual estão situados os projetos de assentamento Pirituba II.



Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico

MAPA 2 - os projetos de assentamento da Fazenda Pirituba II



FAZENDA PIRITUBA

AREA 3 EM EXPANSÃO

Croquis de localização dos Assentamentos

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

PESQUISA : "A ORGANIZAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES E ASSENTADOS
EM ITABERÁ-SP"

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

I - CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS assentados e pequenos Produtores

- 1 . Perfil migratório e trajetória ocupacional:
onde nasceu, com que trabalhou, como trabalhou [relações de trabalho],
porquê saiu?
- 1". Qual a trajetória geral do pessoal dos bairros/assentamento.
origem, ...
- 2 . Seus pais tem ou tiveram terra? Onde? Quanto?
[porque deixaram de ter, problemas com banco ?]
- 3 . Está satisfeito hoje? Se pudesse mudar iria para outro lugar? Porquê ?
- 3". E para os filhos, o que quer ?
[e eles, que desejos explicitam?]
- 4 . Qual a diferença de ser um pequeno produtor e um assentado ?
quem está melhor ? [economicamente]
- 5 . O que acha que mudou para o município com o surgimento dos assentamentos ?
- 6 . O que acha de trabalhar coletivamente?

II - CARACTERIZAÇÃO DO LUGAR ONDE VIVEM

assentados

- 1 . Qual a origem das famílias do assentamento ?
- 2 . A situação legal das terras : passou de concessão de uso para permissão de uso?
- 3 . Ainda é projeto emergencial : o que mudou? o que foi conquistado ? quanto aumentou por família ?
- 4 . Mudou o número de famílias ?

- 5 . O que tem de equipamentos e infraestrutura ?
 - 6 . Condições físicas da terra são diferentes dos pequenos produtores por ser "terra de fazenda"?
 - 7 . Qual a participação do Sindicato na conquista da terra ?
 - 8 . Porquê ele participou no processo de seleção ?
-

pequenos produtores

- 1 . O que é um bairro rural?
- 2 . O que existe em um bairro rural [infraestrutura]- como são os bairros rurais do município ?
- 3 . Quantos bairros existem no município ?
- 4 . Quantas famílias por bairro existem ?
- 5 . Qual a origem das famílias dos pequenos produtores ?
- 6 . Sua propriedade foi comprada, herdada ? [ano da compra]

III - COMO VIVEM ? assentados e pequenos produtores

- 1 . De que festas participa? quais as festas importantes para os bairros/ assentamento?
- 2 . O que faz nas horas de lazer? [quando descansa]
- 3 . Onde faz as compras ? [para consumo próprio e para a lavoura]

IV - ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

IV.a - EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA/ANIMAL assentados e pequenos produtores

- 1 . Como produz? [individual, coletivo, misto, grupos de vizinhanças, parentes]

- 2 . Onde ? área total:
 área no lote por família:
 área no quintal por família:
- 3 . O que produz:
 [o que ficou do bicho da seda]
- 4 . Com qual tecnologia:
- 5 . Como vende ? Para quem vende? Quanto reserva ? [consumo e novo plantio]
- 6 . Recebeu financiamento? Quando? Para que? Quanto? De quem? [banco, LBA, etc]
- 7 . Quais as instituições que auxiliaram o assentamento?
 Para que ? Quanto ? O que ficou da LBA ?
- 8 . Assistência técnica:
 Recebe? De quem? o que faz?

IV.b - ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO FAMILIAR:

- 1 . Como é a divisão de trabalho na família? [existem agregados?]
- 2 . Como se dá a decisão na família ?
- 3 . Como é o trabalho de bóia-fria no assentamento? Porque é preciso ? No que a COPAVA alterou ?
- 4 . Dos ex-arrendatário e ex-bóia-fria, que entraram no assentamento, quem ficou ?

IV.c - ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO FAMILIAR NO COLETIVO

pequenos produtores

- 1 . Apresenta trabalho conjunto com vizinhos?
 Como? Porque trabalham desta forma? Há quanto tempo trabalham desta forma?
- 2 . É comum nos bairros o mutirão? ou outro trabalho em conjunto?
- 3 . Tem empregados ? quantos são temporários e quantos são permanentes?
 Temporários trabalham em que épocas do ano? por quanto tempo?
- 4 . Faz arrendamento? porquê? qual área? qual forma de pagamento?

assentados

- 1 . Qual o papel da associação dos produtores ?
- 2 . Como é feito o trabalho coletivo no assentamento? quantos grupos de produção?
Número de famílias por grupo?
Como funciona cada grupo?
- 3 . Como funciona a assembléia ?
- 4 . Como se dá o processo de decisão?
- 5 . Contabilidade: Como funciona? Como funcionava?
- 6 . Comercialização: Quanto vende? Para quem? [histórico : via direta, via Estado, via intermediários]
- 7 . Financiamentos: Quanto? Quando? Com quem? Formas de pagamento?
- 8 . Cooperativa: Como funciona? Quantas famílias? Faz quanto tempo?

V - ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

INOCAR assentados, pequenos produtores e técnicos

- 1 . Houve alguma experiência anterior de trabalho associativo ?
- 2 . Quando se iniciaram os trabalhos ?
- 3 . Como surgiu o INOCAR ?
- 4 . Como ficou sabendo da proposta de trabalho ?
- 5 . Qual sua participação ?
- 6 . Porquê o Sr. acha que surgiu o INOCAR?
- 7 . O surgimento do INOCAR, tinha a ver com ideias mais antigas do grupo?
- 8 . Quantas famílias participaram do INOCAR ?
- 9 . Como e porquê formou-se a associação no seu bairro?

10. Continua algum trabalho na associação de bairro ?
 11. O que alterou nos produtos produzidos na propriedade ?
 12. O que vocês conseguiram com os financiamentos ? Como está ?
 13. Como se realizou o pagamento destes financiamentos ?
 14. O que mudou com a atuação do INOCAR no seu bairro ?
 15. Como o exemplo da organização do assentamento influenciou no seu bairro ?
-
16. O que o Sr. acha de participar do INOCAR ? Porquê ?
 17. O que acha que deu certo e o que acha que deu errado no trabalho do INOCAR ?
Porque ?

SOBRE O HISTÓRICO DO INOCAR técnicos

- 1 . Porquê foi criado o INOCAR ?
- 2 . Porquê ir trabalhar com os bairros do município ?
- 3 . Porquê das palestras ? Porquê dos temas ? O que resultou destes trabalhos?
- 4 . Quantos e quais bairros fizeram parte do trabalho inicial ? {palestras}
Quantos continuaram o trabalho ? Porquê ?
- 5 . Porquê foi formado a primeira equipe de trabalho ? {contendo além dos técnicos um
assentado}
- 6 . Qual a necessidade de outro agrônomo ? {Wilson}
- 7 . De quem saiu a proposta de pagamento em saco de feijão ?
Porque não deu certo ?
- 8 . Quantos agricultores e bairros fizeram parte desta etapa ? {Wilson}
- 9 . Como foi contactuado a LBA ? Porquê esta instituição especificamente ?
10. Quais foram os projetos da LBA ?
11. Como se escolheu cada projeto ?

12. Porque da aquisição dos equipamentos por bairro e não um para o Sindicato administrar para todos os bairros ?

13. Como se deu o pagamento destes financiamentos ?
Foi construído a sede do Sindicato ? Porquê ?

**VI - RELAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES técnicos, assentados
e pequenos produtores**

~~1 . Com Partidos Políticos? Quais partidos? Como se dá essa relação?~~

2 . O que é o Sindicato ? Para que serve ? Porquê participa ?

3 . Em que o Sindicato auxiliou na formação do assentamento - Área III ?

4 . Em que o Sindicato ajudou na formação do INOCAR ?